

**Carolina de Souza Walger
Rodrigo Lopes Miranda
Bruno Angelo Strapasson
Filipe Degani-Carneiro
(Org.)**

PROFISSIONALIZAÇÃO E DIVERSIDADE DE SABERES, PRÁTICAS E LUTAS NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA



**Carolina de Souza Walger
Rodrigo Lopes Miranda
Bruno Angelo Strapasson
Filipe Degani-Carneiro
(Org.)**

**PROFISSIONALIZAÇÃO E
DIVERSIDADE DE SABERES,
PRÁTICAS E LUTAS NA HISTÓRIA
DA PSICOLOGIA BRASILEIRA**



Maceió/AL
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial Edufal

Eraldo de Souza Ferraz - Presidente

Diva Souza Lessa - Gerente

Fernanda Lins de Lima - Coordenação Editorial

Mauricélia Batista Ramos de Farias - Secretaria Geral

Roselito de Oliveira Santos - Bibliotecário

Alex Souza Oliveira

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Cristiane Cyrino Estevão

Elias André da Silva

Fellipe Ernesto Barros

José Ivamilson Silva Barbalho

José Márcio de Moraes Oliveira

Juliana Roberta Theodoro de Lima

Júlio Cezar Gaudêncio da Silva

Mário Jorge Jucá

Muller Ribeiro Andrade

Rafael André de Barros

Silvia Beatriz Beger Uchôa

Tobias Maia de Albuquerque Mariz

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima - Coordenação

Roselito de Oliveira Santos - Registros e catalogação

Conselho Científico da Edufal

César Picón - Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)

Gian Carlo de Melo Silva - Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

José Ignácio Cruz Orozco - Universidade de Valência - Espanha

Juan Manuel Fernández Soria - Universidade de Valência - Espanha

Junot Cornélio Matos - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Nanci Helena Rebouças Franco - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Patricia Delgado Granados - Universidade de Servilia-Espanha

Paulo Manuel Teixeira Marinho - Universidade do Porto - Portugal

Wilfredo García Felipe - Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Projeto gráfico

JDMM

Editoração eletrônica e Capa

JDMM

Imagen da Capa

Freepik

Revisão de Língua Portuguesa e Normalização(ABNT)

Lídia Ramires

Catalogação na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário responsável: Roselito de Oliveira Santos - CRB-4/1633

P964 Profissionalização e diversidade de saberes, práticas e lutas na história da psicologia brasileira / Carolina de Souza Walger [...] et al. (Org.) Maceió: EDUFAL, 2025.
253 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5624-325-2 E-book

1. Psicologia. 2. História da psicologia- Brasil. 3. Ensino de psicologia. I. Walger, Carolina de Souza, org. II. Miranda, Rodrigo Lopes, org. III. Strapasson, Bruno Angelo, org. IV. Degani-Carneiro, Filip, org.

CDU: 159.9:94

Direitos desta edição reservados à

Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões

CIC - Centro de Interesse Comunitário

Cidade Universitária, Maceió/AL Cep: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br | contato@edufal.com.br | (82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação _____ 7

Parte I – História da Psicologia no Brasil: diversidade de saberes e de práticas

**Capítulo 1: Histórias da Psicologia no Brasil:
da profissionalização à diversidade de saberes,
práticas e lutas** _____ 16
Isabel Fernandes de Oliveira



**Capítulo 2: História(s) da Análise do Comportamento:
do laboratório ao pensamento social brasileiro** _____ 29
Roberta Garcia Alves, Rodrigo Lopes Miranda, Ana Maria
Jacó-Vilela

**Capítulo 3: A chegada, recepção e circulação das ideias
de Piaget no Brasil na primeira metade do século XX** _____ 45
André Elias Morelli Ribeiro

**Capítulo 4: Gabinete de Psicologia Experimental
do Hospício Nacional de Alienados: Loucura e gênero
na primeira metade do século XX** _____ 64
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos, Ana Maria
Jacó-Vilela

**Capítulo 5: Psicologia Clínica no Brasil: interfaces
históricas no campo da saúde mental** _____ 78
Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota

Parte II – Por Novos-Antigos Olhares

Capítulo 6: Qual a participação, interferência e relevância da psicologia ao longo de sua história na saúde mental dos Povos Indígenas do Brasil? _____ 96
Vanessa Terena

Capítulo 7: Nossos passos vêm de longe – enegrecer a Psicologia é impreterível _____ 104
Paulo Vitor Palma Navasconi

Parte III – História da Psicologia no Brasil: pesquisa, ensino e divulgação científica

Capítulo 8: Os 40 Anos da ANPEPP e o Desenvolvimento de Sociedades Científicas _____ 121
William Barbosa Gomes



Capítulo 9: O Grupo de Trabalho em História da Psicologia da ANPEPP e a Expansão da Pesquisa em História da Psicologia no Brasil _____ 138
Regina Helena de Freitas Campos, Armando Magno de Abreu Leopoldino

Capítulo 10: A institucionalização do Ensino da História da Psicologia _____ 155
Marina Massimi

Capítulo 11: John B. Watson nos Jornais: História e historiografia de uma exposição _____ 171
Cecília Trevisani Lohmann, Julia Schwendtner Nascimento, Leonardo Grilli Belinotte, Sabrina Macagnam, Bruno Angelo Strapasson

Parte IV – Histórias locais da Profissão de Psicologia no Brasil

Capítulo 12: Resgatando memórias da profissão de psicóloga: o I Plenário do CRP-05/RJ	188
Filipe Degani-Carneiro	
Capítulo 13: História e memória da Psicologia no Mato Grosso do Sul: relato de uma experiência do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região	208
Renan da Cunha Soares Júnior	
Capítulo 14: O Despertar da Psicologia no Paraná enquanto Luta de uma Categoria	221
Maria Júlia Trevizan	
Capítulo 15: História da Psicologia no Paraná: um olhar para a contribuição de 5 mulheres	237
Célia Mazza de Souza, Carolina de Souza Walger, Ana Paula Kürten	
Sobre os Autores e Autoras	248



Apresentação

Bruno Angelo Strapasson

Carolina de Souza Walger

Filipe Degani-Carneiro

Rodrigo Lopes Miranda

A publicação deste livro marca tanto a celebração de uma década da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP) quanto a materialização de seus objetivos institucionais. A SBHP foi criada em 2013 com a missão de produzir um cenário acolhedor e promotor de diversidade, considerando as pluralidades de propostas historiográficas presentes nos variados grupos de historiadoras e historiadores da Psicologia no Brasil. Para tanto, coube às sucessivas Diretorias proporcionar dispositivos institucionais condizentes com o propósito de congregar pesquisadores(as), profissionais e estudantes, a fim de promover a produção e circulação do conhecimento histórico acerca dos saberes e práticas psicológicas. Assim, antes de mais nada, é preciso agradecer às Diretorias anteriores por todo trabalho e dedicação à SBHP e ao campo da História da Psicologia.

Coerente com esses objetivos, nos seus 10 anos de existência, a SBHP vem produzindo condições para que diferentes perspectivas historiográficas encontrem espaço de circulação e debate em território nacional. Inclusive, isso tem se dado com diferentes parcerias internacionais, tanto no eixo Sul-Sul quanto no Norte-Sul global. Por alguns anos, tais objetivos



foram desenvolvidos apenas com o Boletim Informativo e, a partir de 2017, teve início a realização dos CBHPs.

Os CBHPs iniciaram sua jornada associando-se a outros congressos já consagrados na Psicologia brasileira, como o Encontro Clio-Psyché, o Encontro Anual Helena Antipoff (EAHA), o Encontro de Filosofia, História e Epistemologia da Psicologia (EFHEP), a Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), dentre outros. Ainda hoje, é comum a realização de eventos em parceria com outras conferências e simpósios, mas o VII CBHP consagrou uma maturidade adquirida pela Sociedade para voos solos. Vale ressaltar, que esta primeira iniciativa solo leva a SBHP a voos ainda maiores, visto que este é o primeiro livro organizado pela Sociedade em seus dez anos de existência.

O fechamento desta década foi, assim, celebrado com o primeiro evento presencial independente, o VII Congresso Brasileiro de História da Psicologia (VII CBHP) realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tal feito é motivo de orgulho, também, pelo fato de realizar o CBHP em uma região do país em que ainda não haviam sido realizados esses congressos. Assim, esta celebração dos 10 primeiros anos da SBHP marca as contribuições da Sociedade para o desenvolvimento do campo da História da Psicologia no Brasil e à conquista de (r)existir como uma jovem associação científica em meio às diferentes tensões políticas e econômicas que o país enfrentou nesta década.

O VII CBHP contou com ampla participação do público acadêmico interessado e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Editorial CAPES/PAEP nº 88887.882588/2023-00), o que viabilizou a



organização e publicação deste livro. A obra “Profissionalização e Diversidade de Saberes, Práticas e Lutas na História da Psicologia Brasileira” é resultado de múltiplos esforços: (i) da SBHP, suas gestões e pesquisadores(as) associados(as); (ii) da Comissão Científica e da Comissão Organizadora do VII CBHP; (iii) dos(as) conferencistas, palestrantes e congressistas que tornaram o evento possível; (iv) dos(as) autores(as) que aceitaram o desafio de escrever cada um dos capítulos; e (v) das variadas instituições que organizaram e apoiaram o referido congresso.

Este livro, que homenageia os 10 anos da SBHP, foi estruturado seguindo a proposta geral do VII CBHP, realizado em Curitiba. Todos(as) os(as) conferencistas e palestrantes que foram convidados(as) para o Congresso – incluindo aqueles que por razões variadas não puderam participar do evento – foram chamados(as) a publicar um texto escrito com o conteúdo de suas apresentações. Em que pese a intenção de que o livro espelhasse o conteúdo do evento, os(as) congressistas vão perceber que o livro ganhou vida própria. Isso acontece porque não foi possível contar com todos os textos que se pretendia. Por diferentes motivos, alguns dos textos não puderam ser produzidos a tempo da inclusão neste volume. Além disso, ainda que a temática geral do evento tenha sido mantida, optou-se por um agrupamento das contribuições dos(as) autores(as) ligeiramente diferente daquele que compôs o encontro. Nas próximas páginas, espera-se que os leitores e as leitoras possam encontrar exatamente o que se disse anteriormente: uma pluralidade de temáticas, olhares e perspectivas historiográficas da Psicologia no Brasil.

Profissionalização e Diversidade de Saberes, Práticas e Lutas na História da Psicologia Brasileira é composto por qua-



tro partes e 15 capítulos. A Parte I, *História da Psicologia no Brasil: diversidade de saberes e de práticas*, reúne textos que versam sobre teorias psicológicas e campos de atuação da Psicologia. No Capítulo 1, *Histórias da Psicologia no Brasil: da profissionalização à diversidade de, saberes, práticas e lutas*, a autora Isabel Fernandes de Oliveira se utiliza da história do contexto no qual a Psicologia brasileira se desenvolveu para demarcar a necessidade de os profissionais da área estarem atentos aos compromissos políticos e ao projeto de sociedade que subjaz o exercício da profissão. No Capítulo 2, *História(s) da Análise do Comportamento: do laboratório ao pensamento social brasileiro*, de Roberta Garcia Alves, Rodrigo Lopes Miranda e Ana Maria Jacó-Vilela, os(as) autores(as) utilizam de dados historiográficos sobre Fred S. Keller, Rachel R. Kerbauy e Celso Pereira de Sá para demonstrar como a recepção da Análise do Comportamento se expandiu para regiões do Brasil que, raramente, são mencionadas na historiografia dessa área do saber psicológico brasileiro. No Capítulo 3, *A chegada, recepção e circulação das ideias de Piaget no Brasil na primeira metade do século XX*, de André Elias Morelli Ribeiro, são resgatadas fontes de jornais populares brasileiros para sugerir que a chegada e circulação de Piaget no Brasil é provavelmente anterior ao que normalmente se indica na literatura da área e que, apesar de rapidamente tomada como uma psicologia da educação, ela teve também um papel em uma abordagem mais ampla interessada no conhecimento científico sobre a criança. No Capítulo 4, *Gabinete de Psicologia Experimental do Hospício Nacional de Alienados: Loucura e gênero na primeira metade do século XX*, as autoras Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos e Ana Maria Jacó-Vilela utilizam arquivos do Hospital Nacional de Alienados para evidenciar o



caráter disciplinador e normativo atribuído à loucura em relação ao ideal de mulher durante a primeira metade do século XX no Rio de Janeiro. O Capítulo 5, *Psicologia Clínica no Brasil: interfaces históricas no campo da saúde mental*, de autoria de Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota, analisa controvérsias no campo das clínicas Psi – Psicologia, Psicanálise e Psiquiatria –, entre as décadas de 1940 e 1980, no país. Assim, o capítulo desvela elementos para uma tentativa de alargamento do modelo de assistência às doenças mentais.

Na Parte II, *Por Novos-Antigos Olhares*, estão os capítulos que instigam a pensar histórias que são, por vezes, apagadas ou invisibilizadas. No Capítulo 6, *Qual a participação, interferência e relevância da psicologia ao longo de sua história na saúde mental dos Povos Indígenas do Brasil?*, Vanessa Terena discute como, historicamente, a Psicologia Científico-Profissional brasileira tem se mantido à distância dos povos originários deste país. Esta distância, segundo a autora, implicou na escuta de tais saberes e práticas ancestrais por meio de terceiros e, quando muito, na apropriação de tais elementos sem lê-los a partir do território de tais populações. No Capítulo 7, *Nossos passos vêm de longe – enegrecer a Psicologia é impreterível*, Paulo Vitor Palma Navasconi discorre sobre a necessidade de repensarmos a história da Psicologia a partir das pessoas negras, personagens outrora subalternizados e invisibilizados. Portanto, o autor argumenta sobre desnaturalizar a não-presença da população negra nos espaços de produção de conhecimento, trazer à tona suas produções intelectuais/acadêmicas e, ainda, suas experiências enquanto sujeitos ativos da história.

A Parte III, *Histórias da Psicologia no Brasil: pesquisa, ensino e divulgação científica*, se dedica aos temas da pesqui-



sa, do ensino e da divulgação científica. No Capítulo 8, *Os 40 Anos da ANPEPP e o Desenvolvimento de Sociedades Científicas*, de autoria de William Barbosa Gomes, produz uma história da institucionalização da Psicologia brasileira a partir de sociedades científicas-profissionais ao longo do século XX para, então, delinear as contribuições da ANPEPP neste contexto. No Capítulo 9, *O Grupo de Trabalho em História da Psicologia da ANPEPP e a Expansão da Pesquisa em História da Psicologia no Brasil*, de autoria de Regina Helena de Freitas Campos e Armando Magno de Abreu Leopoldino, acompanha o desenvolvimento de grupos interessados em História da Psicologia no país e como tais grupos – e seus personagens – foram indispensáveis para a organização dos grupos de trabalho da ANPEPP relacionados diretamente com o campo da História, particularmente, o Grupo de Trabalho em História da Psicologia. No Capítulo 10, *A institucionalização do Ensino da História da Psicologia*, Marina Massimi reflete sobre aspectos concernentes ao ensino de História da Psicologia e, concomitantemente, introduz a participação e as contribuições de Josef Brožek. Este autor foi um importante ator na História da Psicologia e, particularmente, influenciou em diferentes aspectos do campo, incluindo seu ensino, no Brasil. No Capítulo 11, *John B. Watson nos Jornais: História e historiografia de uma exposição*, de autoria de Cecília Trevisani Lohmann, Julia Schwendtner Nascimento, Leonardo Grilli Belinotte, Sabrina Macagnam e Bruno Angelo Strapasson, os autores relatam o processo de desenvolvimento da exposição “John B. Watson nos jornais”, que foi exibida durante o VII CBHP, incluindo reflexões sobre o uso de periódicos populares como fonte em história e os desafios da divulgação científica por meio de uma exposição.



Por fim, a Parte IV, *Histórias locais da profissão de Psicologia no Brasil*, apresenta narrativas historicizadas acerca do Sistema Conselhos de Psicologia e sua relevância na história da Psicologia no Brasil. O Capítulo 12, *Resgatando memórias da profissão de psicóloga: o I Plenário do CRP-05/RJ*, de autoria de Filipe Degani-Carneiro, apresenta dados iniciais de ações da Comissão de História e Memória (CHM) do Conselho Regional de Psicologia da 5^a Região - Rio de Janeiro (CRP-05). Tais dados evidenciam a influência de instituições históricas na Psicologia carioca na composição e histórico do grupo de conselheiras e instituições que foram relevantes na institucionalização do campo profissional da Psicologia naquela região. O Capítulo 13, *História e memória da Psicologia no Mato Grosso do Sul: relato de uma experiência do Conselho Regional de Psicologia da 14^a Região*, de autoria de Renan da Cunha Soares Júnior, descreve a experiência inicial do Grupo de Trabalho de Memória da Psicologia (2019-2022) e da Comissão de História e Memória da Psicologia do Conselho Regional de Psicologia da 14^a Região no Mato Grosso do Sul (2022 - 2024) identificando e preservando memórias sociais de atores e instituições daquele estado. O Capítulo 14, *O Despertar da Psicologia no Paraná enquanto Luta de uma Categoria*, de autoria de Maria Júlia Trevizan, caracteriza condicionantes históricos da institucionalização da Psicologia Científico-Profissional, no Paraná, antes do estabelecimento do primeiro curso de graduação em Psicologia da região. Assim, a autora recupera memórias sociais desta trajetória, entrelaçando-as com a história da institucionalização da Psicologia a partir da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962. O Capítulo 15, *História da Psicologia no Paraná: um olhar para a contribuição de 5 mulheres*, de autoria de Célia Mazza de Souza, Carolina de Souza Walger e Ana



Paula Kürten, acompanha a trajetória biográfica de cinco mulheres pioneiras na Psicologia paranaense, demonstrando seu papel na institucionalização do campo localmente e, ao mesmo tempo, indicando a relevância feminina na constituição da Psicologia brasileira.

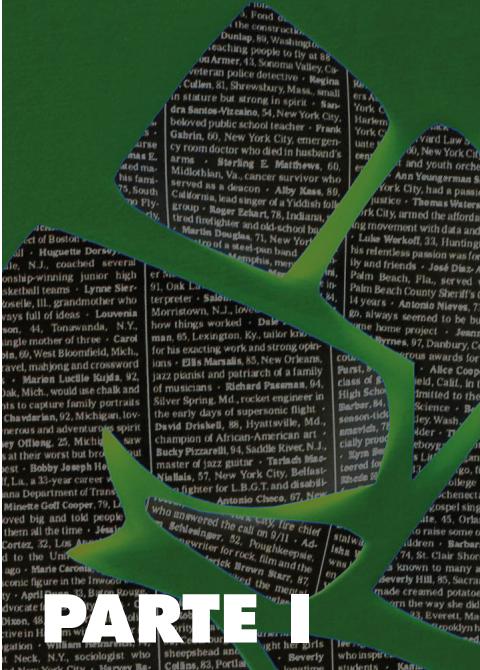
Datas redondas, como o caso de 10 anos, não têm um significado histórico próprio, mas são frequentemente utilizadas como marcos simbólicos convenientes para celebrações e convites a reflexões sobre a história. Os 10 anos da SBHP são celebrados neste volume como uma homenagem à diversidade e à trajetória da Psicologia brasileira. As práticas e lutas da Psicologia nacional como ciência e profissão merecem consideração e avaliação contínuas, âmbito no qual a história exerce papel impreterível. Nessa obra, encontra-se uma pequena contribuição a essa reflexão e espera-se que a leitura seja tão enriquecedora quanto foi o congresso do qual ela deriva.



Ótima leitura!

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: DIVERSIDADE DE SABERES E DE PRÁTICAS

PARTE I



Capítulo 1

Histórias da Psicologia no Brasil: da profissionalização à diversidade de saberes, práticas e lutas

Isabel Fernandes de Oliveira

Analisar a evolução da profissão de Psicologia no Brasil é tarefa que não pode ser realizada sem uma conexão com o desenvolvimento da ciência psicológica e, mais amplamente, deve-se entender essa história considerando as condições histórico-políticas que forjaram o desenvolvimento da Psicologia brasileira. Para tanto, consideramos, numa perspectiva materialista histórica e dialética, a constituição de blocos temporais relativamente longos amalgamando economia, cultura e política, integrando estrutura (formas pelas quais uma determinada sociedade se organiza para prover os bens e meios necessários a sua reprodução) e superestrutura (complexos estruturados para regular as relações da estrutura, a exemplo do sistema jurídico, do Estado, do Direito, da ciência, da arte, etc.) em mútua incidência à totalidade social. Marx [1859] (2008), ao considerar a centralidade da economia como ontologia, aponta que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual” (p. 130). Portanto, as nuances que a Psicologia brasileira assume não são acidentais ou obra do acaso. Analisar suas contradições, resistências e esforços de grupos e instituições,



dentro e fora da profissão, e considerar as circunstâncias históricas nas quais ela se desenvolve são os dois eixos de debate deste capítulo.

Hobsbawm (1995) avalia que a Psicologia se consolida num século avaliado como um dos mais terríveis da história e, em decorrência disso, não passou incólume aos efeitos desse cenário macroestrutural no qual destaca-se a emergência do pauperismo e seus desdobramentos, como resultado não da incapacidade das sociedades em produzir riquezas, mas ao contrário, do fato de que, num imenso contingente de produção de mercadorias, a riqueza delas advinda não é compartilhada com o todo social. Desde a periodização apontada por várias referências no estudo da história da Psicologia (Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2013; Jacó-Vilela; Oliveira, 2018; Massimi; Guedes, 2004) que mencionam a incidência de conhecimentos psicológicos desde o Brasil-Colônia, é possível relacionar a emergência ou o protagonismo de determinados saberes e práticas “psi” em função dos respectivos projetos de desenvolvimento nacionais e suas encomendas à ciência e à profissão.

Tracemos, então, algumas relações entre o modelo brasileiro de desenvolvimento e a conformação da Psicologia no Brasil. A transição do modelo agrário-exportador para o desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, a chamada revolução burguesa brasileira (Fernandes, 2005) se deu de forma distinta dos ideais revolucionários de 1879. Aqui não houve uma substituição dos núcleos de poder político, que se manteve nas mãos dos grandes proprietários de terra, mas incorporou a classe industrial com seu poder econômico. Nesse pacto em que se mesclaram poder econômico e político, se estabeleceu a manutenção da dominação de ex-escravizados e de repressão da classe operária, com o apoio de uma base política formada



pela burocracia militar, pela tecnoburocracia e por grupos empresariais das classes médias (Fernandes, 1994, 2005).

Feder (1972), utilizando do debate realizado por Celso Furtado em sua obra “Análise do ‘Modelo’ Brasileiro”, aponta que num momento em que o problema do país era o “subdesenvolvimento” as estratégias adotadas visavam o incentivo à industrialização ou à sua retomada, já na década de 1960. Dentre elas, as políticas de crescimento econômico com vistas à ampliação do mercado interno se revelavam incompatíveis com a política de redução de salários e de distribuição desigual de renda adotadas por ocasião da passagem do século XIX para o século XX. A contradição entre a base tecnológica e o tipo de mercado a sua disposição provocou uma exclusão baseada na concentração de renda. O fenômeno da urbanização e das migrações foi base de estruturação do proletariado nacional e de segmentos sociais articulados que pressionam por melhores condições de vida e de salário. A partir daí, o governo populista de Getúlio Vargas implementa algumas medidas, dentre elas, a concessão de empregos e melhores salários de forma a ampliar o mercado de consumo interno e a capacidade de compra, dinamizando a economia.

É nesse processo que a Psicologia toma corpo científico e profissional no Brasil e se estrutura de maneira diretamente associada às necessidades do “sistema”. Chega à nação com o mesmo objetivo dos países centrais, pela via dos espaços que necessitam de controle e adaptação, conectados aos conflitos ligados a luta de classes e a “questão social” (Lacerda Júnior, 2010). Sob o manto da neutralidade e do afastamento de “questões políticas”, operou politicamente da pior forma: sub-repticiamente. Várias foram as críticas à Psicologia nesse apoio a projetos conservadores e até mesmo em funções que



forneceram justificativas técnicas para a realização de atividades violentas e coercitivas, destacando-se aí, o período autoritário burguês, tal como o fez em vários países da América Latina (Coimbra, 1995; Pavón-Cuéllar, 2017).

Especialmente no período logo após regulamentação da profissão, o contexto sociopolítico brasileiro era de repressão política, com destaque para o Ato Institucional nº 5 de 1968, e do clima de terror, medo e ameaça generalizada por ele instaurado. De um lado, um “inimigo interno” a combater, que justificava prisões aleatórias, suspensão de emissão de *habeas corpus* para presos políticos, tortura, assassinatos, entre outras atrocidades. De outro, uma política centralizadora no aparato jurídico institucional do estado para dar suporte os planos nacionais de desenvolvimento às custas de um endividamento brutal do país, escondido nos números forjados do “milagre econômico” (Alves, 2005).

Na Psicologia, se construía um sujeito psicológico de subjetividade interiorizada, a-histórico, cujas questões intrapsíquicas pouco ou nada se relacionavam ao contexto geral do cenário nacional. Era o possível num momento no qual questionar o sistema equivalia a perder a vida. Sob a proteção do sigilo profissional, crescem as atividades clínicas, nos consultórios, e inserções vinculadas a diagnósticos psicológicos, pareceres clínicos, avaliação para o trabalho. A clientela dos consultórios, assim como as profissionais, era de classe média. Reinava, então, a cultura do ideário individualista, que influenciou não só a prática, mas vários desdobramentos no campo científico e de inserção em locais de atuação em tempos posteriores (Dimenstein, 2000).



Esse quadro se altera quando, já em meados da década de 1970, a falência do “milagre” enfraquece substancialmente a sustentação política e econômica da ditadura (Alves, 2005). Movimentos de contestação ao regime recrudescem e, na América Latina, se inicia um movimento denominado “crise de relevância” da Psicologia, que chega ao Brasil e toma força no período da redemocratização. O conteúdo dos debates se centrou no questionamento do público-alvo da atuação psicológica, como denunciou Botomé (1979) ao indagar: “A quem, nós psicólogos, servimos de fato?”, e na persistência da prática profissional à chamada clínica tradicional, como revelou o clássico estudo de Mello (1975). A partir daí vários estudos foram conduzidos por entidades de representação da Psicologia tanto avaliando a ciência e a profissão como também os pressupostos da função social, papel social e compromisso social do psicólogo (ou da Psicologia). A promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 e a consequente reforma do estado nela contida, ampliou significativamente o campo de trabalho para esses profissionais, que passaram atuar com uma clientela que pouco se assemelhava à classe média. Essa intensa migração para o setor do bem-estar social não se deu por uma identificação com o trabalho, mas sim, por uma necessidade mercadológica, dado o encolhimento do mercado para o exercício liberal da profissão. Essa retração se deu justamente pela falência do “milagre” que provocou uma diminuição acentuada do poder de compra da classe média, grande consumidora dos serviços psicológicos à época (Yamamoto; Oliveira, 2010). Assim, a criação de postos de trabalho institucionalizados nas políticas públicas atraiu profissionais em grande número ao ponto de o serviço público se consolidar como grande empregador de psicólogos desde então.



É possível identificar algumas mediações centrais nesse quadro de mudança da Psicologia no Brasil, para além da CF de 1988. Chamam a atenção da Psicologia nacional os estudos da chamada Troika Russa, com destaque para Vigotski com sua proposição de uma Psicologia de base marxista, considerando as relações entre ontologia e trabalho, condições materiais de vida e os processos de desenvolvimento (Nascimento, 2024); a emergência das Psicologias Críticas na Alemanha (Parker, 2014); os estudos de Foucault sobre instituições totais e controle dos corpos [1979] (2014).

Os movimentos contestatórios das ditaduras latino-americana já expunham as condições de vida mais pauperizadas dos seus habitantes, assim como o quanto o não exercício da democracia era fator de agravo para o desenvolvimento dessas nações. A Psicologia da Libertação foi um deles e atingiu centralmente a Psicologia brasileira. No Brasil, o legado de Paulo Freire e seu trabalho com comunidades por meio da pedagogia do oprimido inspira pesquisadores e militantes da Psicologia a propor mudanças na profissão e na ciência. Uma obra de referência neste interregno foi o livro “Psicologia Social: o homem em movimento” (Lane; Codo, 1994). Nele, os autores denotavam preocupação com “a existência de homens concretos não de um abstrato Homem (com maiúscula) mas de homens que, dentro da história, vivem em sociedade e habitam o mundo, reconhecendo e enfatizando que essa existência sempre tem relação com a política” (Ciampa, 2007, p.1).

Concretamente, a institucionalização da profissão no campo das políticas públicas e sociais provocou, ao mesmo tempo, uma consolidação do serviço público como um dos maiores empregadores de psicólogos no Brasil, mas também uma série de críticas sobre a adequação dos padrões da clínica



para um público cujas demandas diziam respeito ao cenário macroestrutural e não introspectivo. O Conselho Federal de Psicologia capitaneia pesquisas sobre novas áreas e locais de atuação, sobre o perfil do psicólogo brasileiro, condições de trabalho e de formação, enfim, um leque de dados que vem sendo atualizados e que apresentam um panorama da evolução da ciência e da profissão (Conselho Federal de Psicologia, 1994; 2022a; 2022b). Além do CFP, grupos de pesquisa da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) também se dedicaram ao tema, seja construindo uma historiografia da Psicologia no Brasil (GT história da Psicologia e GT História Social da Psicologia), seja analisando indicadores tais como fizeram os primeiros estudos do CFP. Nesse caso, o GT Psicologia e Trabalho organizou uma atualização da pesquisa dos anos 1980 e publicou na obra “O trabalho do psicólogo no Brasil” (Bastos; Gondim, 2010).

De lá para cá, a profissão muito se autoavaliou. Ciência e profissão se viram diante de dilemas acerca de qual a melhor formação e prática profissional. Duran, ainda em 1994, debateu as celeumas em torno dos projetos de formação profissional por meio dos currículos de Psicologia. É importante lembrar que à época, eles eram grandes definidores das práticas profissionais porque, além de não haver uma substantiva quantidade de atividades pós-graduadas, se debatia fortemente o chamado ‘compromisso social’. Formação generalista *versus* especialista, com ênfase em áreas tradicionais ou emergentes, teórica ou prática, científica ou profissional, uni/inter/multidisciplinar, voltada para os indivíduos ou para a coletividade foram alguns dos problemas debatidos por pesquisadores e formuladores das Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia. Duran (1994) resume esses debates afirmando que



havia certa tendência de pautar um padrão formativo que girava em torno do compromisso com a realidade brasileira, de uma formação básica generalista com aperfeiçoamento pós-graduado, de uma graduação mais voltada para a formação do que para a informação, ultrapassando perspectivas puramente tecnicistas. Estas propostas delinearam parte do que se concebeu naquele momento como compromisso social.

As discussões sobre o compromisso social da Psicologia possuem como elemento de fundo a possibilidade (ou não) de construção de um projeto ético-político para a ciência e profissão. É preciso atentar, contudo, para o fato de que o compromisso social é algo dinâmico, processual e que pode mudar em seu curso. Se nos anos de 1970/1980 a função social do psicólogo consistiu na ampliação do seu público-alvo para aqueles que mais padeciam das sequelas da questão social, nos anos de 1990, o compromisso social assume um caráter mais político-emancipatório, com um projeto de sociedade a ele implícito. Ocorre que a Psicologia é campo de pluralidade de concepções de homem, de indivíduo, de subjetividade, que carregam em si, seus próprios projetos societários. E sabemos que eles são divergentes.

Então, como pensar em um único projeto ético-político que agregue uma unidade na diversidade? A autoimagem da profissão ainda é fortemente ligada às concepções tradicionais dos anos de 1970, em que a ‘escuta qualificada’, os consultórios privados e as correntes psicológicas que erigiram a profissão no país são sinônimos exclusivos de Psicologia. Consequentemente, o papel da Psicologia na transformação social (ou na manutenção da conformação) se liga a tais concepções. Mesmo no século XXI, com variados espaços de inserção profissional, perspectivas teóricas ampliadas ou novas,



ainda vimos recrudescer teorias “neopositivistas”, uma elevação de demanda por práticas rotuladoras, disciplinadoras e até mesmo eticamente questionáveis, a exemplo do que foi realizado no período da autocracia burguesa.

Sob um discurso de desvinculação entre as teorias e os sistemas políticos, psicólogas e psicólogos brasileiros atuam como apaziguadores de conflitos sociais, mãos de ferro do estado, utilizando-se do mérito para responsabilizar sujeitos que, por seu esforço pessoal, persegue seus interesses, uma vez que existe uma aparente indeterminação externa e auto-determinação interna desses sujeitos. Assim sendo, é possível afirmar que historicamente a Psicologia naturalizou o sistema econômico, e psicologizou fenômenos sociais, fetichizando a realidade social. Martin-Baró descreve esse perfil como “a miséria da Psicologia”. Uma ciência e profissão etnocêntrica, colonial, imperialista (Martin-Baró, 2017). Internamente, a Psicologia tem sido catártica “entre quatro paredes”.

Apesar dessa história, não podemos afirmar que a Psicologia não se alterou. Como já dito, a realidade é processual e a Psicologia, como complexo por ela determinado e que a reflete ao mesmo tempo, também foi provocada pelo cenário de agravamento das condições de vida da população que agora é a grande consumidora de serviços psicológicos: os trabalhadores brasileiros. Além disso, um forte direcionamento das entidades representativas do campo tem avançado na construção que uma Psicologia que, de fato, faça jus ao lugar de transformadora da realidade social.

Temos hoje uma ciência e profissão muito mais afeita às questões do mundo do trabalho, da sociedade e da política, cujas análises ultrapassam ou melhor contextualizam os



compromissos assumidos pela categoria científica e profissional, e mais, uma profissão que tende a se reconhecer como parte da engrenagem de sustentação ou contestação do modo de produção capitalista. Uma categoria que se reconhece como parte da classe trabalhadora e, como tal, subsumida pelo *ethos* do capital, mas também revestida da possibilidade de ser intelectual orgânica, tal como nos remete Gramsci, numa perspectiva revolucionária.

Isto posto, um balanço para finalizar esse diálogo, é necessário. O cenário atual em que a disputa de classes e de projetos societários se dá pelo ódio, pela intolerância, pela espoliação de povos e países, a competição de narrativas relativistas na Psicologia só contribui para aprofundar as medidas de apaziguamento de tensões sociais. Estas mediações radicalizam um quadro social em que, cada vez mais, as possibilidades civilizatórias se veem corroídas pela desesperança, pela guerra, pela incorporação acentuada do *homo economicus*. Apesar da inserção nos movimentos sociais, a agenda política brasileira tem demandado da categoria um e retorno a “novas” pautas entre elas as comunidades terapêuticas, cura gay, “*home schooling*”, depoimento “sem dano”, casamento homoafetivo, aborto, associação ciência-fundamentalismo religioso etc. Assim constatada e colocada no reino da antipolítica, a Psicologia é ideológica. Mas, não pode ser o que lhe resta. Construir novos caminhos, traçar novas frentes de defesa requer, antes de saber qual Psicologia queremos, é preciso nos indagar: que sociedade temos e qual sociedade queremos?



Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Florianópolis: EDUSC, 2005.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sonia Maria Guedes (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. A quem, nós psicólogos, servimos de fato? **Psicologia**. v. 5, n. 1, , p. 1-16, 1979.

CIAMPA, Antônio da Costa. A estética de uma vida. Sílvia Lane: O homem em movimento. **Psicologia e Sociedade**, v. 19 (spe2), 2007.

COIMBRA, Cecília. **Guardiões da Ordem, uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogo Brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro. In: **Formação e inserção no mundo do trabalho**. v. 1. Brasília: CFP, 2022a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro. In: **Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social**. v. 2. Brasília: CFP, 2022b.

DIMENSTEIN, Magda. A Cultura Profissional do Psicólogo e o Ideário Individualista: Implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n.1, p. 95-121, Natal: 2000.

DURAN, Álvaro Pacheco. Alguns dilemas na formação dos psicólogos: Buscando sugestões para superá-los. In: CFP (Org.) **Psicólogo Brasileiro:** Práticas emergentes e desafios para a formação. p. 273-310. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

FEDER, Franklin Lee. Análise do modelo brasileiro. **Rev. Adm. Empresas**, 12(4), 1972.

FERNANDES, Florestan. **Democracia e desenvolvimento:** A transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Paz & Terra, 1979.



FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão. São Paulo: Vozes, 2014.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da psicologia: Rumos e percursos.** 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; OLIVEIRA, Dayse de Marie (Orgs.). **Clio-Psyché:** Discursos e práticas na história da psicologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

LACERDA JÚNIOR, Fernando. **Psicologia para fazer a crítica?** Apologética, marxismo e individualismo em alguns projetos psi. Orientador: ? . 2010. 396f. Tese (Doutorado em ?) – Programa de Pós-graduação em ??, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas: 2010.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política.** São Paulo:
Expressão Popular, 1859-2008.

MASSIMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (Org.). **História
da Psicologia no Brasil:** Novos estudos. São Paulo: Cortez,
2004.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. **Crítica e Libertação na Psicologia.**
São Paulo: Vozes, 2017.

MELLO, Silvia Leser. **Psicologia e Profissão em São Paulo.**
São Paulo: Editora Ática, 1975.

NASCIMENTO, Victor Aurélio Santana. **Condições de Vida,
Trabalho e Desenvolvimento Humano no “comércio mais
barato da Bahia”.** Orientador: ? . 2010. 277f. Tese (Doutorado
em ?) – Programa de Pós-graduação em ??, Universidade
Federal da Bahia. Salvador: 2024.

PARKER, Ian. **Revolução na Psicologia.** Editora Alínea, Cam-
pinas, São Paulo, 2014.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Psicología y Destrucción del Psi-
quismo: La Utilización Profesional del Conocimiento Psicoló-
gico para la Tortura de Presos Políticos. **Psicología: Ciência e
Profissão,** v. 37, p. 11-27, 2017.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes.
Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psi-
cologia Reflexão e Crítica**, p. 9-24, v. 26.



Capítulo 2

História(s) da Análise do Comportamento: do laboratório ao pensamento social brasileiro

Roberta Garcia Alves

Rodrigo Lopes Miranda

Ana Maria Jacó-Vilela

Este capítulo objetiva compor um quadro geral da história da Análise do Comportamento no Brasil a partir da atuação de três personagens: Fred Keller (1899-1996), Rachel Kerbauy (1934-2015) e Celso Pereira de Sá (1941-2016). As histórias centradas nesses personagens estão ancoradas no princípio de que certas trajetórias intelectuais dentro de um campo científico nos auxiliam a compreender os processos idiossincráticos de recepção e circulação em determinados territórios (Campos, R., 2008; Campos, N., 2017). A partir desses personagens, visualizaremos mecanismos de apropriação sistemática da Análise do Comportamento em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e no Rio de Janeiro à luz das necessidades brasileiras. Nosso argumento principal acompanha o título deste capítulo no sentido de enfatizar que a história desta disciplina no Brasil não é única, mas sim, plural. É composta pela trajetória de intelectuais que se dedicaram a ela em termos de pesquisa, propagação e institucionalização – dentro e fora dos laboratórios.



Inclusive, acreditamos que as principais contribuições da apresentação na ocasião do VII Congresso Brasileiro de História da Psicologia a qual origina este capítulo são tanto a compreensão mais detalhada das atividades intelectuais destes atores quanto a concepção de que a história da Análise do Comportamento brasileira também se deu em outras regiões e de outras formas além das comumente relatadas pela literatura da área. Nesse sentido, frisamos que o elo condutor das histórias heterogêneas aqui narradas foi a filiação teórica destes cientistas com a Análise do Comportamento em suas respectivas atuações.

Primeiros passos: São Paulo e Brasília

A recepção e circulação da Análise do Comportamento no Brasil como um campo centrado na prática experimental em laboratório parece estar associada com questões político-sociais do ensino superior (Cirino; Miranda; Souza Júnior, 2012). Isso porque houve no país um forte discurso de modernização nos anos de 1950 o qual se relacionou com o processo de industrialização e a aposta na Educação. A ideia era de que o fortalecimento da comunidade científica nacional resultaria num avanço tecnológico e social, impulsionando o investimento na formação de novos cientistas brasileiros (Cunha, 2007). Inclusive, neste cenário, as políticas sociais de Educação eram pragmáticas, o que permeava quase toda a ação do próprio Ministério da Educação (Mendonça *et al.*, 2006).

A apropriação institucionalizada da Análise do Comportamento no Brasil se iniciou com a vinda Keller ao país em 1961 para ocupar a cátedra de Psicologia Experimental da USP, acontecimento concomitante ao processo de expansão



dos cursos de graduação em Psicologia no país. Ex-aluna de Fred Keller na *Columbia University* nas disciplinas de Psicologia Clínica e Experimental, Myrthes Rodrigues do Prado (1919-1966) deu início, em 1959, a uma troca de correspondências entre Keller, a USP e a Comissão Fulbright, com a finalidade de transmitir a Keller o convite de Paulo Sawaya, então diretor da USP, para fortalecer o Departamento de Psicologia que havia sido fundado à pouco, em 1954 (Prado, 1959).

A troca de correspondências durou aproximadamente dois anos e proporcionou a vinda do professor estadunidense ao Brasil, em 1961, (Todorov; Hanna, 2010). O primeiro laboratório de Análise do Comportamento ocupava algumas salas no Departamento de Fisiologia da USP. Além da criação do laboratório, Keller dedicou-se, junto com os brasileiros que o ciceroneavam, a produzir o primeiro “dicionário” inglês-português de termos operantes (Azzi *et al.*, 1963), sendo este um dos primeiros trabalhos em terras brasileiras. A publicação de outros trabalhos realizados no Brasil, como o artigo “*Exteroceptive Control of Response under Delayed Reinforcement*” (Azzi *et al.*, 1964), sugere que o laboratório da USP também foi utilizado para a realização de pesquisas. Nesse sentido, nota-se que o laboratório da USP pareceu não dissociar práticas de ensino das de pesquisa, cumprindo assim uma dupla função. Entretanto, pela necessidade de formação de cientistas que estavam ainda tendo seus primeiros contatos com a Análise do Comportamento, a função didática parece ter se sobressaído à de pesquisa.

Em 1962, Keller voltou aos Estados Unidos da América (EUA), sendo substituído no Brasil por John Gilmour Sherman (1931-2006), também da Universidade Columbia (Guedes *et al.*, 2006). Apesar da distância, o estadunidense continuou



em contato com os primeiros analistas do comportamento brasileiros. Uma das consequências disso foi a ida de Carolina Martuscelli Bori (1924-2004) e Rodolpho Azzi (1927-1993), assistentes de Keller no Brasil, juntamente com Sherman, aos EUA com o objetivo de obter materiais de laboratório, livros e conselhos do estadunidense (Todorov; Hanna, 2010). Desse encontro nasceu o Sistema Personalizado de Ensino (em inglês, *Personalized System of Instruction – PSI*) também conhecido como “Plano Brasília”, “Plano Keller” ou “*Keller Plan*” (ver Akera, 2017).

O Plano Brasília tinha relação direta com a criação da Universidade de Brasília (UnB), onde foi fundado um Departamento de Psicologia em 1963, tendo Bori à sua frente (Guedes *et al.*, 2006) e vários analistas do comportamento no quadro docente. Entretanto, em 1965, o Brasil passou a viver sob uma ditadura civil-militar e, como expressão desse regime, 15 professores foram demitidos da UnB sob acusação de serem filiados aos partidos comunistas (Akera, 2017). De acordo com Cândido (p. 137, 2017) no panorama desencadeado pelo golpe militar ocorreu uma “diáspora” da Análise do Comportamento no Brasil, caracterizada pelo fenômeno de dispersão de professores e estudantes vinculados à UnB para universidades Brasil afora e para outros países.

Laboratório didático à brasileira: São Paulo e Minas Gerais

Uma importante personagem da primeira geração de analistas do comportamento formada por Keller e Sherman foi Rachel Kerbauy, pedagoga formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) *Sedes Sapientiae*, em São Paulo. Logo após Kerbauy ter frequentado as aulas com Sherman na



USP, a autora foi convidada por Azzi a se matricular no mestrado na UnB, mas não conclui seu mestrado nesta instituição. Kerbauy retornou à São Paulo onde seguiu na pós-graduação (mestrado e, posteriormente, doutorado) e, concomitantemente, atuou como professora em sua instituição de origem, o *Sedes Sapientiae*. Nessa, Kerbauy deu continuidade ao que havia aprendido com Keller e Sherman: o uso didático do laboratório com animais não-humanos para o ensino de Análise do Comportamento. Entretanto, se deparou com as dificuldades financeiras da instituição que não podia arcar com a compra das caixas de condicionamento operante para a abertura de um laboratório. Kerbauy (1970, s.p.) narra sobre esses percalços e a solução encontrada por ela:

Um problema de difícil resolução é lecionar psicologia experimental para um curso de graduação, quando se deve mostrar o controle experimental das variáveis e dar ao aluno experiência pessoal de técnicas de trabalho em laboratório, e se dispõe de pouca ou nenhuma verba para equipamento. Enfrentando este problema, resolvemos nos basear em uma caixa de papelão para trabalho com pombos ... [cuja vantagem] era o preço reduzido na “montagem” do laboratório.

Em função da dificuldade financeira, Kerbauy então passou a trabalhar com pombos, utilizando caixas de papelão e sistematizou as aulas produzindo exercícios e materiais didáticos por conta própria. Em entrevista concedida a Miranda (2010, s.p.), Kerbauy descreveu o funcionamento do espaço:

Era laboratório igual [ao conduzido com ratos], ... o pessoal lia a instrução dos



exercícios, deixava pombo com peso devido para trabalhar e a gente ia para o laboratório. Todo mundo já tinha entendido como era o método que tinha que fazer, tinha feito todas as questões que pedia e daí fazia.

As instruções e exercícios aos quais Rachel se refere eram produzidos e disponibilizados por ela para o andamento das aulas. Com o grande volume de materiais produzidos e a partir da sugestão de colegas da USP, Kerbauy (1970) publicou um manual didático com instruções para a execução de exercícios com pombos e para a montagem das caixas de coleta feitas com papelão – *Análise Experimental do Comportamento: Exercícios de laboratório com pombos*. Kerbauy (1966) mencionou que seu laboratório com caixas de papelão e pombos custava cerca de Cr\$ 100,00, enquanto a caixa Skinner industrializada brasileira custava cerca de Cr\$ 710,00 no início da década de 1970 (Miranda, 2010).

Entretanto, a experiência de Kerbauy não ficou restrita à São Paulo e às suas instituições, ela circulou por Minas Gerais. Em 1969, Bori foi responsável por ministrar um curso de Psicologia Social Experimental para professores do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A visão comportamentalista de Psicologia Social trazida por Bori parece ter contribuído para o aumento do interesse dos professores pela área (Jardim, 1998). Tal interesse, porém, novamente esbarrou na restrição de recursos econômicos para a abertura de um laboratório. A solução encontrada foi adoção do manual didático e do modelo de laboratório com pombos e caixas de papelão produzido por Kerbauy em São Paulo. A partir desse modelo, um laboratório improvisado no banheiro feminino passou a funcionar na



UFMG. Em entrevista concedida a Miranda (2010, s.p.), Sônia Castanheira – membro do grupo de jovens professores interessados na teoria operante naquela Universidade – relembrou como burlava a falta de espaço para a prática didática no espaço:

Então, eu saía e comprava os pombos, dava um pombo pra cada aluno, ele levava para casa ... E a gente confiava nesses dados que o aluno fazia e nos trazia. O aluno levantava as curvas e tudo o mais, direitinho, em cima desses dados. E nós tínhamos o nosso pombo, na nossa caixa, lá na faculdade, que ficava dentro de um banheiro! Ficava no hall de entrada de um banheiro feminino, no segundo andar do prédio da antiga FaFiCH [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas]. Ali a gente colocava nossa caixa, com permissão da chefia do departamento, e ali a gente fazia, com nosso pombo nossos experimentos. Nós, os professores... Pra gente comparar com os dos alunos.



O esforço da equipe de professores em abrir um laboratório sob essas condições, bem como o de comprar as caixas de papelão e os pombos com seu próprio dinheiro para a distribuição para os alunos indica a importância dada ao laboratório e à prática experimental. Nessa direção, Castanheira continuou relembrando na entrevista a Miranda (2010, s.p.):

Nós estávamos montando um laboratório experimental de animais num curso de Psicologia, lotado em área de Humanas. Imagina chegar pombo na FaFiCH? Não podemos ter um pombal no prédio da faculdade. Então a gente fez isso, o aluno fazia em casa *porque a gente acredita nesse*

assunto aqui e queremos ver se esse negócio funciona (itálicos nossos).

A partir dos relatos de Castanheira, percebemos que o laboratório como ferramenta de ensino parece exercer função de convencimento da teoria operante, uma vez que os exercícios em laboratório dão demonstrações empíricas do conteúdo teórico.

Castanheira (em entrevista a Miranda, 2010, s.p.) complementou: “Eu acredito até hoje que ensinar conceito teórico sem o aluno ver como ele funciona na prática não faz o menor sentido. É decorar, né? *Tem que fazer*” (itálicos nossos). Assim, o laboratório aparecer como algo que “tem que ser” feito, sugerindo o estabelecimento de uma jovem tradição iniciada pela experiência da USP, em 1961. A partir dali um modelo de ensino passou a ser adotado pela comunidade científica brasileira recém-formada e interessada em Análise do Comportamento. Ainda que sob condições econômico-sociais muito distintas das dos EUA, tal grupo empenhou-se para a abertura e estabelecimento de laboratórios, superando dificuldades econômicas e da própria língua para tal feito.



Análise do Comportamento e Compromisso Social: Rio de Janeiro

Não necessariamente a recepção da Análise do Comportamento nos diferentes estados e cidades ocorreu da mesma maneira, ou seja, pela apropriação do laboratório didático. A cidade do Rio de Janeiro é um exemplo disso. A princípio, essa apropriação se referia muito mais ao estudo de matrizes filosóficas comportamentalistas como o neobehaviorismo de

J. R. Kantor (1888-1984) e C. L. Hull (1884-1952), como também o comportamentalismo radical de B. F. Skinner (1904-1990). Vemos uma circulação heterogênea de tais matrizes comportamentais a partir da atividade intelectual de Eliezer Schneider (1916-1998).

A atribuição de professor (tanto da graduação quanto da pós-graduação) é o traço mais enfatizado nos relatos sobre Schneider, dado seu gosto pelo ensino e sua forma provocativa de lecionar (Jacó-Vilela, 2001). Seus ex-alunos relatam que ele procurou fugir do dogmatismo teórico marcante na Psicologia, instigando seus pupilos a estabelecerem diálogo com outras escolas psicológicas e outras Ciências Humanas (Sá, 2001). Sá credita este *modus operandi* de Schneider à sua formação comportamentalista como Mestre em Psicologia pela *State University of Iowa*, concluído em 1947:

A rigor, isto era típico do behaviorista mediacional, como Schneider gostava de frisar ao relatar o depoimento de Robert Sears, seu professor nos [EUA], quanto ao fato de que, em certa época, Clark Hull tinha o costume de dar suas aulas com as obras de Freud à sua frente. Hull procurava, então, incentivar seus depois famosos discípulos a investir em um equacionamento experimental das formulações psicanalíticas (Sá, 2001, p. 44).

Nessa direção, uma observação rápida da biblioteca de Schneider, que se encontra preservada no Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sugere que ele se interessou por diferentes autores de matriz comportamentalista. Vemos, por exemplo, “O Comportamento Verbal” (Skinner, 1957/1978),



“Clinical Behavior Therapy” (Lazarus, 1972), “Principles of Behavior Modification” (Bandura, 1969), “Organization of Behavior” (Hebb, 1949), “Principles of Behavior” (Hull, 1943), dentre outros (Alves, 2021).

É por meio de Schneider que seu aluno, Celso Pereira de Sá, iniciou sua apropriação da Análise do Comportamento sem que passasse pela formação nos laboratórios didáticos da área. No mestrado, Sá articulou a noção de controle do comportamento subsidiada por leituras analítico-comportamentais com acepções sociológicas sobre o controle social, elaboradas por autores como K. Mannheim (1893 – 1947) e H. S. Becker (1928 – 2023). Todavia, foi na tese de doutoramento que vemos um trabalho robusto de afiliação skinneriana, sendo um dos produtos gerados uma “Cartilha de contracontrole social” – um instrumento de educação popular de resistência à ditadura militar baseado nos princípios analítico-comportamentais. O público-alvo do autor eram moradores do estado do Rio de Janeiro com nível de escolaridade fundamental e que, por um critério tríplice de trabalho-habitação-saúde, se encontrassem em situação de vulnerabilidade. A intervenção em forma de Cartilha teve o intuito de funcionar como um instrumento de educação popular que fosse generalizável e acessível, capaz de orientar e capacitar o povo para o exercício eficaz do contracontrole¹ social.



¹ De acordo com Sá (1986, p.53), contracontrole social é “qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazo) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização”.

Em sua tese, percebemos uma apropriação interdisciplinar por meio da presença de autores como M. Foucault (1926-1984), B. F. Skinner, E. Schneider, G. C. Homans (1910-1989), K. J. Gergen e J. Maisonneuve (1918-2017). No que concerne ao status da Psicologia como uma ciência social básica, Sá apoiou-se em seu orientador:

Ao caracterizarmos, portanto, à Psicologia como ciência social básica - ao invés de um domínio à parte, distante das ciências naturais e inconfundível com as ciências sociais (...) - estamos enfatizando o papel de elo unificador da ciência da conduta e a necessidade de sua maior participação e integração no campo dos estudos teóricos e práticos sociais, econômicos e políticos. (Schneider, 1978, p. 38, *apud* Sá, 1984, p. 30).

Tomando as diretrizes de Schneider de enfatizar uma maior integração da Psicologia aos campos de estudos sociais, econômicos e políticos, torna-se compreensível a emergência nas produções de Sá de autores que possuem robustas contribuições para as áreas citadas por Schneider – eminentemente psicólogos sociais.

De forma bastante original, Sá construiu um mosaico de apropriações e diálogos com autores das Ciências Sociais, História e Psicologia para produzir uma Psicologia Social “charneira” – termo emprestado de Maisonneuve (1977). Em seus termos:

uma Psicologia Social da educação que se fundamente no “behaviorismo radical” estará sempre comprometida a analisar as formulações sobre instituições, classes, grupos sociais, etc., em termos das interações



entre os indivíduos que os compõem. Tal articulação entre categorias sócio-histórica-culturais de ordem conceitual superior e a categoria psicológica básica do comportamento individual só pode ter um efeito tônico, estimulante, sobre o estudo da educação, especialmente da educação popular, na medida mesma em que vem a lhe proporcionar um alargamento de horizontes teóricos (Sá, 1984, p. 41).

Isto é, proposta de Psicologia Social de Sá teria base analítico-comportamental, mas em contínua interação com as possíveis contribuições das demais Ciências Humanas.

Tanto Schneider quanto Sá são reconhecidos como psicólogos sociais cuja atuação foi importante para o estabelecimento desse campo no Brasil (Jacó-Vilela, 2001). No caso de Sá, a apropriação da Análise do Comportamento se expressa durante os anos iniciais de sua carreira já que a maior parte da sua trajetória intelectual é atrelada à Teoria das Representações Sociais. Sobre sua trajetória, já como Professor Titular de Psicologia Social da UERJ, Sá reflete em entrevista a Diego Mansano Fernandes:

De fato, eu interrompi o trabalho na linha de uma análise comportamental estrita e passei a me dedicar ao estudo das representações sociais, quando ele começava se consolidar na Europa, e fui um dos principais responsáveis pela sua introdução no Brasil. Na verdade, eu me interessei por essa teoria renovadora da Psicologia Social porque via nela uma afinidade com as perspectivas skinnerianas sobre o comportamento social e em especial sobre o comportamento verbal. Há vários escritos em que eu desenvolvo



essa argumentação. Recentemente fiz uma brincadeira com colegas, dizendo que o behaviorismo é como o Flamengo (time pelo qual torço), pois “uma vez behaviorista sempre behaviorista” (Fernandes, 2014).

A trajetória de Sá nos interpela: ele foi behaviorista ou psicólogo social? Parece-nos que Sá nos responde com outra pergunta: por que essas duas condições devem ser necessariamente excludentes? Sá (2007, p.11) disse-nos mais explicitamente:

No meu modo de entender, entretanto, eu não tinha abandonado uma primeira vocação ou me convertido a uma segunda, mas estava sim articulando as duas perspectivas, em proveito de um melhor tratamento de certos fenômenos psicosociais.



Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi de compor um quadro ampliado da história da Análise do Comportamento no Brasil a partir da atuação de três personagens: Fred Keller, Rachel Kerbauy e Celso Pereira de Sá. Demonstramos que o processo de recepção da área, no país, esteve intimamente vinculado a determinantes históricos, políticos e acadêmicos. Ao analisar diferentes faces desses processos percebemos características heterogêneas de circulação e apropriação da teoria operante, uma vez que observamos tanto o interesse pela formação de novos psicólogos por meio da experimentação quanto pela transformação social por meio da conformação de um pensamento social brasileiro de base analítico-comportamental.

Aglutinar essas histórias teve o intuito de provocar os ouvintes (e agora leitores) a refletir que a história da Análise do Comportamento não é única e nem linear – não ocorreu somente dentro de laboratórios experimentais nem se centrou exclusivamente nos personagens e regiões comumente retomados na literatura da área.

Consequentemente, também teve intenção de constatar que a história da Análise do Comportamento não é um capítulo encerrado pelo episódio da visita de Keller ao Brasil, mas sim de acontecimentos ainda a ser mais bem compreendidos. Nesse sentido, é fundamental que novas pesquisas continuem investigando a história da Análise do Comportamento tanto para compor um quadro ainda mais detalhado das histórias já pesquisadas quanto para retratarmos personagens, regiões e instituições ainda desconhecidas.



Referências

ALVES, R. G. Ensaio sobre uma Psicologia Social Comportamentalista Radical. Orientador: ? 2021. 000f. Dissertação (Mestrado em ???) – Programa de Pós-Graduação em ???, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

AKERA, A. Bringing radical behaviorism to revolutionary Brazil and back: Fred Keller's Personalized System of Instruction and Cold War engineering education. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, n. 53, p. 364-382, 2017.

AZZI, Rodolpho; ROCHA E SILVA, Maria Ignez; BORI, Carolina; FIX, Dora; KELLER, Fred. Suggested portuguese translations of expressions in operant conditioning. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v. 6, n. 1, 1963.

CAMPOS, N. História Intelectual e produção intelectual: Possibilidades de Escrita. In: D. S. Roiz (Org.) **A Prática da História Intelectual e dos intelectuais – Ideias, movimentos e ações.** Paco Editorial: Jundiaí, 2017.

CAMPOS, R. H. F. Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural. In R. H. F. Campos (ed.) **História da Psicologia: Coletâneas ANPEPP.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2008.

CIRINO, S. D., MIRANDA, R. L., & DE SOUZA JÚNIOR, E. J. The laboratory of experimental psychology: Establishing a psychological community at a Brazilian University. **Revista Interamericana de Psicología**, n. 46, p. 609–616, 2012.

CÂNDIDO, G. V. Introdução da análise do comportamento no Brasil: A cadeira de psicologia de Rio Claro (1962-1963). **Perspectivas em Análise do Comportamento**, n. 8, 135–143, 2017.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho; C. G. Veiga (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** p. 151–204. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERNANDES, D. M. **Uma breve conversa com James Holland [Blog].** Jun. 2015. Disponível em: <http://www.comportese.com/2015/06/breve-conversa-com-jamesholland>. Acesso em: 28 jul. 2024

GUEDES, M.C.; QUEIROZ, A. B.; CAMPOS, A. C. H. F.; FONAI, A. C. V.; SILVA, A. P. O. ; SAMPAIO, A. A. S. ; . . . PINTO, V. J. C. Institucionalização da análise do comportamento no Brasil: Uma perspectiva histórica. **Behaviors**, n. 10, p. 17-29, 2006.

JARDIM, J. B. Carolina em Belo Horizonte. **Psicologia USP**, n. 9, 117-120, 1998.

MENDONÇA, A. P. C.; XAVIER, L. N.; BREGLIA, V. L. A.; CHAVES, M. W.; OLIVEIRA, M. T. C.; LIMA, C. N.; SANTOS, P. S. M.



B. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. **Revista Brasileira de Educação**, n. 11, 96-113, 2006.

PRADO, M. R. **Carta para Fred S. Keller University of New Hampshire, Fred S. Keller Papers, 1920–1995** (Series 1, Correspondence 1922–1995, Subseries B - to Keller - box 8, folder 7), Durham, 1959.

KERBAUY, R. R. **Análise Experimental do Comportamento:** exercícios de laboratório com pombos. Sem editora: São Paulo, 1970. .

MAISONNEUVE, J. **Introdução à psicossociologia.** São Paulo: Nacional, 1977.

MIRANDA, R. L. **Laboratórios de análise do comportamento no Brasil:** Percursos na UFMG na década de 1970. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.



SÁ, C. P. Sobre a fundamentação psicológica da Psicologia Social e suas implicações para a educação. **Fórum Educacional**, v.8 n.1, p. 23-44, 1984.

SÁ, C. P. Contracontrole social: Uma extensão do Behaviorismo Radical à educação política popular. **Fórum Educação**, v.10 n.2, p. 43-73, 1986.

SÁ, C. P. Eliezer Schneider e a Psicologia Social no Brasil – Um depoimento afetivo e acadêmico. In: JACÓ-VILELA, M. (Org.) **Eliezer Schneider.** Conselho Federal de Psicologia, 2001.

SÁ, C.P. Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. **Psicologia & Sociedade**, v.19 n.3, p. 7-13, 2007.

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. Análise do comportamento no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 26, p. 143–153, 2010.

Capítulo 3

A chegada, recepção e circulação das ideias de Piaget no Brasil na primeira metade do século XX

André Elias Morelli Ribeiro

O campo de estudos da história da chegada, recepção e circulação das ideias de Piaget no Brasil contrasta com o campo maior da história geral sobre a vida e obra de Piaget. Enquanto este conta com farta literatura, aquele tem bem menos investigações e, por consequência, também menos publicações.

A principal obra sobre o assunto, “A Difusão das Ideias de Piaget no Brasil” (Vasconcelos, 1996), localizou apenas cinco obras que traziam elementos sobre a história de Piaget em nosso país. Mesmo Vasconcelos (1996) vale-se principalmente de fontes orais, tendo conduzido entrevistas com vários pesquisadores relevantes e apresentando sínteses destas entrevistas acompanhadas de um levantamento documental que esbarrou muitas vezes na dificuldade de se obter fontes.

Dentre as pesquisas históricas baseadas principalmente em levantamentos documentais, apenas Assis (2014) apresentou uma novidade, trazendo uma abordagem de natureza mais empírica, analisando as menções à Piaget num periódico científico de Minas Gerais. Em 2023, uma coletânea trouxe ainda três novos textos sobre o assunto (Assis, 2023; Loureiro, 2023; Vasconcelos, Souza, 2023), com algumas novidades. Contudo, muito ainda precisa ser conhecido.



É visando auxiliar no preenchimento desta grande e importante lacuna que o presente trabalho se coloca. Para isso, são apresentados alguns dados originais coletados em jornais digitalizados e disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira, fornecida pela Biblioteca Nacional. Além disso, aspectos históricos da própria literatura já publicada também são incorporados e trabalhados ao longo da narrativa. A investigação na hemeroteca digital se limitou a coletar textos dos anos 1920 e 1930. Os dados coletados ainda estão em estágio de processamento e análise, porém algumas novidades interessantes e importantes são apresentadas em diálogo com os trabalhos de outros pesquisadores.

A produção intelectual de Piaget em psicologia se inicia no final de 1919, quando ele oferece um curso de psicanálise em Paris, trazendo ideias que havia aprendido durante sua estadia em Zurique (Piaget, 1920). Ele estava na capital francesa para estudar psicologia, por indicação de Oskar Pfister, que sugeriu que o movimento da psicologia experimental francesa era mais afeita aos seus interesses e visão do problema epistemológico (Ribeiro, 2018).

O trabalho de Piaget em Paris é relevante para seu início na psicologia, tanto na condição de aluno da Sorbonne quanto em seus estágios em hospitais psiquiátricos e no laboratório de Binet – que já havia falecido quando o suíço chegou na cidade. Dados coletados na capital francesa, principalmente com crianças francesas, são utilizados em alguns dos seus primeiros trabalhos em psicologia experimental (Piaget, 1921a, b).

Em meados dos anos 1920, Piaget já não era mais um desconhecido. Seu primeiro livro, *A Linguagem e o Pensamento*



mento na Criança (Piaget, 1923) o colocou como figura já com certo destaque (Parrat-Dayan, 1969), sendo bem recebido e discutido em certos círculos europeus a partir de 1923 e, com mais força, em 1924.

As ideias de Piaget começam a circular no Brasil na sequência desta discussão, dentre aqueles que, de algum modo, se interessam pela infância, principalmente médicos e educadores (Vasconcelos, 1996). O tema central são seus estudos sobre o funcionamento da mente infantil, de modo que outros aspectos de sua nascente obra, que não tiveram relevância na Europa, não são considerados. As primeiras menções à sua obra se dão sempre em discussões sobre aspectos teóricos e práticos do lidar com crianças, de modo que Piaget figura como um dentre vários pesquisadores do assunto.

Primórdios da chegada de Piaget ao Brasil

O documento mais antigo localizado a citar Piaget em português no Brasil é a tradução de uma resenha de seu primeiro livro, “Linguagem e Pensamento na Criança” (Piaget, 1923), que saiu em 28 de abril de 1925 (Pécaut, 1925). Não foi possível localizar informações sobre o autor nem o tradutor, e as motivações desta publicação permanecem desconhecidas, mas algumas especulações são cabíveis.

A resenha foi publicada no jornal “A Federação”, um veículo gaúcho dedicado à divulgação de ideias republicanas e no combate ao regime monárquico, consideradas atrasadas (Leite, 2021). Isto pode indicar que os republicanos entendiam que modernizavam o país, e Piaget faria parte do processo de atualização das ideias nacionais sobre a criança. Cabe destacar que vários monarquistas brasileiros, também vinculados



a setores da igreja católica, colocavam-se contrários à emergência de uma psicologia experimental (Rosa, 2020) e que o próprio Piaget enfrentou resistências de intelectuais católicos na apresentação e discussão de suas ideias, principalmente no começo de sua carreira (Piaget, 1983).

Ainda em 1925, temos outras duas menções a Piaget. Em setembro é publicado na revista “A Educação”, do Rio de Janeiro, o texto “O Ensino na Suíça [sic]”, de Laura Lacombe (1925), no qual ela retrata sua estadia no *Institut Jean-Jacques Rousseau*, em Genebra, Suíça. Na ocasião em que Lacombe esteve na Suíça, Piaget já é um pesquisador destacado na mesma instituição, conduzindo muitos trabalhos de investigação sobre a criança (Kesselring, 1993). A menção de Lacombe a Piaget, contudo, é breve, pois a autora limita-se a indicar que ele conduzia certos experimentos, que posteriormente foram publicados em “A Representação do Mundo na Criança” (Piaget, 1926). Lacombe, contudo, não parece ter muito interesse no trabalho de Piaget naquele momento.

Já em novembro de 1925 temos uma terceira menção, desta vez da pena do célebre psiquiatra brasileiro Juliano Moreira. Ela saiu no jornal “O Paiz” (Moreira, 1925), um importante jornal republicano carioca (Brasil, 2015b). O tema de Juliano Moreira é o testemunho em processos judiciais, e no texto Piaget aparece em um trecho que aborda o teste-munho da criança. Segundo Moreira, o pensamento infantil é semelhante ao delírio, ao misticismo e à fantasia. O autor ainda compara Piaget a Freud, Bleuler e Jung nesse ponto específico (Moreira, 1925), mas a discussão de Moreira sobre as ideias de Piaget não são longamente trabalhadas e não parecem tão bem fundamentas.



Estas três primeiras publicações de 1925, a resenha, a menção de Lacombe e a citação de Juliano Moreira, somados a uma citação breve feita por Jorge Valente (*Sobre a Hygiene Social*, 1928) – um expoente da saúde pública na Bahia –, e a outra de Augusto Linhares (Linhares, 1929) – precursor da fonoaudiologia brasileira – dão o tom da circulação de Piaget, nos anos 1920, no Brasil, ou seja, breves menções, sempre tratando de questões da criança.

Este primeiro e breve momento pode ser definido como a chegada das ideias de Piaget ao Brasil, indicando o início do interesse, mas sem ainda trabalhar as questões que Piaget propõe. É importante lembrar que o Piaget dos anos 1920 ainda não é o “Grande Piaget”, ou seja, o pesquisador destacado da infância. Tratava-se ainda de um pesquisador jovem, mas cujo brilhantismo emergia rapidamente.



As primeiras apropriações das ideias de Piaget

O final dos anos 1920 indicam o começo de uma mudança no cenário da circulação de Piaget no país, pois suas ideias começam a sair do estágio de citações breves e passageiras para serem progressivamente incorporadas nas discussões mais amplas.

Léon Walther chegou ao país em 1928, e pode ter mencionado o jovem pesquisador Jean Piaget com os colaboradores brasileiros, considerando que o epistemólogo ganhava destaque rapidamente. O mesmo vale para as visitas de Claparède (Rosa; Ribeiro, 2022), que foi o responsável pela volta de Piaget à Suíça, no cargo de *Chef de travaux*, em 1922, e que havia feito um prefácio elogioso no seu primeiro livro (Piaget, 1923). Estas visitas acontecem principalmente em Mi-

nas Gerais e no Rio de Janeiro, e as evidências documentais indicam que, até então, ambas as províncias eram as únicas onde Piaget de alguma forma circulou, com a notável exceção exatamente da primeira aparição do nome de Piaget na documentação pesquisada, publicada no Rio Grande do Sul, que talvez possa ser considerado um caso isolado, mas ainda pendente de maior investigação.

Uma nova etapa se inicia em dezembro de 1928, que é quando o jornal “A Província de Pernambuco” publica o artigo “Os Livros que se Destinam às Crianças”, por obra de Sylvio Rabello (1928). O texto mostra uma mudança qualitativa importante na forma como Piaget é abordado. Descontente com a literatura infantil, que entende ignorar as peculiaridades do pensamento infantil, Rabello celebra Piaget como quem melhor estrutura a lógica da criança, indicando seus livros e mostrando um bom conhecimento sobre sua obra.

Já nos anos 1930, Rabello verdadeiramente discute as ideias de Piaget, mencionando livros em francês e espanhol e indicando um núcleo de Pernambuco em franco diálogo com o mestre de Genebra. O texto de Rabello pode ser o primeiro brasileiro a adotar as ideias de Piaget como núcleo central da argumentação, colocando o pernambucano numa posição de destaque nesta história.

Em 1929, com a chegada de Helena Antipoff ao Brasil, a presença e circulação das ideias de Piaget se fortalecem (Assis, 2023, 2014; Vasconcelos, 1996). Embora as discussões sobre Piaget realizadas pelo grupo de médicos ainda requeiram análise aprofundada, as publicações de Antipoff representam o método mais eficaz de assimilação das teorias de Piaget. Esse processo foi exemplificado pelos protagonistas da Escola



Nova e pelos defensores da Escola Ativa. Com o objetivo de modernizar a educação, intelectuais, educadores e ativistas buscavam inspiração em ideias progressistas internacionais. Essa tendência foi fortalecida pelas iniciativas dos reformadores educacionais brasileiros, cujo interesse em importar renomados conceitos e metodologias europeias contribuiu significativamente para o avanço da educação nas diversas regiões do Brasil.

Mesmo com Antipoff, as duas viagens de Claparède ao Brasil, a chegada de Walther, a viagem do próprio Piaget e o grande aumento de citações e menções dos reformadores da educação e outros interessados na infância, nos anos 1930 e 1940, Piaget circula, mas ainda sem grande protagonismo, embora reconhecido como grande estudioso da mente infantil.

A questão pode estar na posição política e intelectual de Piaget, conforme sugere Vasconcelos (1996). Representante do *Bureau International d'Éducation* (BIE) e, posteriormente, na Unesco – condição que o trouxe ao país – Piaget não se via na educação, não tendo por ela tanta dedicação e não escrevendo muito sobre o assunto. Por outro lado, o interesse brasileiro em suas obras vinha principalmente daqueles envolvidos na educação nacional, o que gerava uma incompatibilidade. De um lado, Piaget viajava pelo mundo representando órgãos educacionais internacionais. Por outro, desejava discutir suas ideias psicológicas, se frustrando frequentemente (Vasconcelos, 1996). Piaget era, assim, uma figura peculiar, pois não estabelecia um diálogo entre educação e psicologia da mesma forma que outros nomes suíços conseguiam desenvolver, Claparède sendo o maior exemplo.



Em um levantamento de Raquel Assis sobre a presença das ideias de Piaget em publicações dos anos 1930, em Minas Gerais (Assis, 2014), se observa que Piaget aparece em 11 textos, tendo o egocentrismo como tema principal, junto da socialização e da moral, sempre em contexto educacional. As discussões tomavam ideias e propostas de Piaget para pensar soluções para os problemas educacionais da época, mas também representavam uma posição da psicologia sobre o funcionamento da criança, objeto dos estudos de Piaget. A reflexão piagetiana pode ser aproveitada pelos educadores, mas não está voltada principalmente para eles.

O primeiro texto de Piaget publicado em português foi uma tradução em duas partes da primeira seção do capítulo VI do livro “A Representação do Mundo na Criança” (Piaget, 1926), que saiu no jornal carioca “Diário de Notícias em 1931” (Piaget, 1931a, b). O “Diário de Notícias” foi fundado em 1930, num conturbado contexto político. Apoiador moderado do tenantismo, o jornal era representante da Aliança Liberal, recebendo a alcunha de “jornal da Revolução”. Acabou por apoiar o governo de Getúlio Vargas, esperando que reformas trabalhistas pudessem ser realizadas pelo novo governo (Brasil, 2015a).

A tradução pode ser encontrada na seção “Página de Educação” do periódico, que era dirigida pela escritora e cronista Cecília Meireles. Tratava-se da primeira seção jornalística especializada em educação no Rio de Janeiro, dedicada à análise, discussão e disseminação da Escola Nova (Silva, 2015).

Neste momento, Meireles era conhecida por ser uma importante figura na defesa da Escola Nova – sua fama literária só viria em 1938 – dos ataques vindos de intelectuais católicos, liderados por Alceu Amoroso Lima e Tristão de Athayde



(Mendes, 2017). O espaço dado pelo diário à então jornalista foi frutífero nessa defesa, com centenas de artigos e outras publicações, comentando e noticiando aspectos da política educacional, discutindo novas ideias, entre outros (Mendes, 2017).

Dar precisão à motivação desta tradução exige uma pesquisa mais aprofundada, mas pode-se fazer algumas especulações. Publicar as ideias sobre crianças de um psicólogo de linha experimental, ao mesmo tempo calvinista, suíço e de Genebra, ele próprio já em atrito com católicos em seu próprio continente, poderia ser um ato de provocação. Os intelectuais católicos de então viam a Escola Nova como um atentado comunista contra a educação nacional (Mendes, 2017), e lamentavam a visão materialista das psicologias experimentais que floresciam nos EUA e na Europa (Rosa, 2020).

A publicação obteve sucesso entre seus leitores. Nas semanas seguintes, cartas foram enviadas ao jornal com relatos de pessoas que haviam tentado, em suas próprias casas, com as crianças da família, conduzir os experimentos e provas propostos por Piaget na sua obra. O debate foi organizado por Cecília Meireles de modo a ser possível se fazer comparações entre o que os leitores traziam e aquilo que Piaget havia obtido em seu próprio laboratório, o que indica que o interesse em Piaget podia ultrapassar as esferas médica e educacional, atingindo esferas da cultura geral.

São os educadores os responsáveis pela segunda tradução de um texto de Piaget para o português no Brasil, desta vez mais claramente conectada com o debate educacional brasileiro. O material saiu na “Revista da Educação”, de São Paulo, sob o título “O Trabalho por Equipe na Escola: Aspectos



Psicológicos” (Piaget, 1936), e se insere perfeitamente bem no debate da época sobre educação. Com o interesse em apoiar o trabalho em grupo, o egocentrismo era visto como um problema vital, onde Piaget emerge como grande pesquisador. Trata-se de usar os conhecimentos da psicologia adaptados a problemas escolares, o fundamento dessas primeiras apropriações das ideias e discussões de Piaget em nosso país.

As ideias de Piaget começam a ser apropriadas nos anos 1920 e 1930 por educadores ligados à Escola Nova, identificando o suíço como parte deste movimento que tinha como uma de suas sedes Genebra, de onde vinha também as publicações de Piaget. Os educadores estavam interessados em entender a criança para formular a educação, conforme seus mestres haviam ensinado ao longo dos anos anteriores, e Piaget foi colocado nesta prateleira de ideias. Apesar de Piaget se considerar um ex-futuro filósofo (Piaget, 1983) e, mais propriamente, um epistemólogo, foi como um grande mestre da educação que suas ideias se estabeleceram no país.

Circulando, senhor Piaget: duas propostas práticas para suas ideias

Já chegando nos anos 1950, tem-se o início de um novo momento para a circulação das ideias de Piaget no Brasil. Até então, o interesse em Piaget precisava de uma mediação para ser aplicado à educação. Em 1951, Hans Aebli publica “*Didactique Pédagogique: Application à la Didactique de Jean Piaget*” (Aebli, 1951), fruto de seus estudos na elaboração de uma didática baseada na epistemologia genética.

O centro conceitual de suas ideias está nos mecanismos de assimilação e acomodação, essenciais também na teoria



piagetiana, que ele converte na “didática operatória” (Aebli, 1971). Essas bases sustentam a parte prática de sua metodologia de ensino, que se baseia, principalmente, no respeito às fases e capacidades específicas da criança, no fomento à atividade em grupo e na incorporação da ação como método pedagógico (Aebli, 1971). Este último, por sua vez, é o coração da aplicação de suas ideias, pois ele entende que a ação organizada e racionalizada que desafie os esquemas dos alunos leva-os a progredir e se aperfeiçoar (Aebli, 1971). Começando em 1971, alguns de seus livros foram traduzidos e publicados no Brasil, mas já circulavam anteriormente, em francês, e eram discutidos em vários círculos intelectuais (Vasconcelos, 1996).

Hans Aebli não foi o único a se inspirar na epistemologia genética para desenvolver uma didática inovadora. Essa abordagem de assimilar e aplicar as ideias de Piaget é um fenômeno global, manifestando-se em diversos países e contextos educacionais. No Brasil, em Fortaleza, Lauro de Oliveira Lima emergiu como uma figura central nesse movimento, após estudar as obras de Aebli, iniciando a criação de métodos e experimentos educacionais próprios (Bello, 2010).

Nascido em Limoeiro do Norte, Ceará, em 1921, Lauro de Oliveira Lima foi um educador que se destacou tanto por sua atuação política na educação quanto pelo desenvolvimento do que ele denominava Método Psicogenético, baseado na Epistemologia Genética de Piaget. Sua jornada começou nos anos 1950, quando suas atividades ganharam intensidade. Nomeado para diversos cargos importantes e colaborando com várias instituições, Lima tornou-se, por um período, uma referência essencial sobre Piaget, especialmente fora do ambiente acadêmico.



Lima também foi pioneiro ao liderar os *Capita Plana*, um grupo que promoveu as teorias de Piaget e os métodos desenvolvidos por ele sob os auspícios do MEC, alcançando principalmente o Nordeste do Brasil. Com a benção de Piaget, com quem se comunicou por cartas, fundou o Centro Experimental e Educacional Jean Piaget, no Rio de Janeiro, um espaço dedicado à continuação de suas pesquisas e experimentações pedagógicas e que chegou a contar com três escolas (Ando, 2015).

As publicações de Lauro de Oliveira Lima alcançaram grande circulação, com edições ultrapassando os 10 mil exemplares. Suas propostas didáticas eram profundamente entrelaçadas com as ideias de Piaget, refletindo uma compreensão íntima e uma aplicação prática das teorias do renomado psicólogo suíço. Durante a década de 1980, ele foi essencial na organização de eventos significativos sobre as ideias de Piaget, como o 1º Congresso Piagetiano, que reuniu educadores e estudiosos para discutir e expandir o legado de Piaget na educação.

A criação do laboratório de epistemologia genética por Zélia Ramozzi-Chiarottino na USP, em 1968 (Ramozzi-Chiarottino, 2010), marca uma mudança no cenário. Enquanto Lauro de Oliveira Lima conversava por cartas com Piaget e conduzia suas pesquisas de forma independente, Ramozzi-Chiarottino estudou com Inhelder e Piaget na Suíça, fazendo os cursos de formação em método clínico e aprendendo a construir e manter um laboratório semelhante ao europeu.

Não se tratava mais de uma apropriação, aplicação e circulação. Agora o Brasil estaria conectado com uma rede global de pesquisadores da psicologia dentro de seus labo-



ratórios, conduzindo investigações sobre a criança brasileira. Esta rede se fortalece ao longo dos anos 1970, com uma explosão de núcleos de pesquisa e o início de um intenso intercâmbio entre Brasil e Genebra. A psicologia havia entrado de vez nesta história.

Considerações finais

A chegada das ideias de Piaget ao Brasil aconteceu de forma relativamente célere em comparação com as suas primeiras publicações. Os primeiros estudos de Piaget sobre a criança aparecem em 1921, e o primeiro livro em 1923. Dois anos depois seu nome já está impresso em jornais brasileiros. Esta chegada ocorre por diferentes vias. Uma de natureza ainda por investigar, relacionada à importação de ideias modernas da Europa visando reformas no país, outra conectada com uma importante figura da educação brasileira, Laura Lacombe, e uma terceira pelas mãos de um psiquiatra, Juliano Moreira.

A forma desta chegada dá o tom da maneira como Piaget será recepcionado no país, qual seja, por meio de importação de ideias estrangeiras inovadoras que possam contribuir com a modernização do país, que havia apenas recentemente atingido o *status* de República. A motivação é a mesma, ainda que os envolvidos venham de círculos diferentes e que tenham conexões e interesses políticos também diversos.

A apropriação das ideias de Piaget ocorre de duas formas distintas. Uma, com Sylvio Rabello, que pode ser reconhecido como educador mas, também, como um pesquisador da criança. Ele desenvolveu técnicas de investigação sobre aspectos da vida infantil e estabeleceu diálogo com o que havia de melhor no assunto em sua época, o que incluía Piaget.



Por outro lado, Piaget era incorporado na educação, e nisto não vai nenhuma surpresa. O modelo da Escola de Genebra, que naquele momento ainda era nascente e não havia atingido o formato que a consagrou ao longo do século XX, propunha uma conexão da psicologia com a educação, considerando ser necessário conhecer a criança para, assim, educá-la. Em Genebra, várias áreas do conhecimento eram convocadas a colaborar na compreensão da criança, dentre elas a própria psicologia. No Brasil, que importou este modelo, trazendo vários representantes da Escola ao país, ocorre algo semelhante, com a diferença de a psicologia brasileira estar ainda longe de estar estabelecida nos anos 1930.

Nesta toada, Piaget podia ter suas ideias apropriadas e aplicadas a problemas e discussões educacionais, ao lado de outros expoentes da educação e da psicologia da criança. Resta, contudo, conhecer o que aconteceu com o grupo de médicos que se interessou por seu trabalho. Uma resposta para este problema pode estar nos periódicos de medicina da época.

A circulação das ideias de Piaget atinge seu ápice quando ele não é mais apenas uma voz dentre outras do debate educacional e na psicologia da criança, mas antes transforma-se em elemento central. Tanto Aebli quanto Lima elaboraram toda uma estrutura educacional, teórica e prática, não apenas em diálogo, mas a partir da Epistemologia Genética, uma forma de celebrar e reverenciar a obra do mestre. A divulgação das ideias de Piaget atinge, assim, uma nova etapa, pois elas passam a ser discutidas amplamente entre os professores do país, que as utilizam na formulação de soluções cotidianas da educação e difundindo a obra piagetiana.



Este processo de criação de modelos educacionais baseados na psicologia de Piaget ganharia um novo capítulo nos anos 1990, quando sistemas educacionais brasileiros importam do Chile outro modelo educacional fundamentado nas propostas piagetianas, o que mostra a força estruturante e determinante de Piaget para a história da educação e da psicologia brasileiras.

Referências

AEBLI, H. Didactique psychologique: application à la didactique de la psychologie de Jean Piaget. **Actualités pédagogiques et psychologiques**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1951.

AEBLI, H. Didática psicológica. **Atualidades pedagógicas**, n. 103, São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

ANDO, L. M. **Lauro de Oliveira Lima e a escola secundária: um estudo de sua produção intelectual ao longo de sua trajetória profissional (1945-1964)**. Orientador: Daniel Revah. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/3680b809-2bc2-4cff-8e09-0cb3c6354e06/content>. Acesso em: 9 maio 2024.

ASSIS, R. M. Appropriations of Jean Piaget's ideas by the culture of the print media in Minas Gerais State/Brazil (1930–1940): understanding children's thinking for the improvement of education. In: CAMPOS, R. H. de F.; LOURENÇO, É.; RATCLIFF, M. J. (org.). **The transnational legacy of Jean Piaget: a view from the 21st century**. p. 239–253. Cham: Springer



International Publishing, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-38882-8_15. Acesso em: 8 maio 2024.

ASSIS, R. M. Egocentrismo, pensamento inteligente e vida social: a divulgação das ideias de Jean Piaget na década de 1930 no Brasil. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, n. 27, 2014. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/memorandum/wp-content/uploads/2014/11/assis03.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

BELLO, J. L. de P. **Lauro de Oliveira Lima, um educador brasileiro**. Joinville, SC: Clube de Autores, 2010. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/lauro-de-oliveira-lima>. Acesso em: 9 maio 2024.

BRASIL, B. **Diário de Notícias (Rio de Janeiro, 1930)**. 10 nov. 2015a. **BNDigital**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-rio-de-janeiro-1930/>. Acesso em: 9 maio 2024.

BRASIL, B. **O Paiz**. 2 abr. 2015b. **BNDigital**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 9 maio 2024.

KESSELRING, T. **Jean Piaget**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

LACOMBE, L. O ensino na Suissa. **A Educação: Revista mensal de dedicada à defesa da instrucção no Brasil**. p. 882–897, 11 ed, Rio de Janeiro:, abr. 1925.

LEITE, C. R. S. da C. A Federação (1884-1937): da abolição à república. 13 dez. 2021. **Musecom**. Disponível em: <https://www.musecom.com.br/noticias/181/a-federacao-1884-1937-da-abolicao-a-republica>. Acesso em: 9 maio 2024.



LINHARES, A. Da linguagem e seus defeitos: meios de corrigi-los. **Brazil Medico:** Revista Semanal de Medicina e Cirurgia, 26 ed., p. 732, Rio de Janeiro, 9 jun. 1929.

MENDES, C. M. M. Cecilia Meirelles no Diario de Noticias: a luta cotidiana pela escola nova (junho de 1930 a outubro de 1930). **Acta Scientiarum. Education**, v. 39, n. 4, p. 371, 1 set. 2017.

MOREIRA, J. Psychologia do testemunho. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 14991 ed, p. 1, 5 nov. 1925.

PARRAT-DAYAN, S. A recepção da obra de Piaget no meio pedagógico dos anos 1920-1930. trad. João Alberto Da Silva. **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 1, n. 2, p. 148–167, 31 dez. 1969.

PÉCAUT, F. Uma vista nova sobre o espírito da criança. **A Federação:** Orgam do Partido Republicano. (Questões contemporâneas). Porto Alegre, 99 ed., p. 1, 28 abr. 1925.

PIAGET, J. A criança e sua representação do mundo: o conceito infantil de vida”, segundo os estudos de Jean Piaget. **Diário de Notícias** (Página da Educação). Rio de Janeiro, 207 ed., p. 7, 2 jan. 1931a.

PIAGET, J. A criança e sua representação do mundo: o conceito infantil de vida”, segundo os estudos de Jean Piaget [2]. **Diário de Notícias** (Página da Educação). Rio de Janeiro, 209 ed., p. 7, 4 jan. 1931b.

PIAGET, J. **A epistemologia genética ; Sabedoria e ilusões da filosofia ; Problemas de psicologia genética.** (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.



PIAGET, J. Essai sur quelques aspects du développement de la notion de partie chez l'enfant. **Journal de psychologie normale et pathologique**, v. 18, n. 6, p. 449-480, 1921a.

PIAGET, J. La psychanalyse dans ses rapports avec la psychologie de l'enfant (I). **Bulletin mensuel de la Société Alfred Binet**, v. 1, n. 20, p. 18-34, 1920.

PIAGET, J. **La représentation du monde chez l'enfant**. Paris: F. Alcan, 1926.

PIAGET, J. **Le Langage et la pensée chez l'enfant**. Neuchâtel; Paris: Delachaux et Niestlé, 1923.

PIAGET, J. O trabalho por “équipes” na escola. **Revista de Educação: orgão da directoria de ensino**, v. XV. XVI, p. 3-16, dez. 1936.

PIAGET, J. Une forme verbale de la comparaison chez l'enfant: un cas de transition entre le jugement prédictif et le jugement de relation. **Archives de psychologie**, v. 18, n. 69/70, p. 141-172, 1921b.

RABELLO, S. Os livros que se destinam às creanças. **A Província**. ed. 302, p. 3. Recife: 29 dez. 1928.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. Análise crítica de um artigo da Revista Schème sobre os estudos da obra de Jean Piaget no Brasil. **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 3, n. 5, p. 6-27, 2010.

RIBEIRO, A. E. M. **Princípios do método clínico de Jean Piaget**: uma análise dos protocolos de pesquisa entre 1920 e 1922. UNESP, 6 abr. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/154148>. Acesso em: 27 set. 2023.



ROSA, H. L. R. S. da. **O burburinho das almas: querelas e outras histórias da psicologia brasileira.** Orientador: Arthur Arruda Leal Ferreira. 2020. 253 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.hcte.ufrj.br/docs/teses/2020/hugo_leonardo_rocha_silva_da_rosa.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

ROSA, H. L. R. S. da; RIBEIRO, A. E. M. A viagem de Claparède ao Brasil. In: RIBEIRO, André Elias Morelli; SANTOS, Marcus Vinícius do Amaral Gama; VIEIRA, Yuri Pereira Antunes; GUIMARÃES, Gunther Mafra; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FONSECA, Luiz Eduardo Prado da (Orgs.). **Boletim do Portal História da Psicologia.** p. 286-331. Rio das Ostras: Editora do Portal História da Psicologia, 2022. Disponível em: <https://zenodo.org/record/7492882>. Acesso em: 1 jan. 2023.

SILVA, M. B. do N. **Escola Nova na “Página de Educação” (1930-1933):** navegando nas palavras de Cecília Meireles no “Diário de Notícias”. Orientador: Geraldo Inácio Filho, 2015. 161 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19572>. Acesso em: 9 maio 2024.

SOBRE A HYGIENE SOCIAL. Sciencia Medica Revista Brasileira de Medicina e Sciencias e Affins. (Associações Scientificas), p. 41, Rio de Janeiro, jan. 1928.

VASCONCELOS, M. S. **A difusão das ideias de Piaget no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.



Capítulo 4

Gabinete de Psicologia Experimental do Hospício Nacional de Alienados: Loucura e gênero na primeira metade do século XX

*Maira Allucham Goulart Naves
Trevisan Vasconcellos
Ana Maria Jacó-Vilela*

Preâmbulo

Este capítulo é decorrente da investigação sobre a inserção dos conhecimentos e práticas da psicologia no Hospício Nacional de Alienados (HNA) no período de 1907 a 1944, data de fechamento do HNA. Consideramos que, para uma melhor compreensão das práticas desenvolvidas nesta instituição é necessário conhecer a sua estrutura organizacional. Neste sentido, assinalamos que a porta de entrada do HNA era o Pavilhão de Observação (PO), local onde se realizava a triagem dos pacientes sob suspeita de alienação bem como ocorriam suas internações provisórias. O PO tinha como objetivo ser um lugar de ensino e investigação, servindo para o treinamento dos alunos da cadeira de Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro - FMRJ (Muñoz; Facchinetti; Dias, 2011; Mathias, 2017). O PO desempenhou um papel significativo no avanço da medicina mental como uma especialidade, uma vez que foi concebido para atender à demanda por maior rigor científico nesse cam-



po, contribuindo para a consolidação da prática psiquiátrica (Muñoz; Facchinetti; Dias, 2011). João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921), seu primeiro diretor, além de ser catedrático da Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da FMRJ, foi responsável por disseminar uma abordagem psiquiátrica fundamentada nos princípios do alienismo francês, elaborando políticas assistenciais asilares (Venâncio, 2003).

Em 1903, Juliano Moreira (1873-1933) assumiu o cargo de diretor do Hospício Nacional dos Alienados (HNA). Já no ano seguinte, Henrique Roxo (1877-1969) foi designado para ocupar a Cátedra de Clínica Psiquiátrica e Moléstias Nervosas, assumindo também a direção do PO, sucedendo Teixeira Brandão. A atuação de Juliano Moreira no hospício foi crucial para uma transformação significativa no panorama científico desta instituição, introduzindo uma abordagem psiquiátrica influenciada pela escola de Émil Kraepelin (1856-1926) e promovendo reformas que incluíam o estabelecimento e a organização de laboratórios experimentais (Jacó-Vilela *et al.*, 2022). Os equipamentos médico-laboratoriais instalados na gestão de Juliano Moreira mostraram o esforço de romper com o alienismo francês e integrar a medicina organicista alemã no HNA (Facchinetti; Muñoz, 2013). Neste contexto, a criação do serviço de Psicologia Experimental no PO foi o objeto de primordial interesse na condução dessa pesquisa. Isto porque, na historiografia da Psicologia no Brasil, pouco relevo é dado à utilização da Psicologia no ambiente médico depois da apropriação dos conhecimentos psicológicos ocorrida no século XIX e presente nas teses das Faculdades de Medicina. Assim, a criação de um serviço específico de Psicologia no maior hospital de alienados do Brasil, logo ao começo do século XX, nos pareceu uma frente que deveria ser mais bem conhecida.



O Gabinete de Psicologia Experimental e os Cadernos de Observação Clínica

O Gabinete de Psicologia Experimental (GPE) foi estabelecido na estrutura do PO formalmente em 1907, constituído por uma combinação de instrumentos já presentes no HNA, bem como por equipamentos que Juliano Moreira solicitou diretamente da Europa para promover a modernização do laboratório, possibilitando a realização de testagem psicológica em alguns internos. Na historiografia da Psicologia não há pesquisas que relatem as atividades desenvolvidas no GPE e são escassas as informações sobre os testes utilizados na avaliação dos internos do PO, mais uma motivação para nossa pesquisa.

O primeiro diretor do GPE foi Maurício Campos de Medeiros (1885-1966), que teria afirmado, segundo Penna (1989), que uma quantidade considerável de trabalhos de pesquisa realizados foi perdida ao longo do tempo. No entanto, ressalta-se que parte da documentação clínica desta instituição ainda está preservada, proporcionando elementos relevantes para a investigação e esclarecimento das práticas psicológicas ocorridas neste contexto. Trata-se dos Cadernos de Observação Clínica, guardados na Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Estes Cadernos trazem o registro de entrada dos pacientes no PO e ali constam não só os dados da anamnese como os resultados de testes psicológicos (quando foram realizados) além de fotos, notícias de jornal e outras informações sobre os pacientes. Os Cadernos foram, portanto, fonte fundamentais para o levantamento das informações referentes à aplicação dos testes psicológicos nos internos do PO.



Foi possível verificar, a partir dos Cadernos de Observação Clínica, a utilização de uma variedade significativa de testes no começo do século XX no HNA, abrangendo as categorias de testes de associação de ideias, memória, atenção e nível intelectual (Jacó-Vilela *et al.*, 2021). Entretanto, consta ali que, no período de 1907 a 1941 – estranhamente, não se encontrou aplicação de testes no período final do HNA, de 1942 a 1944 –, passaram no PO por volta de 25 mil pessoas para avaliação e possível internação. Porém, encontrou-se o registro de aplicação de testes psicológicos apenas em um total de 364 pacientes hospitalizados no PO, sendo categorizados como 230 pessoas do sexo masculino e 134 do sexo feminino conforme os prontuários da época.

No percurso da pesquisa esses dados nos levaram a várias indagações: quem são as pessoas que são objetos de testagem psicológica e por qual motivo o médico indicava a aplicação destes testes? O diagnóstico era referendado pelos resultados dos testes? Qual era o destino dos pacientes que passavam pela avaliação no PO? Essas e tantas outras perguntas possibilitam pensar em distintos recortes em torno da emergência da psicologia neste espaço e da aplicação de testes psicológicos. Contudo, não pretendemos, aqui, responder a estas perguntas. Vamos dar enfoque aos apontamentos preliminares sobre a utilização dos testes psicológicos em mulheres referente ao levantamento realizado no período já citado.

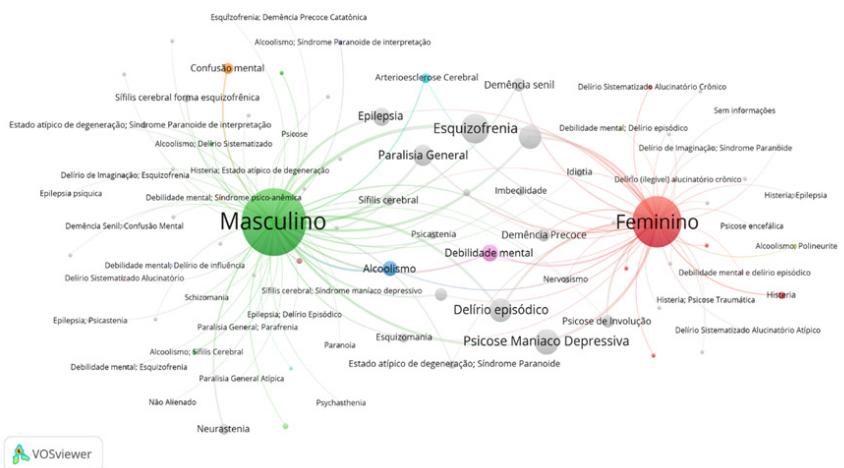
Loucura e gênero no Gabinete de Psicologia Experimental

De acordo com o levantamento realizado, como já citado, dos 364 pacientes que foram objetos de testes psicológicos apenas 36,81% estavam categorizados no prontuário como



sendo do sexo feminino. Considerando estudos que abordam as condições de internação feminina e as dinâmicas de gênero que expunham as mulheres a formas adicionais de violência, buscamos correlacionar os dados do sexo biológico registrados no formulário de admissão com os diagnósticos obtidos.

Figura 1 – Diagnóstico de pacientes avaliados com testes psicológicos no PO divididos de acordo com a categoria sexo feminino e masculino conforme indicados nos formulários de admissão dos Cabeiros de Observação Clínica no período de 1907 a 1941.



Fonte: Autores, 2024.

Esta nuvem aponta que, no entrecruzamento entre *Testes X Diagnósticos*, indicados nos Cadernos de Observação, verificou-se que os diagnósticos mais comuns em mulheres estavam relacionados à histeria, nervosismo, delírio de imaginação, debilidade mental e psicose maníaco depressiva. Os homens, por sua vez, apresentam em mais alto grau diagnós-

ticos relacionados a questões orgânicas, como epilepsia, arteriosclerose, epilepsia, paralisia geral etc.

Os diagnósticos não nos surpreendem, tendo em vista a posição de subalternidade feminina e a visão, na literatura científica, de sua fragilidade, o que a levava a ser classificada como portadora de quadros maníaco-depressivos e histéricos. Interessante notar que, nos dados encontrados, a testagem psicológica aconteceu em número menor nas pessoas categorizadas como do sexo feminino. Uma hipótese que levantamos é que este dado tem relação com o caráter moral dos diagnósticos da época, especialmente pela associação da histeria e da psicose maníaco-depressiva com características marcadamente femininas.

O trabalho de Jean-Martin Charcot (1825-1893), grande influência entre os médicos brasileiros, certamente embasava estas conclusões em torno da associação da histeria ao dito feminino. Não por acaso, desde a criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), em 1832, há uma disciplina sobre Partos, mas o surgimento da Ginecologia ocorreu sem 1883 (Rohden, 2002). Investigação anterior de nosso grupo de pesquisa (Espírito Santo *et al*, 2006) avaliou a presença da temática relativa ao feminino nas teses da FMRJ. Elas surgem mais ao final do século XIX, período de acentuada mudança cultural na então capital do Império e, notadamente, no meio intelectual da época, denominado por Silvio Romero de “Geração de 70” (Romero, 1926). Assim, as teses apresentam temas como amamentação, desenvolvimento feminino, gravidez e parto, menstruação, masturbação, puerpério, trabalho feminino e especialmente assuntos ligados à educação dos filhos. As teses que falam sobre a menstruação e o ciclo reprodutivo da mulher – que inclui a puberdade, a gravidez e a menopausa –



discutem estes atributos buscando justificar diferenças psicológicas e de função social da mulher. Desta forma, explica-se a maior tendência do sexo feminino às emoções e à fragilidade, enquanto o sexo masculino estaria mais ligado à razão e à força (Espírito Santo *et al.*, 2006).

Citando ainda outras teses, vemos que Lopes (1887) fala em uma psychologia própria da mulher: volubilidade extrema de ideias; alma fértil, com imensa capacidade para criações fantásticas, sonhos e devaneios, além de uma “leve fixidez de reflexão”, exaltada no estado puerperal. Além das peculiaridades de seu sistema nervoso e de seu ciclo reprodutivo, considera-se que a mulher também apresenta características físicas, como o tamanho do cérebro – a frenologia de Franz Joseph Gall (1758-1828) - que a colocam em situação de inferioridade comparativamente ao homem.

Com menor inteligência que o homem, precisa viver para o amor, tendo no homem seu amparo natural (Araújo, 1883). Por outro lado, Barros acentua: “Em amar e ser amada resume-se a vida da mulher, que sempre he hum encadeamento continuo de mudanças n'este sentido” (Barros, 1845, p. 10). Assim, amparados pelo discurso científico, exemplificado pela frenologia, o evolucionismo e a antropometria, os médicos legitimam o acesso da mulher ao estudo formal, ou seja, à instrução acadêmica oferecida em colégios. Barros, por exemplo, sugere que a constituição moral da mulher resulta da fraqueza inata dos seus órgãos: “tudo he subordinado a este principio pelo qual a natureza quiz tornar a mulher inferior ao homem” (Barros, 1845, p.7). A constituição feminina serve de justificativa para sua “submissão intelectual”. Ou seja, a mulher tem um papel importante na sociedade, e por isso necessita de edu-



cação. Porém, esta deve ser restrita, diferente da masculina e cuidando para não aguçar ainda mais suas paixões.

No HNA, a perspectiva dos psiquiatras no início do século XX ainda era profundamente influenciada pelas ideias do século anterior, considerando o corpo feminino mais suscetível a perturbações mentais e morais, o que supostamente denunciava práticas ilícitas contrárias à sua natureza passiva (Facchinetti; Muñoz, 2008). Tais concepções podem ser evidenciadas nas publicações de Henrique Roxo, que frequentemente associava a instabilidade mental das mulheres a questões de limitações intelectuais e também a influência das funções reprodutivas especialmente no humor lábil e no comportamento considerado desviante (Facchinetti; Muñoz, 2008).

A pesquisa de Facchinetti; Ribeiro; Muñoz (2008) corroboram nossos achados. Conforme os autores, no HNA, até a década de 1920, os diagnósticos mais comuns para as mulheres incluíam histeria, enquanto psicose maníaco-depressiva, confusão mental e psicose periódica se tornaram prevalentes a partir da década de 1930. Por outro lado, para os homens, até 1920, os diagnósticos mais frequentes eram sífilis, alcoolismo e demência precoce, enquanto a partir da década de 1930, diagnósticos como esquizofrenia, degeneração e paranoia se tornaram mais comuns. Tais elementos coincidem com a passagem da influência do alienismo francês para o do organicismo alemão krapeliano, como assinalado na história da criação do GPE.

Além disso, na descrição da sintomatologia das mulheres internadas no HNA era frequente a ocorrência de sintomas relativos à questão do gênero, abarcando inúmeros casos que apontavam características como:



mulheres que se recusam a usar saias ou vestuário feminino; que possuem ‘rebeldia natural’, as irritadiças, com crises de ira; que fogem de casa; que tentam se livrar dos filhos por aborto ou abandono; que abandonam seus maridos; que preferem a prostituição e a boemia ao casamento; que se recusam a casar e até mesmo que estudam em excesso (Facchinetti; Ribeiro; Muñoz, 2008, p. 237).

Os marcadores da loucura eram evidenciados por um discurso médico-científico que englobava a definição de padrões de comportamento considerados adequados para as mulheres da época. As expectativas sociais e científicas reforçavam a subordinação da mulher aos homens e sua função primordial como esposas e mães a fim de garantir proles saudáveis para o futuro da nação. Na primeira metade do século XX, o modelo civilizatório em curso no país embutia nos padrões de normalidade os papéis ideais associados ao posto da mulher garantindo também políticas de controle social (Engel, 2018).

Os elementos mencionados são evidenciados nos registros dos Cadernos de Observação, especificamente nas fichas de anamnese compiladas durante a pesquisa dos pacientes que passaram pelo GPE. Para exemplificar, apresentamos um caso datado de 1933, envolvendo uma mulher de 18 anos, ocupação doméstica, encaminhada ao hospício devido a queixas relacionadas ao seu marido e sua recusa em prosseguir com o casamento vigente. Expressava o desejo de se unir a outro homem e foi descrita pelos médicos como alguém propensa a se opor ao cônjuge.

Diante disso, foram administrados testes de afetividade e associação de ideias para avaliar sua sanidade. Os resultados



indicaram níveis normais de afetividade, sendo o relato do irmão utilizado como fonte complementar para corroborar as informações prestadas pela paciente acerca de suas relações interpessoais, incluindo aquelas com sua mãe e filho. O diagnóstico estabelecido foi de psicose maníaco-depressiva.

A partir deste relato é possível observar o caráter moral dos diagnósticos atribuídos aos pacientes naquela época. Foram utilizados para a avaliação no GPE a pesquisa de afetividade e associação de ideias². Os resultados obtidos ali foram corroborados pelo viés de um terceiro, sendo validados pelas afirmativas do irmão da paciente, ou seja, de um representante masculino. Além disso, a manifestação do desejo feminino e de uma oposição ao casamento foram ressaltados na história clínica. Embora o diagnóstico de psicose maníaco-depressiva esteja vinculado a uma compreensão organicista, verificamos que as questões comportamentais permeiam os ideais de normalidade. A mulher que se opunha às normas da época seria louca ou degenerada. Diante disso, este discurso organicista é “também um discurso marcado pelo interesse nos comportamentos, tanto femininos quanto masculinos, valorizando a tentativa de normalizar os corpos, definido por Foucault em termos de ‘biopolítica’” (Cupello, 2010, p. 8).

Portanto, não é possível desvincular as descrições psicopatológicas do contexto histórico-social e cultural que circulava na capital do país naquele período, ou seja, as clas-

² Não encontramos na literatura da época sobre os testes psicológicos uma formalização dos métodos mencionados. Em alguns Cadernos em que constam dados do GPE os médicos anotavam apenas a “natureza do exame” trazendo apenas o que está sendo avaliado, sem detalhar o procedimento ou as instruções utilizadas. O que é descrito ao longo do texto, na maioria desses casos, é somente o resultado: se há ou não boa associação de ideias, por exemplo.



sificações nosológicas não podem ser concebidas como entidades fechadas, objetivas. Os diagnósticos das mulheres que passaram por testagem psicológica no GPE também demarcam a visão da subalternidade feminina e a intervenção inclusive em torno da manifestação dos seus desejos e sua sexualidade. Para Facchinetti; Ribeiro; Muñoz (2008, p. 239), “no início do século XX, a loucura feminina no HNA andava de braços dados com a degeneração, vista como o avesso da civilização”.

A guisa de síntese

As elucidações apontadas aqui reiteram o caráter disciplinador e normativo atribuído à loucura, particularmente em relação ao ideal de mulher durante a primeira metade do século XX. Nos dados levantados, a ocupação da maioria das mulheres que passaram pelo GPE era categorizada como “doméstica” no formulário de admissão, evidenciando o âmbito privado como lugar de emergência da mulher (Cupello, 2010). A construção da figura da “mulher louca” estava atrelada à manifestação de aversão às responsabilidades domésticas ou ao casamento, assim como à rebeldia e à desobediência às normas sociais vigentes na época.

Por se tratar de um recorte inicial, o propósito não é concluir ou esgotar o tópico, mas sim instigar reflexões adicionais, visando um futuro aprofundamento da pesquisa. Além das questões de gênero, é essencial abordar também aspectos relacionados à raça e à classe social, bem como explorar a influência dos diagnósticos naquelas mulheres levadas ao Pavilhão de Observações do HNA.

Considerando este contexto histórico, é oportuno refletir sobre as transformações em torno da concepção de gênero



e loucura ao longo do tempo. Embora tenha havido mudanças sociais, políticas e culturais nas últimas décadas, será que os critérios de normalidade ultrapassaram as relações de gênero ancoradas no controle do *corpus social*?

Referências

ARAÚJO, P. de A. N. de. **Loucura Puerperal.** 1883. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1883.

BARROS, J. J. F. M. de. **Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem, e sobre o regime que deve seguir no estado de prenhez.** 1845. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1845.

CUPELLO, P. Loucura e gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930). In: **14º ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH**, 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276709452_ARQUIVO_LoucuraeGeneronoHospitalNacionaldeAlienados.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PERROT, M. et al. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2018. p. 333-361.

ESPÍRITO SANTO, A. A. do; JACÓ-VILELA, A. M.; FERRERI, M. de A. A imagem da infância nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1930). **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, 2006. p. 19-28.

FACCINETTI, C.; MUÑOZ, P. F. de. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903-1933. **História, Ciên-**



cias, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2013. p. 239-262.

FACCHINETTI, C.; RIBEIRO, A.; MUÑOZ, P. F. de. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** v. 15, Rio de Janeiro, 2008. p. 231-242.

JACÓ-VILELA, A. M. et al. Psicologia na Psiquiatria: Testes psicológicos no Pavilhão de Observação do Hospício Nacional de Alienados (1907-1925). In: VENANCIO, A. T. A.; DIAS, A. T. (Org.). **O hospício da Praia Vermelha - Do império à República** (Rio de Janeiro, 1852-1944). v. 1, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. p. 355-377.

JACÓ-VILELA, A. M. et al. A psicologia no Hospício Nacional de Alienados no começo do século XX. In: JACÓ-VILELA, A. M.; DEGANI-CARNEIRO, F.; VASCONCELLOS, M. A. G. N. T. (Org.). **Clio-Psyché - História da Psicologia e suas críticas.** v. 1, p. 37-53, Curitiba: CRV, 2021.

MATHIAS, C. M. O Pavilhão de Observação como espaço de ensino da psiquiatria no Distrito Federal: 1921-1945. In: **15º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA.** Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: SBHC, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24002>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MATHIAS, C. M. Henrique Roxo (1877-1969). In: VIANNA, C.; ENGEL, M. G. (Org.). **Trajetórias e sociabilidades intelectuais no Rio de Janeiro (séculos XIX e XX).** Rio de Janeiro: Contracapa, 2017. p. 179-190.

MUÑOZ, P. F. N. de; FACCHINETTI, C.; DIAS, A. A. T. Suspeitos em observação nas redes da psiquiatria: o pavilhão de observações (1894-1930). **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 20, Uberlândia, 2011. p. 83-104.



PENNA, A. G. Acerca dos psicólogos-educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim; Maurício Campos de Medeiros; Plínio Olinto e Lourenço Filho. **Forum educ.**, v. 13, n. 3, p. 7-34, 1989.

ROHDEN, F. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**. v. 8, n. 17, p. 101-125, Porto Alegre, 2002.

ROMERO, S. Explicações indispensáveis. Prefácio a vários escritos de Tobias Barreto de Menezes. In: BARRETO, T. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. v. X, p. XXVI.

VENÂNCIO, A. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 883-900, 2003.



Capítulo 5

Psicologia Clínica no Brasil: interfaces históricas no campo da saúde mental

Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota

O estudo aqui apresentado, contempla resultados parciais da pesquisa realizada, ao longo do processo de doutoramento da autora. Como parte dessa pesquisa, este capítulo objetivou historicizar a conformação da Psicologia clínica, no Brasil, a partir da análise de elementos e de tensionamentos que ocorreram no campo das clínicas Psi, entre as décadas de 1940 e 1980, no país. Assim, buscou-se revelar elementos identificados a partir da análise das fontes primárias que desvelaram uma tentativa de alargamento do modelo de assistência às doenças mentais.

Pesquisas historiográficas revelam a aplicação da Psicologia em diferentes campos de atuação ao longo do seu processo de constituição no país. Nas palavras de Antunes (2004, p. 103) “as técnicas psicológicas vêm apresentando, dia-a-dia, novas e importantes aplicações, na organização racional do trabalho, na orientação e seleção profissionais, na medicina, no direito e na educação [e na clínica]”. A “aplicação” da Psicologia em tais campos se fortaleceu ao longo da primeira metade do século XX.

No que diz respeito ao exercício da profissão do psicólogo, encontramos estudos no campo da Psicologia aplicada à



clínica (Buchanan, 2003; Baptista, 2010; Klappenbach, 2000). Nessa seara, em 2013, no país, a Lei nº 12.842, conhecida popularmente como Lei do Ato Médico, trouxe à tona um conjunto de discussões que abordavam diagnósticos e terapêuticas no campo da saúde mental, promovendo embates entre médicos e outros profissionais da saúde, incluindo psicólogos.

Ao olhar para o passado, os estudos do campo da Saúde Mental conferem um caráter histórico ao processo de constituição da Psicologia – sobretudo no campo da clínica (Antunes, 2004, 2012; Campos, 1998; Massimi, 1994; Jacó-Vilela, 1999) – atrelado diretamente aos projetos de modernização e industrialização do país. Tais projetos seriam responsáveis pelo processo de mudanças na conjuntura social e política do período, fortemente impulsionados durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), na década de 1950, pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e, mais tarde, de João Goulart (1961-1964). A partir dessas mudanças, o governo e a sociedade requereram da Psicologia o manejo dos “problemas de ajustamentos” (BRASI, Lei 4.119/1962), para além dos campos escolar e do trabalho, para uma demanda dos conhecimentos da Psicologia no manejo do campo clínico (Jacó-Vilela, 2012; Antunes, 2004, 2012). Nessa conjuntura, a Psicologia adentrou o campo da Saúde Mental, articulando saberes e práticas, bem como os tensionamentos advindos da falta do limite legal e metodológico, com os campos da Psiquiatria e da Psicanálise, no país. Dessa forma, olhar para o passado permite desvelar controvérsias no campo das clínicas *psi* existentes, pelo menos, desde a década de 1930, as quais se reeditam no presente como na tentativa do Ato Médico em 2013.

Por fim, por ser a clínica o campo de entroncamento entre diferentes clínicas *psi* envolvidas com a Saúde Mental



no país, desvelar os tensionamentos entre elas evidenciam a conformação de um desses campos envolvidos, a saber, a Psicologia Clínica. Na direção de construir uma historiografia da constituição da Psicologia Clínica no país, vale levantar questionamentos, tais como: Quem foram os personagens que atuavam nesse campo? Quais eram os objetos, métodos que orientavam diagnósticos e tratamentos nesse campo? O que caracteriza o campo *psi*? Para responder a tais questionamentos, este estudo se deu por meio da análise dos debates produzidos³ por um personagem específico, a saber, Elso Arruda. Ele circulou no campo *psi*, no recorte temporal de 1940 a 1980 e suas produções desvelaram uma articulação entre a Psiquiatria e a Psicologia, a qual se deu especificamente no campo da clínica (Mota; Castro Neto; Miranda, 2016; Mota; Miranda, 2017a, 2017b).



Psicologia clínica: atores, controvérsias e diagnósticos nas clínicas Psis

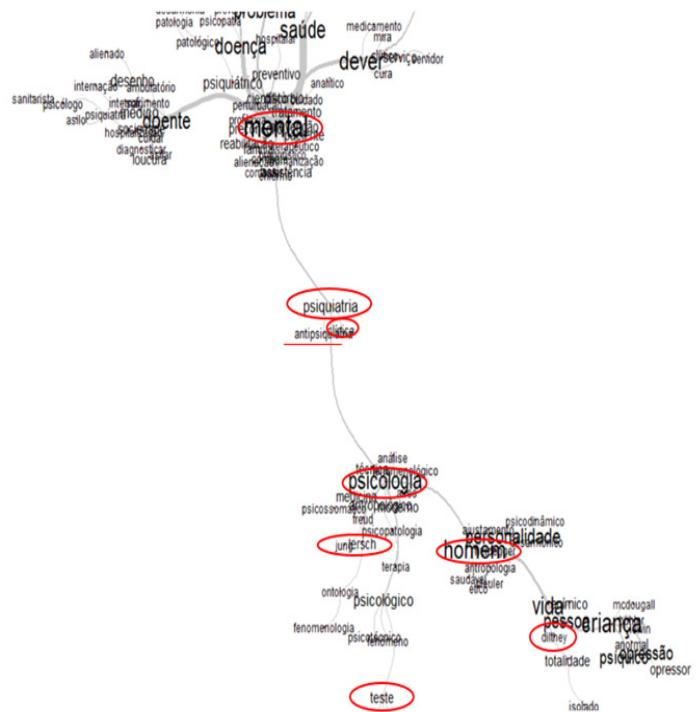
Para uma análise mais avançada dos termos utilizados como fontes primárias, foi produzido um grafo⁴. Assim, a **Figura 1** mostra um panorama geral, do qual a discussão desse

3 Textos publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicologia como fontes primárias de análise. Os ABP constituíram o conjunto dos primeiros periódicos brasileiros específicos em Psicologia. Criado em 1949 junto ao Instituto de Seleção e Orientação Profissional circula de forma ininterrupta até a atualidade, no entanto, seu nome sofreu três modificações ao longo do tempo, a saber: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, veiculado de 1949 a 1968; Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (ABPA), de 1969 a 1978; e Arquivos Brasileiros de Psicologia, em circulação desde 1979 e disponibilizado, *on-line*, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4 Grafo produzido a partir do Software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). O programa está disponível em <http://www.iramuteq.org>

capítulo se desdobrou, permitindo uma análise léxica, da organização dos termos, e, a partir dessa organização, identificar temáticas e elementos que circularam no campo das clínicas psi e, portanto, da Psicologia clínica à época.

Figura 1 – Árvore de similitude produzida pela análise de similitude gerada a partir da lista de evocação das palavras.



Fonte: Software Iramuteq (Mota, 2022).

A análise das conexões entre os núcleos de palavras mostrou que embates se apresentavam no campo da Saúde

Mental, à medida que se articulava uma teia de relações entre os campos da Psiquiatria e da Psicologia. No caso específico entre os dois campos, embates ocorriam em uma área de atuação específica, a saber no âmbito das práticas das “clínicas” *psi*, uma vez que, no grafo, a organização das palavras sugere que o campo clínico seria de atuação da Psiquiatria, uma vez que o núcleo “Psicologia” se apresenta distante da “clínica”.

Essa discussão desvela que a aproximação do campo da Psiquiatria com a prática das clínicas *psi* se dava ao adotar o estudo do “mental”: este tomado como um desdobramento do que seria os “desajustamentos”/“anormalidades” ou ainda, as “doenças mentais”. Por ser a vida mental o objeto da práxis e de estudo da Psiquiatria, ao passo que, ao campo da Psicologia, cabia se debruçar em outro objeto, a saber o “homem” (indivíduo) “normal”/“saudável” e sua “personalidade” normal. Nos arranjos discursivos, não foram encontradas conexões das práticas realizadas pela Psicologia, para além da aplicação de testes psicológicos. Assim, o psicólogo podia oferecer métodos e técnicas psicológicas para auxiliar no diagnóstico das doenças mentais, corroborando com a noção de que “alguns segmentos do governo e da sociedade [...] entendiam que o psicólogo deveria se limitar a ser um assistente técnico, tendo sua atuação supervisionada por um médico”. (Jacó-Vilela, 2012, p.46), ou seja, psicólogo seria uma práxis auxiliar e subordinada ao campo da Psiquiatria, na clínica, à época (Mota; Miranda, 2017b).

Dessa forma o campo das práxis na clínica *psi*, no país, se constituiu na medida que controvérsias entre os campos dos saberes da Psiquiatria e da Psicologia se articularam. Dentre esses embates, aspectos relacionados à inexistência de estabelecimento de instituições para a sua formação e de



currículos específicos, de limites legais e do estabelecimento de fronteiras entre esses domínios *psi*, com a finalidade de resguardar determinadas práticas profissionais. Por sua vez, tais tensionamentos são um problema histórico entre psiquiatras, psicanalistas e psicólogos na práxis clínica, em diferentes locais do mundo e no Brasil (Antunes, 2004; Buchanan, 2003; Mota; Cara; Miranda, 2019).

Nessa seara, no contexto de ocupação dos espaços clínicos, as fontes mostram que havia controvérsias dentro do próprio campo da Psiquiatria. Na **Figura 1**, a conexão entre os eixos “mental” e “psiquiatria”, sugere embates, ao menos, no plano discursivo, produzidos por dois modelos psiquiátricos distintos. Nas fontes denominados de “psiquiatria clássica” e outro de “moderna psiquiatria”. Ambos seriam promotores de diferentes formas de compreender os “desajustamentos” e a “doença mental”, demandando diferentes métodos e técnicas, bem como espaços de cuidado com o doente mental. Dessa forma, tais distinções influenciavam diretamente nas práticas daqueles que estavam envolvidos com a práxis das clínicas *psi*.

Assim, as fontes sugerem diferentes explicações coexistindo e orientando diagnósticos no campo das clínicas Psi, no período abordado. A “psiquiatria clássica” estaria apoiada em um modelo nosológico da biologia, que classificava as doenças mentais de forma estrutural. Assim como se lê nas palavras de Arruda (1968), “A psicologia e a psiquiatria se limitavam à apreciação elementarística das chamadas funções ou atividades mentais e de seus distúrbios, ao caracterizarem a saúde e a doença mental” (p. 35). Ou seja, havia profissionais *psi* que se reservavam a compreender as alterações físico-orgânicas do indivíduo, tendo como terapêutica indicada era, entre outras, o uso de psicofármacos para regulação cerebral. Segun-



do Russo e Henning (1999), essa era a vertente dominante no panorama psiquiátrico da época, uma Psiquiatria biologicista. Na mesma direção, Galende (1983) afirma, “ao ter tomado o modelo da medicina biológica como referência, a Psiquiatria incorporou também seu modelo de causalidade, levando os psiquiatras a intermináveis debates sobre organogenesia versus psicogênese, enfermidade de origem endógena versus exogeneidade, inato versus adquirido” (p. 56).

Na contramão, as fontes apontam haver discursos de uma “moderna Psiquiatria”, para a qual, “o homem deve ser compreendido em termos anímico-existenciais. O homem adocece e sofre; seu sofrimento, contudo, pode não advir somente da doença” (Arruda, 1960, p. 73). Ainda na fala de Arruda (1966),

☰

o sofrimento anímico não é a doença, no seu sentido que se dá classicamente ao conceito. A inseparabilidade do homem e de sua alma é insofismável e, esta, situa-se em um plano que não alcançaria a enfermidade, nem mesmo, a doença mental, se tomada fosse como que incide sobre o cérebro como prejuízo de suas funções, fato que cada vez mais se nega, hoje em dia. (Arruda, 1966, p. 73)

A análise das fontes sugere a circulação de debates na clínica, por profissionais da “moderna psiquiatria” que defendiam o fenômeno da experiência subjetiva vivida no sofrimento anímico-existencial. O uso da expressão bio-psico-anímico-existencial abarcava uma variedade de elementos que desembocou em novas possibilidades de concepção de visão de sujeito e de mundo. Nas fontes, Arruda (1970) sinalizou “ela [Filosofia Existencialista] parte do ponto de vista que

pergunta pela existência do homem, sua posição no mundo, sem desligá-lo de sua condição de ser ou ente” (p. 134). Pelo menos, no âmbito discursivo, as fontes fornecem indícios da circulação, entre os saberes *psi*, de discursos relacionados à visão de sujeito, baseada na Filosofia Fenomenológica-Existencial. Fato que vai ao encontro da expansão do movimento existencialista, por volta da década de 1950, para fora da Europa. Os filósofos existencialistas cada um a seu modo, tinham como centralidade filosófica compreender a existência humana. Por sua vez, a Fenomenologia, enquanto definição de uma Consciência Transcendental, está na origem do Existencialismo (Figueiredo, 1991). Segundo Moreira (2009) os filósofos existencialistas teriam se apropriado do método fenomenológico para elaborarem as suas filosofias da existência, unindo, assim, os dois conceitos – Fenomenologia e Existencialismo. Ao passo que o método fenomenológico é “capaz de penetrar na intimidade das manifestações do ser humano sem que se perca a noção de sua unidade, de sua complexidade e da globalidade ou totalidade” (Arruda, 1979, p. 165). Nessa perspectiva, a visão de sujeito, com base fenomenológica-existencial, permitiu compreender as questões anímico-existencial, afirmando a inseparabilidade da vida e do anímico, na direção contrária da compreensão cartesiana dualista mente X alma, que orientava os saberes clássicos da Psicologia, da Psiquiatria e ainda da Psicanálise.

Essa discussão permite inferir a possibilidade de alargamento do tripé do campo *psi*, composto, tradicionalmente, pela Psiquiatria, Psicanálise e Psicologia, para a entrada de estudos da Fenomenologia Existencial como possibilidade de compreender o ser humano e seu funcionamento saudável/normal para os diagnósticos no campo das clínicas *psi*,



no país. A proposta de leitura fenomenológica da totalidade anímico-existencial estaria atrelada a estudos da Antropologia – ao adicionar vida coletiva e cultural enquanto espessura da subjetividade, aspectos que abriram uma possibilidade de alargamento do modelo biomédico organicista. A “moderna psiquiatria” estaria defendendo a criação de diagnósticos a partir de uma crítica endereçada à psicopatologia clássica ao não absorver o sofrimento anímico-existencial, i.e., o sofrimento que não é da ordem do adoecimento físico/orgânico. O foco no anímico-existencial, seria uma *anomalia*⁵, ou seja, uma novidade que se apresentou para aqueles que seguiam um modelo “clássico” de psiquiatria e consequentemente, do binômio saúde/doença.

Assim, o uso da Fenomenologia como instrumento na compreensão diagnóstica, teria sido uma estratégia adotada por aqueles envolvidos com modelo psiquiátrico “moderno” para lidar com as exceções do sistema biomédico, na tentativa de incorporação daquilo que não era observável (subjetividade psicodinâmica) e sociais na compreensão dos desajustamentos e doenças mentais. Tal alargamento produziu embates também no aspecto da assistência à saúde mental, ao preconizar, no Brasil, uma assistência com foco na prevenção, reabilitação e promoção, ainda nas décadas de 1950 e 1960. Como se



⁵ Anomalia é um conceito advindo da História das ciências, mais especificamente da noção Kuhniana para explicação de paradigmas científicos. O autor parte da compreensão de que um paradigma possui problemas que podem e devem ser resolvidos e os membros da comunidade científica são estimulados a fazê-lo. Quando uma novidade (anomalia) se apresenta na iminência de não ser absorvida pelos padrões, teorias e práticas do paradigma, ela pode produzir descontinuidades, fato que o autor denomina de revolução científica. Há uma tentativa, pelos cientistas, de adequar a anomalia ao paradigma, ou seja, há um esforço de ajustamento e incorporação desse elemento inesperado.

lê na fonte, “Cada vez mais, afasta-se dos modos conservadores do pensamento psiquiátrico: fala-se de saúde mental e não de doença mental; fala-se de reabilitação, de prevenção, da ação comunitária no tratamento (Arruda, 1972, p. 59-60). E ainda,

[...] d) devem desenvolver os serviços de higiene e de profilaxia mentais, isto é, de psiquiatria preventiva; e) há necessidade de desenvolvimento de serviços de reabilitação, hospitalares, para-hospitalares, extra-hospitalares ou autônomos; f) é necessária a difusão da mentalidade psico-higiênica e reabilitadora entre os médicos gerais e a comunidade (esta deve participar da luta preventiva e das tarefas terapêutica e reabilitadora do doente); e que a tarefa de assistência psiquiátrica deve estar centralizada na comunidade, pois o hospital deixou de ser o centro da atuação psiquiátrica e a hospitalização é até considerada procedimento contrareabilitador [sic]; [...] i) deve ser salientada a unidade e a indivisibilidade das tarefas de higiene, profilaxia, assistência e a reabilitação do indivíduo que teve sua saúde mental comprometida (Arruda, 1968, p. 39).

A análise das fontes primárias desvela que o modelo psiquiátrico “moderno” propunha uma assistência que viabilizasse a prevenção e a reabilitação – a qual teria o propósito de ajudar o doente mental a ser reintegrado na sociedade, oferecendo a ele condições de reajustamento. Ou seja, o sujeito estaria desajustado por viver um desequilíbrio dos aspectos da personalidade, ocupacional, familiar, comunitário, fato que poderia provocar a hospitalização ou determinariam o tipo de ajuda necessária (Arruda, 1962). Desse modo, a “moderna



psiquiatria”, ao considerar uma assistência baseada na prevenção e na reabilitação para abarcar os problemas de ajustamento, também propunha repensar o modelo fechado de tratamento da doença mental, defendido e preconizado pelo modelo de psiquiatria “clássico”, de tal forma que o modelo de assistências, preconizado pela “moderna psiquiatria” estaria em defesa de espaços sociais de atuação que orientam diagnósticos e práticas terapêuticas, a partir da abertura de novos espaços de atendimento ao doente mental, denominados espaços abertos, *e.g.*, alas de enfermaria em hospitais gerais e serviços de caráter ambulatorial, ou melhor, internações rápidas ou que não ultrapassassem alguns dias de internação, se necessário fosse (Arruda, 1966, 1968, 1970). Segundo Lancetti e Amarante (2017) a iniciativa ambulatorial foi bastante influenciada pela proposta da Psiquiatria preventiva estadunidense; no entanto, em ambos os países, a proposta ficou marcada pelo modelo hospitalar.

Com um modelo de assistência visando à prevenção, promoção e reabilitação, para além de curar e fazer diagnóstico, as práticas das clínicas *psi* poderiam também ser repensadas. Assim a Psicologia, que até então detinha o papel de auxiliar da Psiquiatria com seus métodos e técnicas psicológicas no campo clínico, poderia passar a atuar na clínica, mas ainda sim parece que não caberia cuidar, curar ou fazer diagnósticos.

O estudo mostrou ainda que, articulando a ideia de “moderno” com um modelo assistencial de portas abertas e preventivo, circularam influências das propostas da antipsiquiatria e do antidiagnóstico nos debates do campo das clínicas *psi*. Tal arranjo, se apresentou, na **Figura 1**, em um fragmento da árvore no qual a palavra “psiquiatria”, se aproxima de “clínica” e “antipsiquiatria”. Essa organização léxica mostra que, pelo



menos no plano discursivo, nos saberes *psi* havia a influência de um movimento político de contestação radical do saber psiquiátrico, o qual “[O movimento da antipsiquiatria] põe em questão o estatuto dado à loucura pela sociedade e à concepção conservadora que está na base da criação de instituições alienizantes, abalando os fundamentos em que repousam a prática psiquiátrica, e o poder médico” (Arruda, 1972, p. 62).

Nessa direção, as fontes sugerem que o modelo de psiquiatria “moderno” encontrou no movimento antipsiquiátrico “peso”, inclusive de abrangência mundial, no posicionamento contrário ao modelo da “psiquiatria clássica”. Na medida em que a Antipsiquiatria seria uma influência na busca de promover outras formas de tratamento do sofrimento psíquico, num protesto contra a medicalização, além de lutar pela garantia de mais liberdade dos indivíduos. Por fim, a antipsiquiatria defendia a extinção dos manicômios, entendidos como espaços de tratamento desumanos (Oliveira, 2011). Na mesma direção, o antidiagnóstico incrementou a discussão da luta contra a tendência a nomear as doenças, como se elas tivessem autonomia e, portanto, contra a exclusão do indivíduo, na sociedade, pelo diagnóstico (Arruda, 1972). Prática observada no modelo da “psiquiatria clássica”, a qual fazia uso da nosologia diagnóstica para falar sobre o doente mental e, dessa forma, compreendiam-na como inerente à pessoa examinada. Na contramão dessa prática, a “moderna psiquiatria” vislumbrava a possibilidade de investigar o indivíduo, e não a doença que o acometia, para, então, saber sobre o sofrimento vivido por cada pessoa. Dessa forma, foi possível observar elementos do que viria mais tarde, se concretizar na luta antimanicomial e com seu apogeu com a Reforma Psiquiátrica, no Brasil.



Considerações finais

O estudo mostrou que o processo de conformação da Psicologia Clínica no Brasil foi marcado por diversos elementos de um longo projeto de modernização e industrialização do país. Desdobramentos da pesquisa mostram que controvérsias se apresentavam no campo da Saúde Mental à medida que se articulava uma teia de relações entre os campos da Psiquiatria e da Psicologia. No caso específico entre os dois campos, embates ocorriam na área de atuação Clínica, mais especificamente, no âmbito das práticas das clínicas Psi.

A partir das fontes, nota-se que havia delimitações claras entre os objetos da Psiquiatria e da Psicologia. À primeira, cabia cuidar das doenças mentais e à segunda, da vida saudável e da personalidade do sujeito. Ao passo que essa clareza de objeto delimitou a práxis do campo da Psiquiatria na cura e tratamento dos sujeitos que apresentavam problemas de ajustamentos e ao campo da Psicologia ficaria de forma auxiliar no processo de diagnóstico, colaborando com o conhecimento da personalidade saudável e ainda com seus métodos e técnicas psicológicas.

Outros desdobramentos sugerem que, pelo menos no campo discursivo, havia controvérsias produzidas pela circulação de dois modelos psiquiátricos. Tais embates promoveram impacto em diferentes modelos de diagnóstico e tratamento da assistência ao doente mental. Nessa direção, o delineamento da pesquisa sugere que o modelo psiquiátrico “moderno” seria a nomenclatura dada aos psiquiatras que pareciam reivindicar um alargamento do modelo “psiquiátrico clássico”, ao absorver aspectos psicológicos (subjetividade) e sociais na compreensão dos desajustamentos e doenças men-



tais, influenciados pela Fenomenologia e Antropologia, bem como ao preconizarem um modelo aberto de assistência com foco na prevenção e reabilitação , ainda na década de 1950 e 1960, na mesma direção que outros países influenciados pela Antipsiquiatria e pelo Antidiagnóstico. Porém, foi observado apenas um alargamento e não é possível sinalizar a ruptura de um paradigma biomédico/biologicista.

Assim, a conformação da Psicologia Clínica teria se dado em um contexto de controvérsias entre diferentes formas de entender o psiquismo humano, bem como essa discussão permite inferir a possibilidade de alargamento do tripé do campo *psi*, composto tradicionalmente pela Psiquiatria, Psicanálise e Psicologia, para a entrada de estudos da Fenomenologia Existencial como possibilidade de compreender o ser humano e seu funcionamento saudável/normal para os diagnósticos no campo das clínicas *psi*, no país.



Referências

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil no século XX: Desenvolvimento científico e profissional. In: MASSIMI, M.; GUEDES, M. C. **História da Psicologia no Brasil**: novos estudos. São Paulo: Cortez, 2004.

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicología: ciencia e profesión**, v. 3, p. 44-65, 2012.

ARRUDA, E. Informe de la organizacion de un Departamento de Psicología e Psiquiatria en la Escuela de Medicina de la Universidade del Oriente. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v.18, n. 3, p. 81-98, 1960.

ARRUDA, E. Informe de la organizacion de un Departamento de Psicología e Psiquiatria en la Escuela de Medicina de la Universidad del Oriente. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 18, n. 3, p. 81-98, 1966.

ARRUDA, E. Estado atual da promoção e defesa da saúde mental. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 20, n. 2, p. 35-43, 1968.

ARRUDA, E. A psicologia como disciplina Antropológica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 22, n.3, 131-139, 1970.

ARRUDA, E. Antidiagnóstico e Antipsiquiatria. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 24, n.4, p. 55-68, 1972

ARRUDA, E. A estrutura da pessoa, segundo Lersch. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 31, n.1, 161-171, 1979.

BAPTISTA, M. T. D. S. (2010) A regulamentação da profissão psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 30, 170-191.

BRASIL, **Lei n. 4.119**, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm. Acesso em: 25 jul. 2024

BUCHANAN, R. D. Legislative warriors: American psychiatrists, psychologists, and competing claims over psychotherapy in the 1950s. **Journal of the History of Psychology**, v. 1, p. 45-62, 2003.

CAMPOS, R. H. F. Introdução à Historiografia da Psicologia. In: Brozek, J.; Massimi, M. **Historiografia da Psicologia Moderna: a versão brasileira**. Loyola, 1998.



FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do pensamento psicológico.**
São Paulo: Vozes, 1991.

GALENDE, E. **La Crisis del Modelo en Psiquiatria.** Mimeo.
1983

JACÓ-VILELA, A. M. Formação do psicólogo: um pouco de história. **Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 4, n. 8, p. 79-91, 1999.

JACÓ-VILELA, A. M. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio do seu ensino. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 28-43, 2012.

KLAPPENBACH, H. El psicoanálisis en los debates sobre el rol del psicólogo: Argentina, 1960-1975. **Revista Universitaria de Psicoanálisis**, v. 2, p. 191-227, 2000a.

MOREIRA, V. A Gestalt-Terapia e a Abordagem Centrada na Pessoa São Enfoques Fenomenológicos? **Revista da abordagem gestáltica**, v. 1, p. 1-12, 2009.

LANCETTI, A.; AMARANTE, P. Saúde mental e saúde coletiva. In: LANCETTI, A; AMARANTE, P. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2017.

MASSIMI, M. Psicologia na visão de psicólogos e psiquiatras Brasileiros das primeiras décadas do século XX. **Paidéia**, FFCLRP-USP, v. 6, p.84-99, 1994.

MOTA, A. M. D. G. F., CARA, B. S.; MIRANDA, R. L. História da Psicologia, por quê? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Dossiê História Social da Psicologia, v. 18, n. 4, p. 1049-1067, 2019.

MOTA, A. M. D. G.; CASTRO NETO, E.; MIRANDA, R. L. “Problemas de Ajustamento” e “Saúde Mental”: Controvérsias



em torno de um objeto psicológico. In ALMEIDA, L. P. (Org.), **Políticas públicas, cultura & produções sociais**. Campo Grande: Editora UCDB, p. 55-74, 2016.

MOTA, A. M. D. G.; MIRANDA, R. L. **Desvelando controvérsias: “problemas de ajustamento” e “saúde mental” nos arquivos brasileiros de psicotécnica (1949-1968)**. Orientador: ?, 2017. 000f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017a.

MOTA, A. M. D. G.; MIRANDA, R. L. Desvelando Estilos de Pensamento – ‘Diagnósticos’ nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949-1968). In: ALMEIDA, L.; DUARTE, A. O. S. A. D.; CASSIMIRO, M. F. P.; CAMPOS, R. H. F. (Orgs). **Psicologia, educação e o debate ambiental**: questões históricas e contemporâneas. FAE/UFMG; CDPHA. 2017b.

OLIVEIRA, W. V. A fabricação da loucura: contracultura e antipsiquiatria. **História, ciências e saúde - Manguinhos**, v. 18, n. 1, p. 141-154, 2011.

RUSSO, J., HENNING, M. O sujeito da “psiquiatria biológica” e a concepção moderna de pessoa. **Antropolítica**, v.6, p. 39-56, 1999.



POR NOVOS-ANTIGOS OLHARES

PARTE II

Capítulo 6

Qual a participação, interferência e relevância da psicologia ao longo de sua história na saúde mental dos Povos Indígenas do Brasil?

Vanessa Terena

Em agosto de 1962, a Psicologia foi regulamentada como ciência e profissão no Brasil. Em todo esse tempo, ela tem se mantido em um relacionamento à distância com os povos originários deste país. Esse comportamento acabou mantendo, de inúmeras formas, um racismo pré-existente, perpetuando estereótipos e, de certa maneira, compactuou com toda a construção social que a colonização gerou para os Povos Indígenas no Brasil. A Psicologia sempre nos ouviu através de terceiros, ficou sabendo de nossa existência e nossas lutas através de nobres “desbravadores” que ousavam se aproximar, ouviu nossas experiências através de outros olhares, reconheceu narrativas que foram apropriadas (roubadas) de nossos narradores, leu e ainda lê sobre o chão do nosso território, sem sequer ter pousado em nosso solo sagrado.

Ao longo de todo esse intermédio de informações, a Psicologia nunca nos olhou de perto o suficiente para sentir nosso cheiro. Tampouco experimentou nossas dores, nem se sentou conosco para ouvir uma história vinda de nossos mais velhos e sequer brincou com nossas crianças. Ainda assim, a



Psicologia vem há décadas falando com propriedade (quando fala) sobre nós, sem de fato ter nos olhado nos olhos e verdadeiramente nos ouvido com todo o aperfeiçoamento na escuta de que tanto esta disciplina se orgulha.

O Censo Demográfico do ano de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostrou que, cerca de 1.693.535 pessoas se declaram indígenas no Brasil, correspondendo a 0,83% da população residente no país, e que estão presentes em 4.832 municípios. A Região Norte se destaca como aquela que concentra 44,48% da população indígena do país, com 753.357 pessoas indígenas; já a região Nordeste reúne 31,22% da população indígena, com 528.800 pessoas, essas duas regiões somam 75,71% da população indígena do Brasil. Dois estados concentram 42,51% da população indígena residente no país, que são o Amazonas, com 490.854, correspondendo a 28,98% da população indígena, e a Bahia, com 229.103 que são 13,53% do total. O Mato Grosso do Sul apresenta o terceiro maior quantitativo, com 116.346, seguido por Pernambuco que detém 106.634, e Roraima, com 97.320. Estes cinco estados contabilizam 61,43% da população indígena (CAMPOS, 2023)

Os dados acima apresentados desconstroem a existência do “índio”, esse ser generalista e reducionista de toda uma pluralidade e diversidade existentes há muito mais de 500 anos. O “Índio” traz um ser caricato, carregado de estereótipos que dificultam e muito a resistência e a existência de um indivíduo indígena na atualidade. Quando falamos em “índio” automaticamente nos lembramos do homem de pele vermelha, com penas na cabeça, seminu em sua canoa e vivendo na mata. Quando se trata de uma mulher, a “Índia” vem com uma conotação sexual altíssima, perpetuada por seus longos ca-



belos negros, seus olhos puxados, e temperamento selvagem. Deveria ser de consenso o fato de que tais imagens não condizem com a realidade dos povos indígenas.

Ao falarmos de povos indígenas, devemos associar ao conceito de pluralidade: substantivo feminino que designa o fato de existir em grande quantidade e de não ser único. Partindo dessa definição e olhando para a maioria dos materiais já criados até hoje na psicologia sobre povos indígenas, compreendemos que precisamos urgentemente desconstruir todo um conhecimento para, daí sim, formularmos junto aos povos indígenas uma psicologia de fato plural, pensada para e por pessoas indígenas.

Esse texto não traz nenhuma ideia de negação do conhecimento que já está posto na psicologia sobre povos indígenas. Ao contrário, propõe uma autonomia e representatividade por parte dos indígenas psicólogos para que eles possam compartilhar suas experiencias e, através disso, construir conhecimento científico que auxilie verdadeiramente nossos parentes em suas existências dentro e fora de nossos territórios. Não devemos esquecer da enorme contribuição que nossos aliados realizam ao longo dessa construção, quando ao invés de nos dar voz, nos dão ouvidos.

De acordo com o primeiro princípio fundamental presente no Código de Ética Profissional do Psicólogo, o mesmo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao olharmos para a prática da psicologia na atualidade junto aos povos indígenas, eu gostaria de perguntar a você que está lendo esse texto: a qual ser huma-



no o Código de Ética está se referindo? Quando observamos a formação dos psicólogos em todo território brasileiro e não enxergamos uma abordagem ou um ensino específico sobre essa população tão presente na história passada e presente, na cultura e no sangue do povo brasileiro, seja na veia ou nas mãos, não podemos negar que a psicologia AINDA não é feita para nós! Como pensarmos uma ciência que se forma através da busca pelo humano e não reconhece nossa humanidade? Podemos afirmar isso pelo fato de que a psicologia não prepara seus profissionais para que nos olhem da forma mais humana possível dentro de nossas diversidades e pluralidades.

Com o auge da ditadura no ano de 1970, a psicologia atuava como uma ciência supostamente neutra e distante de reflexões políticas e seus efeitos nas pessoas era uma forma de controlar as massas, normalizar comportamentos e adequar os indivíduos à ordem política então vigente. Durante este período, ocorreram os chamados planos de “integração” nacional, que afetaram inúmeros povos indígenas. Alguns chegaram a perder até 60% de sua população, seja por doenças, violências ou privações de direitos básicos que garantissem sua existência.

No ano de 1969, no Município de Resplendor (MG), foi criado o Reformatório Krenak, em uma parceria entre a Policia Militar do Estado de Minas Gerais e a Fundação Nacional do Índio (Funai). Todo e qualquer indígena que era considerado “rebelde”, seja por desacato ou alcoolismo, era encaminhado para o reformatório, com o objetivo de ser reeducado pela instituição. Até mesmo aqueles que resistiam à saída de seus territórios apropriados pelo agronegócio acabavam sendo considerados subversivos por estarem violando os ditos princípios da integração nacional – como era chamado esse



projeto do Estado. O discurso do “índio” selvagem e rebelde foi um dos que mais legitimou o extermínio de indígenas e camponeiros na Ditadura Militar.

O Reformatório Krenak nada mais era do que um local de trabalho escravo e aculturação forçada, onde os indígenas eram proibidos de falar sua língua materna, proibidos de exercer sua fé em sua ancestralidade, ou seja eram proibidos de serem quem eram. Os relatos de tortura, estupro e toda a forma possível e inimaginável de violência são inúmeros. Já no ano de 1970, foi criada a Guarda Rural Indígena (GRI) que cooptava jovens indígenas a fim de dominar suas próprias etnias e qualquer outra dentro do território brasileiro. O objetivo da guarda nada mais era que destruir hábitos e as hierarquias coletivas dos povos indígenas. A GRI respondia diretamente ao Reformatório Krenak e à Polícia Militar de Minas Gerais.

Ainda no ano de 1972 o Reformatório Krenak foi fechado devido a conflitos territoriais. Mais de 8 mil indígenas foram assassinados durante a ditadura militar, já que eram considerados inferiores e não civilizados, sendo assim uma ameaça ao desenvolvimento do país e à integração nacional (Lopes, 2021).

Já no início de 1972 foi criada a fazenda Guarani que acabaria sendo uma continuação do reformatório Krenak como uma central carcerária indígena durante a ditadura. Além de “índios” infratores, também eram encaminhados indígenas para o “tratamento mental”, mesmo não havendo nenhum profissional da área para tal atendimento. Depois de inúmeras denúncias sobre o que realmente acontecia na fazenda Guarani, ela foi desmilitarizada no final da década de 1970 (Campos, 2013).



Num relato emocionante e emocionado de Douglas Krenak ouvimos que: “Durante a ditadura militar, meu avô, meus parentes e meus tios avós que resistiram a remoção foram amarrados, escorraçados e levados à força para Carmesia. Meu pai foi detido ainda criança junto com o meu avô no reformatório por não querer ir para escola do branco, chegando a ser arrastado por um cavalo para servir de exemplo aos demais por não querer ir à escola e preferir ir tomar banho de rio. Meu avô achava que ia voltar para nossa terra de origem, para o nosso Rio Doce, o WATU, mas não conseguiu ver isso não, acabou adoecendo e morreu de tristeza no exílio” (Povos, 2022).

Douglas Krenak continua dizendo que a arte da vida cotidiana do povo acontece na pesca, na caça para se alimentar, no ato de pegar água no rio e de praticar os rituais de batismo de cura além de rituais de passagem. A realidade nos territórios é que tem indígenas morrendo na comunidade, velhos com problemas de depressão gravíssimos e a juventude cada vez mais adoecida. A cada semana, há um problema diferente e a sensação de impotência é cada vez mais forte, porque o povo não tem mais nada, e o Estado não respeita nossos direitos; por exemplo, o direito de Krenak poder realizar seus rituais e o direito humano do Krenak de beber água.

Depois desse breve e sucinto discorrer de uma parte da história dos Povos Indígenas no Brasil, a pergunta que ressoa em minha cabeça, é: onde a psicologia acontecia durante todo esse tempo? Quando lembramos que a primeira referência técnica para atuação de psicólogas junto a povos indígenas foi lançada no dia 16 de agosto de 2022, no mesmo ano em que a psicologia comemorava 60 anos de regulamentação como profissão no Brasil, precisamos questionar qual psicologia chegou aos nossos corpos e aos nossos territórios nesses 60 anos?



No ano de 2019, durante o 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), surgiu um dos primeiros movimentos de indígenas psicólogas que posteriormente daria vida à Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogas (ABIPSI): um coletivo que traz para a psicologia a reflexão sobre como o apagamento de nossas lutas reforçam o nosso genocídio.

Somente no ano de 2023, tivemos a primeira mulher indígena conselheira do Conselho Federal de Psicologia, Nita Tuxá. Somente nós indígenas sabemos o quanto essa representatividade é importante para nós e o quanto essa visibilidade é grande para que nossas lutas estejam cada vez mais em foco. Então, através deste texto, eu venho me apresentar, apresentar nossas lutas, nossas necessidades, nossos direitos e os pontos nos quais a Psicologia pode e precisa atuar. Através deste breve relato, venho convidar vocês a pensar hoje qual a contribuição, qual a responsabilidade e quais as possibilidades que a psicologia tem que podem auxiliar de fato nas lutas dos povos indígenas.

Precisamos pensar quais as prováveis parcerias que a ciência psicológica pode construir com nossas tecnologias ancestrais. Tal movimento é coletivo e já começou, especialmente por meio da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogas (ABIPSI), nossas representações já estão acontecendo, ocupando espaços e pintando a Psicologia de jenipapo, urucum, barro e carajuru; pois a Psicologia brasileira, ao invés de nos dar voz, precisa compreender e começar a dar ouvidos.

Referências

CAMPOS, Ana Cristina. **Censo 2022:** Brasil tem 1,69 milhão de indígenas. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agen>-



ciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/censo-2022-brasil-tem-169-milhao-de-indigenas. Acesso em: 09 de abr. 2024.

CAMPOS, André. **Um campo de concentração indígena a 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG)**. A Publica, 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>. Acesso em: 09 de abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 09 de abr. 2024.

LOPES, J. M. V. Reformatório Krenak: Campo de concentração indígena na ditadura militar. **Clio História e Leitura**, 2021. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/04/09/reformatorio-krenak-campo-de-concentracao-indigena-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 09 de abr. 2024.

POVOS indígenas sob a ditadura militar no Brasil, Produção de Comissão da Memória e Verdade da UFRJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. YouTube (14min e 19seg). Sonoro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xrb2gtmwr40>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA; CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/030-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologosos-Junto-aos-Povos-Indigenas.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024.



Capítulo 7

Nossos passos vêm de longe – enegrecer a Psicologia é impreterível

Paulo Vitor Palma Navasconi

Gostaria de iniciar este capítulo saudando todas as pessoas que lutaram para que eu pudesse estar aqui, neste momento, dialogando com você leitor(a). Sobretudo aos meus ancestrais. Também peço licença para entregar cada parte do meu corpo para a produção deste capítulo, pois, cada parte deste corpo é fruto de inúmeras relações, conexões e atravessamentos.

No decorrer deste capítulo tentarei discorrer sobre a necessidade de repensarmos as narrativas presentes acerca da história da Psicologia e sua estruturação enquanto ciência e profissão, afinal, entendo ser mais do que urgente e necessário esta ação. Pois, nos possibilita forjar uma teoria da Psicologia e uma historiografia com diferentes sujeitos que agem no/e sobre o mundo das mais diversas formas a partir das mais distintas cosmovisões. Logo, desnaturalizar essa não-presença da população negra nos espaços de produção de conhecimento, trazer à tona suas produções intelectuais/acadêmicas e, ainda, suas experiências enquanto sujeitos ativos da história é urgente para a transformação desse cenário e, sobretudo, para uma democratização efetiva das práticas de cuidado, das universi-



dades e do conhecimento. Sendo assim, nestas reflexões não busco apenas evidenciar o racismo, mas produzir reflexões que visem um combate às linhas estruturais dos epistemocí-
dios inerentes aos discursos universalistas, porém eurocêntri-
cos dominantes na produção de conhecimento.

Por isto, “se você esquecer, não é proibido voltar atrás e reconstruir”⁶, é tempo de falarmos de nós, não mais como objetos ou corpos assujeitados e desumanizados, afinal, como afirma Beatriz Nascimento (2020) a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas, logo, a história da raça ne-
gra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita, e talvez este seja um dos nossos desafios enquanto pessoas, comunidade, e sobretudo ciência e profissão. Trans-
pondo para a Psicologia, eu costumo dizer que ainda há uma história e uma Psicologia que ainda está por fazer, dentro de um Brasil que ainda há de ser construído.

Neste sentido, como nós profissionais da Psicologia podemos contribuir para problematizar e desconstruir essa condição histórica e, desse modo, promover a construção de outras narrativas e perspectivas históricas? A princípio tenho algumas hipóteses, mas antes de apresentá-las gostaria de re-
alizar algumas indagações. Por exemplo, ao ler os seguintes nomes *Abrahão de Oliveira Santos; Alessandro de Oliveira dos Santos; Clélia R. S. Prestes; Eliane Silva Costa; Frantz Fanon; Hildeberto Vieira Martins; Isildinha Baptista Nogueira; Jeane Saskya Campos Tavares; Juliano Moreira; Maria Aparecida Silva Bento; Maria de Jesus Moura; Maria Lucia da Silva; Mônica Mendes Gonçalves; Neusa Santos Souza; e Virgínia Leone Bi-
cudo*. O que vêm à mente de vocês? Quais lembranças estes

6 Sabedoria dos Povos Asante - África Ocidental.



nomes suscitam? Quais conceitos, perspectivas teóricas e metodológicas são acionadas? Aliás, você que está diante deste texto, as reconhece enquanto autoras e autores da Psicologia?

Costumo dizer que a Psicologia permaneceu e permanece à disposição de uma elite branca, que até aqui não pode fazer a escuta destas(es) intelectuais negras(os). E, por que o nome dessas pessoas nunca vêm a mente? Por que não escutamos ou não conhecemos o nome dessas pessoas? O nome dessas pessoas não vem em nossa mente porque não há padrões para as enxergamos. Sendo assim, tanto a *política de invisibilidade* e o *epistemicídio* atuam para a manutenção da política de apagamento e tradição colonial euro-estadunidense, a fim de promover a manutenção do poder e a legitimação de um único grupo social, uma vez que atribui a si a autoridade da fala e a produção de um único discurso legítimo.

Há uma tendência nos currículos dos cursos de formação em Psicologia de serem monocromáticos, ou seja, os autores são brancos, a literatura é branca, principalmente homens, cisgênero e eurocêntricos ou estadunidenses. Brancas são as questões estudadas, lidas, discutidas e debatidas. Assim como o público central da maioria dos estudos e pesquisas. Mas se mais da metade da população brasileira não é branca, há algo de estranho conforme a narrativa colonial nos ensinou.

Nomes como Virgínia Leone Bicudo, Frantz Fanon, Júlio Moreira, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento, foram e são vítimas do epistemicídio, ou seja, a forma da materialização perversa do racismo, no qual exclui, apaga e invisibiliza a produção produzida por e a respeito de corpos negros. É possível afirmar que os saberes ditos científicos, a categoria profissional, bem como



os projetos educacionais, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos por estas autoras e autores negros(as), assim como, pelos próprios movimentos negros, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos.

Nesta perspectiva, este exercício de reconhecer estes nomes e verificar o que tais nomes suscitam em nós, possibilita-nos a entender como os conceitos de conhecimento e ciência são intrinsecamente relacionados ao poder e a autoridade racial. Com isto, é possível continuarmos as indagações: Quais conhecimentos a Psicologia reconhece como conhecimento e quais conhecimentos não são reconhecidos? Quem habita a produção do conhecimento? Quem está às margens? E, finalmente, quem pode falar?

Por mais que tentem institucionalizar, a academia, historicamente, não foi construída para ser um espaço para corpos negros enquanto sujeitos. A Psicologia enquanto um instrumento de saber ainda se configura como um espaço de uma única voz, apesar de existirem outras vozes falando. E, por que não as escutamos? O que se pode falar? Poderíamos aqui pensar em tantas outras questões e indagações, mas o objetivo central deste exercício é suscitar, em você leitor(a), a reflexão acerca do que a Psicologia não quer escutar e reconhecer.

Talvez um dos medos seja de escutar o que, possivelmente, não se quer ouvir: que sim, a Psicologia Brasileira é racista. E, então, neste processo de escuta e reconhecimento não é raro observarmos mecanismos de negação, cujo objetivo é afastar da consciência toda e qualquer questão que possa estar relacionada ou remeter a esse fato. E, assim, mantemos



os conteúdos em silêncio, e produzimos e reproduzimos uma Psicologia cumplice e produtora de desigualdades raciais.

Por isto, considero ser essencial e crucial entender que o racismo se alimenta daquilo que aparece reproduzido, daquilo que está presente, mas radicalmente recusado, na inscrição da própria identidade. Em outras palavras, o outro é sujo. O outro é violento. O outro que não consegue dialogar, escutar e ser civilizado. Com isto, observa-se uma saída, na direção de desprezar, de expelir de si, aquilo que causa desconforto e é vivido como assombroso. Nego aquilo que não quero ser. Projetar o estranho é uma solução da economia psíquica, isto é, o mecanismo do ódio racista tem na estrutura da paranoia o modelo. E assim, verifica-se que rejeitamos e aniquilamos aquilo que não reconhecemos e identificamos. Pode-se afirmar que estes mecanismos são estratégias de autopreservação narcísica.

Verificamos, então, que a Psicologia enquanto ciência e profissão encontra-se marcada e estruturada por essa lógica, mas também pela lógica da racionalidade científico-instrumental, onde não raro, apaga diferentes saberes, e consequentemente, transforma saberes não hegemônicos em não existência, ou seja, em ausências (Gomes, 2017). Esta mesma lógica científica-instrumental que por vezes pontua a ciência como mediadora e instrumento de humanização (para quem?), se faz presente nos saberes da Psicologia. Contudo, é possível educar para diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo, capitalismo, machismo, sexism e pelo racismo? Se, sobretudo intelectuais negras(os), por décadas encontram-se realizando um trabalho árduo de ressignificação e reeducação, qual papel elas(es) ocupam na sociedade, e consequentemente, na educação, ciência e Psicologia? Qual tem



sido o lugar ocupado por esses saberes no cotidiano de psicólogos e psicólogas, nos currículos e nas políticas psicológicas e educacionais no século XXI?

Como forma de ilustração, apresento brevemente uma discussão que realizo em minha pesquisa de doutorado “*Os nossos passos vêm de longe*”: *a contribuição de 4 autoras negras para psicologia brasileira antirracista*, além de discutir a contribuição teórica de Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Batista Nogueira, e Maria Aparecida Silva Benito no campo da Psicologia, busco refletir sobre o modo como uma política de circulação dos conhecimentos científicos age de modo a resistir a essas contribuições. Portanto, faço uso de uma análise quantitativa para exemplificar e demarcar o apagamento e a perpetuação da política do epistemicídio e do esquecimento. Analiso os 10 cursos mais bem avaliados pelo Ranking Universitário Folha (RUF) que é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feito pela Folha de São Paulo.

E, nos 10 cursos, o que se visualiza é o silêncio. Em outras palavras: apesar de não ter relações étnico-raciais, apesar de não estudarem os problemas que atravessam os corpos negros, apesar de que o sofrimento ético-político é produzido a partir da estrutura social racista, e apesar de não serem temas dessas universidades, elas são boas. Não. Não é apesar. Infelizmente não é isso. É exatamente por conta desta realidade não ser um tema e prioridade das discussões e construções pedagógicas, que reforça e a realimenta uma lógica do saber epistemicida, colonialista e silenciador no campo dos espaços do saber e poder.

Então, me questiono: Quais são as prioridades desses espaços? Como se pensa ensino, pesquisa, extensão e pro-



fissão sem visualizar e compreender a realidade brasileira, e consequentemente uma Psicologia Brasileira atravessada e constituída pelas relações étnico-raciais? Tendo como base essa ilustração é que demarco que estes espaços, e sobretudo, a Psicologia enquanto ciência e profissão, acaba elencando critérios, abordagens, conhecimentos e práxis racistas, mas sem que se pareçam racistas. Portanto, isto não é neutralidade. É racismo.

Por isto que é tão importante sempre resgatarmos a ideia de que o conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo sobre o que é conhecimento e assim legitimado como **verdade**, mas é sim a reprodução de relações de poder, relações étnico-raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Neste sentido, Grada Kilomba (2018) por exemplo nos ajuda a pensar que, então, o conhecimento vai determinar:



- 1. Os temas:** quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro.
- 2. Os paradigmas:** quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido.
- 3. Os métodos:** quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro.

Assim, o conhecimento científico define não somente como, mas, também, quem produz conhecimento verdadeiro

e em quem acreditamos. Diante deste cenário, não podemos esquecer que foi no contexto científico do final do século XIX e início do século XX que os “homens de ciência” ajudaram a produzir as pseudoteorias raciais que, naquele momento, atestavam a existência de uma suposta inferioridade e superioridade racial. A ciência serviu, naquele momento, como um instrumento de dominação, discriminação e racismo e a universidade foi o principal espaço de divulgação dessas ideias e práticas. É por isso que acredito e reitero, que no contexto acadêmico e profissional em Psicologia, precisamos continuar lutando e buscando romper com a tradição de uma ciência e profissão que adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política que servisse aos seus interesses.

Este desafio está exposto, e precisamos não apenas apreender tal realidade, mas sobretudo, reconhecê-la, ou seja, o objetivo desta discussão neste capítulo é, justamente, demarcar e localizar que certas narrativas são enquadradas para não serem apreendidas e reconhecidas enquanto dignas de estima. Portanto, para além de apreendermos e reconhecermos tais conhecimentos, acredita-se ser necessário reenquadrá-las, para que, então, seja possível compreender, escutar e aprender com uma história falada e escrita por mãos negras. Por isto, é preciso demarcar que a produção do conhecimento possui Código de Endereçamento Postal (CEP), gênero, classe social, territorialidade e, também, raça/cor.

Neste sentido, demarcar a racialidade do saber hegemônico possibilita afirmar e denunciar não apenas um protagonismo de determinados corpos na produção do saber, mas sobretudo, o que se é visualizado enquanto conhecimento e o que deixa de ser reconhecido e visualizado como saber e prá-



xis. E, é notável que a Psicologia é múltipla e diversa, no entanto, ao trazer estas reflexões, entendo que o que está em tese é que qualquer formação em Psicologia crítica tem o dever e a responsabilidade de problematizar essa formação e ampliar as possibilidades de convívio concretas de relações raciais, com vistas ao alcance de equidade social e uma atuação mais qualificada em psicologia, uma vez que, ao problematizar a formação, atuação e a produção do saber, pode-se perceber as lacunas e, consequentemente, seus efeitos nos mais diferentes campos de prática e atuação profissional.

Não é raro escutarmos que a formação em Psicologia teria como desafio discutir o impacto do racismo na população negra, e seus efeitos na autoimagem e autoestima. Entretanto, quando trabalhamos com a temática das relações raciais é de suma importância compreendermos que todas as subjetividades e formas de subjetivação são afetadas e atravessadas pelas relações raciais. Logo, afirmar que seria responsabilidade da Psicologia enquanto ciência e profissão discutir as repercussões em ser negro e seus impactos na subjetividade é manter a lógica de que o racismo impacta apenas o outro: o corpo negro, indígena, quilombola e dentre outros corpos.

Nesta perspectiva, apoiando-se nas indagações realizadas por Santana, Daltro, Castelarm (2019), é possível indagar: Em que medida a presença ou ausência do tema das relações raciais na formação acadêmica e na produção do saber impactam a prática profissional de psicólogas brancas? Quais ações na formação podem ser adotadas com vistas a sensibilizar uma profissão de maioria branca e que invisibiliza discussões relativas às relações raciais, relações de poder e o sofrimento psíquico oriundo do racismo?



Mesmo quando a Psicologia se propõe, ou se propôs, a criticar o seu próprio campo teórico, epistemológico, metodológico e prático, não raro, o desencontro com a temática étnico-racial se fez presente. “Tal como podemos ver nos movimentos que instituem o campo da psicologia escolar crítica (Patto, 1987; 1999) e da psicologia institucional” (Fernandes, Rozenowicz, Freitas, Ferreira, 2003; Guirado, 2009; *apud*, Oliveira, Balieiro, Santos, 2020, p. 97).

Portanto, algumas práticas revestidas de neutralidade e até mesmo de criticidade, muitas vezes, ainda perpetuam a discriminação que se estende há séculos. Principalmente quando pensamos nas crianças e adolescentes negras(os) nas escolas que têm seus destinos traçados por meio da emissão de diagnósticos, feitos por profissionais da Psicologia, atestando deficiências intelectuais, transtornos de conduta e outras “patologias” que eram, e para muitos profissionais ainda são, exclusivas da população negra (Espinha, 2017).

Haja vista que, há segmentos da Psicologia que continuam corroborando e produzindo lógicas do cuidado assentados no *cis-tema*⁷ colonial racista, bem como afirma Patto (2006, p. 15) há ainda uma concepção naturalista de indivíduo, ou seja, a “[...] crença de que pobres e não-brancos são inferiores intelectual e moralmente permanece”. Desconsiderar temas como racismo, desigualdade e exclusão é perpetuar a violência contra quem sofre com isso. Pode-se dizer que há um caráter nas sociedades ocidentais que tem enraizado, tanto



⁷ Utilizo “cistema” ao invés de sistema como forma de apontar que a cisnatividade constitui um eixo de naturalização dos modos de organização e regulação do gênero que é atravessado pelos marcadores de raça e classe que se encontram imerso nas relações de poder e saber, determinando e validando certos corpos e narrativas em detrimento de outras.

nas consciências dos dominados como nas dos dominadores, sofisticados mecanismos automáticos de controle e submissão, que dispensam os instrumentos que permitam a negociação propriamente grupal (Moore, 2007).

Como é o caso da sociedade brasileira, que de modo geral, considera-se pacífica e ordeira, justamente pelo fato de não levar em conta os diversos tipos de desigualdades, o racismo, a intolerância, a corrupção e o sexism como formas de violências. Com isso, a produção de discursos sobre a própria violência é violenta, já que ignora que o lugar efetivo de sua produção é a estrutura social (Chauí, 2000).

Deste modo, se tais violências no Brasil são estruturais, as discussões a respeito delas necessitam ser centrais na formação em Psicologia, é mais do que preciso descolonizar esse e tantos outros saberes. E aqui cabe pontuar que descolonizar exige que formemos conceitualmente, politicamente, epistemologicamente, subjetivamente os psicólogos e psicólogas que estão nos campos de atuações, que, também colonizados, vivem o adoecimento da impossibilidade de ser e acabam por reforçar a cultura assimilada. Por este e tantos outros pontos se faz necessário (des)educar, desaprender para aprender:

Enegrecer a Psicologia é impreterível

Invisibilizar e negar a história gera inúmeros efeitos a todos os indivíduos e grupos sociais. Novamente: a todos os grupos sociais. Haja vista que, um “povo que não lida com seu passado, que não valoriza suas raízes, que “clareia” ou exclui seus personagens nos livros, que nega a existência das diferenças, está fingindo que não sofre com um grave sintoma” (Silva, 2020, p, 20). Essa escolha gera custos para cada corpo na



humanidade, de acordo com o lugar que este ocupa no mundo. Essa escolha não passa em *branco* para ninguém.

Levando-se em conta que a Psicologia tem ignorado as relações raciais enquanto importante linha de produção de subjetividade, seja nas salas de aula, nos espaços clínicos, e livros, podemos constatar que a discussão existente ainda não é suficiente, é preciso fazer mais. Grande parte dos profissionais que oferecem uma escuta, não considera seus pacientes na sua integralidade, pelo contrário, parte de valores e existências supostamente “universais” — mas que remetem a sociedades coloniais, patriarciais, eurocêntricas —, segundo teorias construídas em outros tempos e espaços (Silva, 2020, p, 21).

Nesta vertente a visão e compreensão da realidade é sempre adaptativa e técnica, uma vez que, o que acaba por ignorar a cultura em que este corpo está inserido, assim como os valores civilizatórios que o constituem. Desta forma, cabe demarcar que, mesmo com movimentos de desconstrução e descolonização que estão sendo produzidos, *principalmente* pela chegada de psicólogas(os) negras(os) nas instituições do saber-poder, “é preciso produzir ainda mais deslocamentos, questões, interrogações, até que a Psicologia e psicólogas(os) possam descolonizar-se o suficiente para acolher os sujeitos reais deste país” (Silva, 2020, p. 21).

Por isso a urgência, uma vez que no país, por conta deste processo histórico e da ausência de políticas visando sua reparação, a renda, a escolaridade, a habitação e as condições de saúde são sempre menores e/ou piores entre os negros quando comparados aos brancos. Diversas ciências como a História,



Demografia, Saúde Coletiva, tem mostrado a relevância da raça-etnia como um marcador social importante para compreensão da vulnerabilidade social de indivíduos e coletividades e das desigualdades no Brasil.

Talvez o mais desafiador e importante movimento a ser feito é provocar as estruturas hegemônicas (e os símbolos) que mantêm a injustiça e a iniquidade em seu lugar. “Com esse trabalho a intenção não é deixar de lado o que produziram os estudiosos europeus ou euro-americanos, mas, sim, definir os limites dessa sabedoria” (Ladson-Billings, 2006, p. 273). Afinal, como afirma Marcus Mosiah Garvey, um povo que desconhece sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes. Logo, rompermos com as matrizes colonialistas e lógicas maniqueístas, é poder fazer, existir e, sobretudo, sonhar dentro deste sistema que nos sucumbe a todo o momento, com isto, dizer que nossos passos vêm de longe é justamente reconhecer possibilidades, potencialidades e, sobretudo, reconhecer a vida.

Dizer “que nossos passos vêm de longe significa pensar os enfrentamentos a esses traumas, feridas e sofrimentos psíquicos, que impactam a vida da população negra, como inerentes à violência colonial” (Oliveira, 2020, p. 105). Com isto, nossa luta tem como finalidade produzir a vida, derrubar as hierarquias instituídas por aqueles que se acostumaram a vencer sem ter razão, tendo a “violência absoluta”, nesse labor, uma função desintoxicadora e instituinte (Mbembe, 2012).



Reflexões finais: Rotas invertidas para caminhos possíveis nos dias do impossível

A sobrevivência e existência de intelectuais negras(os) é testemunho de nossa força. E quem nos ensinou rotas e linhas de fugas e construções possíveis foram os nossos ancestrais. E aqui entendo a ancestralidade como sendo muito mais do que reconhecer uma árvore genealógica, mas é compreender a história e realocarmos a história aos seus verdadeiros protagonistas. É entender os efeitos nefastos do Epistemicídio.

E quando me refiro ao epistemicídio não estou necessariamente afirmando que o epistemicídio apaga a história, mas é uma política que, sobretudo, invisibiliza a história, e assim, passamos a olhar, compreender e operar a partir de uma lógica e de um fundamentalismo ocidental colonial. Neste sentido, é tempo de enegrecer não só a ciência e profissão, mas sobretudo, os processos de formação. É tempo de idealizarmos e materializarmos uma nova forma de ser negro no mundo.

Neste contexto, uma prática psicológica, compromissada ética e socialmente, deve rejeitar o lugar que historicamente nos foi imposto, ou seja, o lugar dos ajustadores sociais, mas abrir mão do lugar de “ortopedista social”, com os seus saberes prontos e fechados, não é uma tarefa fácil, mas com toda a certeza é um desafio. Portanto, se falar é um ato de liberação, bem como, um ato de autonomia e política. Que então possamos seguir por meio desta rota, afinal, temos muito o que fazer, é preciso continuarmos o legado das intelectuais negras(os) em Psicologia, isto é, enegrecer a psicologia.



Referências

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

ESPINHA, T. G. **A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos políticos-pedagógicos: silêncio e ocultação.** Orientador: Ângela Fátima Soligo, 2017. 000f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de Racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: COBO-GÓ, 2019.

LADSON-BILLINGS, G. Discursos racializados e epistemologias étnicas. In: DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 259-278.



GOMES, N. L. O. **Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, 2017.

NASCIMENTO, B. Entrevista - **A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c> Acesso em: 23/10/2023.

MBEMBE, A. **A universalidade de Frantz Fanon.** Lisboa: ArtAfrica, 2012.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

OLIVEIRA, L. R.; BALIEIRO, T. B.; SANTOS, A. O. Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire. **Arquivos Brasileiros de Psicologia.** v.61, n.72 Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, R. M. C. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. **Arquivos Brasileiros de Psicologia.** Rio de Janeiro, v. 72 : p. 48-65, 2020.

PATTO, M. H. S. Apresentação. **Psicologia USP**, v.17, n.1, p. 11-16, 2006.

SANTANA, H. M.; DALTRO, M. R.; CASTELAR, M. Relatos de psicólogas sobre sua formação no âmbito das relações raciais. **Psicologia & saberes.** v.7, n. 9, 2018.

SILVA, L. G, DA. O racismo tem dessas coisas: constituição de posicionalidade e posturas descolonizadas. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Núcleo de Relações Raciais: percursos, histórias e movimentos.** Porto Alegre, 2019.



HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: PESQUISA, ENSINO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

PARTE III

Capítulo 8

Os 40 Anos da ANPEPP e o Desenvolvimento de Sociedades Científicas

William B. Gomes

Historiadores estão atentos à passagem do tempo e às suas marcas. Uma destas marcas são as datas redondas, aquelas formadas pela sucessão das dezenas. Em uma dessas ocasiões, na celebração dos 60 anos da Sociedade de Psicologia de São Paulo – SPSP, em 11 de novembro de 2005, a professora Geraldina Porto Witter (1934-2014) abriu seu discurso comemorativo com as seguintes palavras:

A importância das sociedades ou associações científicas é de tal ordem que seus aniversários devem ser não apenas motivo de júbilo como também momentos para lembrar seus papéis e quanto representam não apenas na história e progresso das ciências (WITTER, 2007, p. 1).

Seguindo a orientação da saudosa profa. Witter, o objetivo deste trabalho é lembrar as contribuições científicas da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia – ANPEPP, em seus 40 anos, sendo uma destas contribuições a germinação e fundação da Sociedade Brasileira de História da Psicologia – SBHP que chega aos 10 anos consolidada e produtiva. O presente trabalho está organizado em quatro partes: 1) origens e propósitos das sociedades científicas;



cas, 2) sociedades e a promoção da psicologia como profissão, 3) sociedades e a promoção da psicologia como ciência, e 4) os 40 anos da ANPEPP e a contribuição dos seus grupos de trabalhos à formação de novas sociedades científicas.

Origens e propósitos das sociedades científicas

Desde os primórdios da idade moderna profissionais envolvidos com ciência começaram a se agrupar em sociedades. Essas sociedades atendiam a demandas como apresentação e discussão de projetos, contribuições da ciência para a economia e a sociedade, e angariação de recursos para investimentos em pesquisas. As primeiras sociedades científicas surgiram na Europa no século XVII (Ornstein, 1928/2022). No século seguinte chegaram aos Estados Unidos da América - EUA (McClellan, 1985), e ao Brasil (Bueno, 2022).

O desenvolvimento da ciência assim como a fundação e a durabilidade de sociedades científicas estão associadas às condições políticas e econômicas dos países onde vivem os pesquisadores. As sociedades científicas crescem e se tornam fortes em países com estabilidade política, prosperidade econômica, liberdade de expressão, e investimento em educação. Tais condições favorecem o interesse pelo avanço do conhecimento nas ciências naturais e humanas, sem deixar de lado as humanidades.

O século XVII é tido como um período de grande desenvolvimento científico pela introdução e pela consolidação do método experimental. A primeira sociedade a publicar regularmente trabalhos científicos foi *L'Accademia Nazionale dei Lincei*, em Roma, que funcionou entre 1601 e 1630. Mesmo não tendo prosperado, *L'Accademia* serviu de modelo para a cria-



ção da *Academia Naturaे Curiosorum*, situada na cidade de Halle (Saale) em 1652. Esta sociedade é hoje a *Deutsche Akademie der Naturforscher Leopoldina*, ou seja, a Academia Nacional de Ciências da Alemanha (Academia Leopoldina). O nome Leopoldina foi incluído em 1687 pelo Imperador Leopold I (1640-1705) que era Imperador Romano-Germânico, Arquiduque da Áustria, e Rei da Croácia, da Boêmia, e da Hungria. No Reino Unido, a primeira sociedade científica foi *The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge*, criada em 28 de novembro de 1660, com o objetivo de promover a ciência e os seus benefícios, fornecer aconselhamento científico para políticas educacionais e econômicas, e incrementar a cooperação internacional. A primeira publicação lançada pela *The Royal Society* foi o *Philosophical Transactions* em 1665, termo que se refere à filosofia natural, ou seja, ciência experimental. A presente e ativa *The Royal Society* não só mantém seu primeiro periódico em circulação como ampliou suas publicações, incluindo os anais de congressos e outras publicações temáticas. Em 1666, a França inaugurou sua *Académie des Sciencias Institut de France*, com sede em Paris, que atravessou diferentes períodos históricos com maior ou menor sucesso, mas conseguindo manter seus objetivos e finalidades. Não encontrei registros de publicação regular de periódicos, mas sim de comunicados à impressa sobre desenvolvimentos científicos em França. Atualmente, a *Académie* vem passando por uma série de reformas para atender e acompanhar o desenvolvimento da ciência francesa.

As sociedades científicas vão surgir nos EUA e no Brasil, no século seguinte. Nos EUA, elas surgem com *The American Philosophical Society* que foi fundada em 1743 por Benjamin Franklin (1705-1790), com sede na cidade de Filadélfia. Em



1771, lançou o *Transaction of the American Philosophical Society*, um periódico que continua em atividade regular até os dias de hoje.

No Brasil, a primeira sociedade que se tem notícia é a Academia Científica, no Rio de Janeiro, em 1772. A Academia conseguiu manter suas atividades até 1781 quando teve o seu funcionamento proibido pelo governo português sob acusação de conspirar a favor da independência do Brasil. Ou seja, sem liberdade de expressão não se tem como fazer ciência sem levantar suspeitas, a não ser em países que orientam a investigação científica e tecnológica para fins bélicos. Daí entender-se a imensa faixa de “abaixo da ditadura” no cartaz no qual a SBHP nos convidou para esse evento nesta simpática cidade de Curitiba (Paraná-PR). Sem liberdade não há ciência.

Os esforços para a criação de sociedades científicas no Brasil continuam no século XIX. A primeira destas sociedades foi a Academia Imperial de Medicina, fundada em 1829 e que continua ativa com a denominação atualizada de Academia Nacional de Medicina (Paulino Netto, Porto; Santos, 2004). A segunda foi a *Sociedade Velloziana de Sciencias Naturaes*, funcionando entre 1851 e 1855, no Museu Imperial, no Rio de Janeiro. Essa sociedade dedicava-se ao estudo de história natural, zoologia, botânica, mineralogia, e línguas indígenas. O termo Velloziana foi uma homenagem ao naturalista Frei José Mariano da Conceição Vellozo (1741-1811), reconhecido estudioso da flora fluminense. Divergência entre os poucos associados levaram a fundação, em 1856, da Palestra Científica do Rio de Janeiro com sede na Escola Militar e dedicada ao estudo da física e da matemática. A publicação desta sociedade foram os *Archivos da Palestra Scientifica*, cujo primeiro volume saiu em 1858. Uma cópia digital deste volume está dispo-



nível na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Informações sobre essas sociedades constam no Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970) da Fiocruz.

No século seguinte, em 1916, foi criada a Academia Brasileira de Ciências – (ABC) voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, educacional, e ao bem-estar social do País (ABC, 2022). Essa entidade continua ativa, com influência junto ao governo em favor de recursos para o desenvolvimento científico. Infelizmente, conta com poucos representantes das ciências humanas e sociais.

Tanto a Academia Nacional de Medicina como a Academia Brasileira de Ciências, embora efetivamente voltadas ao desenvolvimento científico, são restritivas quanto à admissão de afiliados, havendo limitação de vagas, exigência de excelência curricular e submeter-se a uma eleição junto aos afiliados. A primeira entidade aberta a toda comunidade científica foi a Sociedade para o Progresso da Ciência – SBPC, fundada em 1948. A SBPC deu grande impulso ao desenvolvimento científico do país e participou com a ABC nas articulações junto ao governo brasileiro para a criação de duas agências de fomentos voltadas à qualificação de professores para o ensino superior e ao apoio à pesquisa científica. As agências, fundadas em 1951, foram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Essas agências concedem certas modalidades de auxílios, como a concessão de bolsa de estudos para o Brasil ou para o Exterior. A CAPES atua na implementação, infraestrutura, e regulação dos programas de pós-graduação. O CNPq destaca-se pelos auxílios a projetos de pesquisa.



Sociedades e a promoção da psicologia como profissão

No Brasil, as primeiras sociedades voltadas à psicologia surgiram nos meados do século XX. Os primeiros estados a organizarem sociedades de psicólogos foram aqueles que em algum momento receberam visitas de psicólogos influentes vindos do exterior, e/ou tiveram o privilégio de contar com esses profissionais como residentes e exercendo atividades em instituições locais. Foi o caso da criação da SPSP em 1945, da Associação Brasileira de Psicotécnica no Rio de Janeiro em 1949, e Associação Mineira de Psicologia em 1957, e, de certo modo, da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul em 1959. Entre os objetivos dessas primeiras sociedades estavam a divulgação dos serviços psicológicos e a regulamentação da profissão. A incrementação ao apoio desses objetivos veio com a criação de duas outras sociedades. A Associação Brasileira de Psicólogos, em 1954, por iniciativa dos psicólogos que atuavam na SPSP, e a mudança de nome da Associação Brasileira de Psicotécnica para a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, em 1959, para ser mais abrangente e obter respaldo nacional com vistas ao reconhecimento da profissão. Daí a substituição do termo Psicotécnica por Psicologia Aplicada. Estas sociedades promoviam debates sobre estudos realizados pelos seus sócios, mas o grande prospecto era alcançar o reconhecimento da profissão, e propor uma boa estrutura curricular para os cursos de graduação em psicologia a serem oferecidos pelas universidades.

As entidades pioneiras foram bem-sucedidas em seus propósitos com a regulamentação da profissão de psicólogo em 1962. Com a profissão reconhecida as sociedades pioneiras passaram a se ocupar do exercício profissional com o provi-



mento de um código de ética, e da criação do Conselho Federal de Psicologia, e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Com a criação dos Conselhos em 1971 e a efetiva instalação em 1973, essas primeiras sociedades entraram em declínio. Por essa época já havia entidades dedicadas a especialidades como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Psychanalyse de 1927, e a Sociedade Rorschach de São Paulo de 1952. Com o passar dos anos foi crescendo a criação de sociedades temáticas para formação em determinadas abordagens e práticas. A história dessas associações e sociedades estão registradas no excelente Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil, organizado por Jacó-Vilela (2011). Com relação a nomenclatura destas entidades, o Código Civil de 2002 (Lei 10.406, Art. 44) determinou que o termo sociedade fosse aplicado a organizações com fins lucrativos, enquanto o termo associação seria para aquelas sem fins lucrativos. As entidades científicas, sem fins lucrativos, foram aos poucos se ajustando a nova nomenclatura, mas algumas, com mais tradição, mantiveram o nome original, ou usando o termo sociedade para eventos e sites, e o termo associação para documentações fiscais.

Sociedades e a promoção da psicologia como ciência.

A consolidação dos cursos de graduação e do sistema conselhos, e o surgimento dos programas de pós-graduação levaram a um novo entendimento de sociedade científica em psicologia no Brasil. Não que haja aí uma linearidade causal, mas uma compreensão gradativa das necessidades de visões de ciência e ética, tanto para o avanço do conhecimento como para a sustentação da boa prática profissional. As novas sociedades assumirão gradativamente três perfis: 1) formação e



atualização profissional em determinada abordagem e prática (exemplos: Associação Brasileira de Psicanálise - ABP, de 1967; Associação Brasileira de Psicodrama e Sociograma - ABPS, de 1970; Associação Brasileira de Análise de Comportamento - ABAC, de 1974; e Associação Brasileira de Daseinsanalyse - ABD, de 1974); 2) científico e profissional com ênfase em reunião anuais com apresentação e discussão de pesquisas nas diversas áreas da psicologia (ex.: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto - SPRP, de 1970); e 3) epistemológico com ênfase em reunião anuais para discussão de trabalhos e aplicabilidade das ciências humanas (ex.: Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, de 1980). Tem-se então uma vasta cobertura para as muitas facetas científicas e aplicadas do campo psicológico.

Sociedades dedicadas à formação complementar representam uma característica internacional do campo psicológico, tendo sido bem assimilada pela comunidade brasileira. Sociedades com perfil prioritariamente científico como aquele apresentado pela SPRP foi realmente uma novidade. Isto não quer dizer que as primeiras sociedades não tivessem interesses científicos, mas que a SPRP conseguiu se organizar de tal modo a promover a ciência psicológica que naturalmente atraiu para suas reuniões anuais pesquisadores de todo o Brasil, procedentes das mais diferentes áreas. Sua fundação foi uma iniciativa dos estudantes de psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (São Paulo-SP), FFCLRP⁸. Os estudantes estavam preocupados com a criação de um fórum para discussões dos trabalhos de pesquisa e interações com outros pesquisadores da área, e com a fiscalização

⁸ Instituição agregada à Universidade de São Paulo em 1974.

do exercício profissional (Gorayeb, 1990). Os dois aspectos levantados pelos estudantes estiveram sempre no âmago da criação das sociedades. A novidade é que a realização da pesquisa empírica ganhará destaque, enquanto a fiscalização profissional logo passaria para o sistema conselho. Assim, a ênfase na discussão da pesquisa passou a ser o grande destaque das reuniões anuais da SPRP. Durante 28 anos as reuniões anuais foram realizadas em Ribeirão Preto, congregando pesquisadores, professores, estudantes de graduação e de pós-graduação de todo o Brasil. Muitos estudantes compareciam ao evento em ônibus fornecidos por suas próprias instituições. Foram reuniões memoráveis nas quais se sentia o crescimento das pesquisas nos cursos de psicologia, e o entusiasmo de professores, estudantes e pesquisadores.

Com efeito, a SPRP não foi criada com o propósito de ser uma entidade nacional, tornou-se naturalmente nacional ao longo do tempo, graças ao excelente nível de sua programação científica, com a participação de conferencistas nacionais e internacionais. A ideia de transformar a SPRP em Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP, encontrou resistências dos fiéis e históricos sócios de Ribeirão Preto. As resistências foram se superando aos poucos e em 1991 e a SPRP transformou-se em SBP. A primeira reunião anual fora de Ribeirão Preto foi de 28 a 31 de outubro de 1999 na cidade de Campinas - SP.

Sociedade com perfil epistemológico foi uma novidade que veio com a ABRAPSO. A associação foi organizada diante da insatisfação de muitos pesquisadores com o modelo científico dominante em psicologia social. O objetivo da ABRAPSO foi promover uma abordagem crítica, transformadora e emancipatória para lidar com as precárias condições psicosociais de grande parte da população brasileira. A proposta foi forte-



mente acolhida por grande parte de psicólogos, professores e estudantes, como atestam o número de associados, a regularidade do seu periódico *Psicologia e Sociedade*, e o expressivo número de participantes de seus encontros nacionais (ver Cordeiro; Spink, 2018).

Os 40 anos da ANPEPP e a contribuição dos seus grupos de trabalhos (GTs)

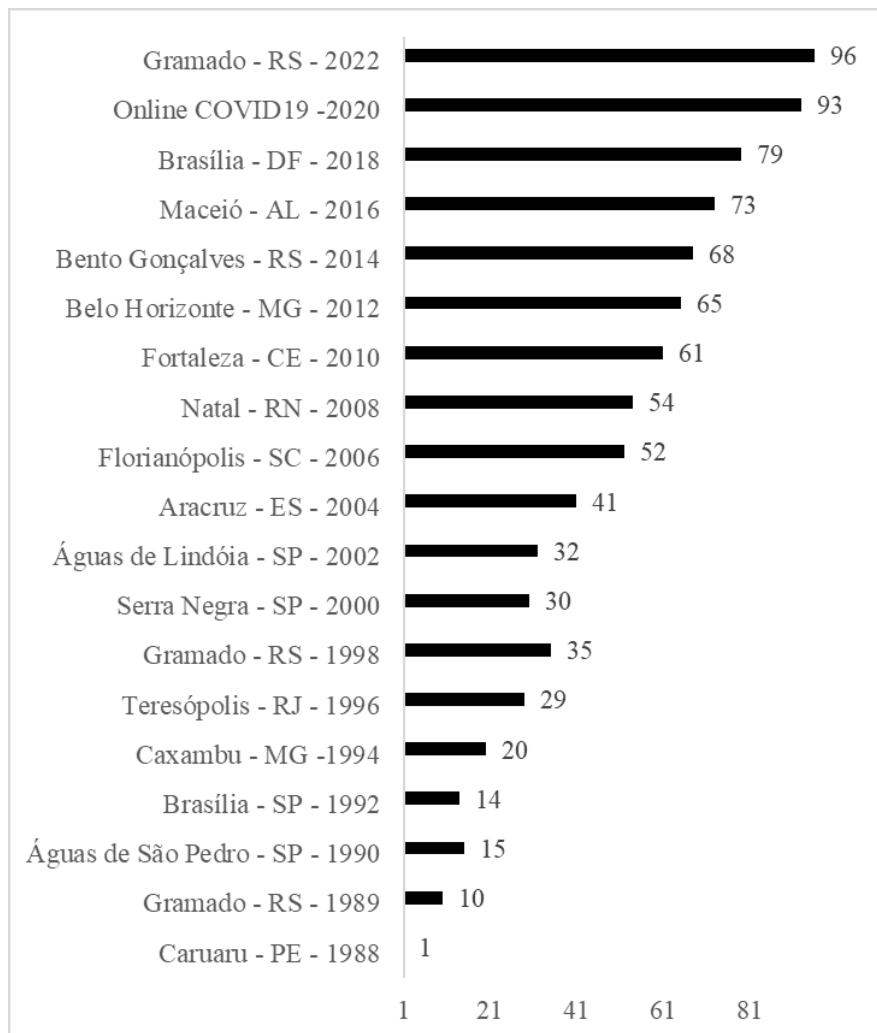
Nos inícios dos anos 1980, dirigentes da CAPES e do CNPq mostraram-se preocupados com a defasagem na produtividade e na organização científica entre as Ciências Humanas e Sociais, e as Ciências Naturais (ver Guedes, 2002). Ao contrário dos pesquisadores das Ciências Naturais que já se apresentavam bem avançados na organização de programas de pós-graduação e produtividade científica, as Ciências Humanas e Sociais articulavam-se com certa lentidão. As agências entenderam que o distanciamento entre pesquisadores estava travando o desenvolvimento destas ciências. Assim, o CNPq e a CAPES induziram a criação das associações nacionais de pós-graduação, sendo uma delas a ANPEPP, cujo lançamento ocorreu na Reunião Anual de 1983 da SBPC. Nos primeiros anos de suas atividades, a ANPEPP dedicou-se a promover reuniões de encontro entre coordenadores dos cursos de pós-graduação que no início dos anos 1980 eram ainda muito poucos. O grande passo para a afirmação da ANPEPP e o cumprimento de suas finalidades foi a organização do I Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, realizado na cidade de Caruaru (Pernambuco-PE), de 23 a 27 de março de 1988. Na avaliação geral dos trabalhos apresentados e da dinâmica do evento, os organizadores sugeriram que no II Simpósio, que



seria realizado em Gramado (Rio Grande do Sul-RS), a programação privilegiasse duas de atividades: a) sessões plenárias sobre o estado da arte da pesquisa em psicologia no Brasil; e b) simpósios ou grupos de trabalho. A partir deste relatório, os organizadores do segundo encontro decidiram promover a criação de grupos de trabalho – GT sobre as diferentes áreas e temas em psicologia, cujos participantes deveriam representar os diferentes programas de pós-graduação. Para se ter uma ideia do sucesso dos GTs/ANPEPP basta apreciar seu crescimento no decorrer dos anos, como mostra o Gráfico 1.



Figura 1 - Números de GTs nos Simpósios da ANPEPP



Fonte: ANPEPP 2024: <https://www.anpepp.org.br/>

Destes GTs nasceram várias sociedades científicas na grande área da psicologia. Contudo, essa relação originária

com a ANPEPP nem sempre é mencionada nas notas históricas dos sites das entidades. Por ter acompanhado o crescimento e as atividades dos GTs ao longo dos anos, eu poderia mencionar várias entidades cuja criação foi articulada na ANPEPP, algumas delas promovendo seus primeiros eventos logo antes ou depois do próprio Simpósio. Um exemplo é a Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento que ao ser fundada em 1998, por membros de GTs na área, realizou seu evento inaugural em Gramado, logo depois do 7º Simpósio da ANPEPP. Dois exemplos reconhecidos da relação originária com a ANPEPP são a Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia - ABECIPSI, fundada em 2006 (BIZARRO, 2006); e a Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP em 2000 (CAMINO, 2023). Um episódio curioso promoveu a criação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica em 1997. Estudantes impedidos de participarem do GT de Avaliação Psicológica levantaram a necessidade de se ter um espaço amplo e aberto a todos os interessados para a discussão das pesquisas e das novas técnicas de mensuração. Os participantes do GT em Avaliação Psicológica então se propuseram a organizar o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica - IBAP. O primeiro congresso foi realizado de 23 a 26 de julho de 2003 em Campinas – SP, em conjunto com a IX Conferência Internacional de Avaliação Psicológica. O periódico do IBAP é a Revista Avaliação Psicológica. Enfim, a própria SBHP que hoje promove este evento foi gestada e amadurecida em GTs da ANPEPP e hoje presta um grande serviço à historiografia da psicologia no Brasil. Tais exemplos atestam que a ANPEPP vem cumprindo o seu papel de estreitar os laços de colaboração entre pesquisadores, de induzir a criação de grupos de



trabalhos, de gerar novas sociedades científicas, e de divulgar a ciência psicológica.

Considerações Finais

Sociedades científicas são forças propulsoras do desenvolvimento econômico e social de um povo. As contribuições da ciência e as suas decorrências tecnológicas trazem bem-estar social e renovam os fundamentos e a aplicabilidade da educação acadêmica e profissional. Estas sociedades vêm cumprindo suas importantes missões desde o século XVII, enfrentando dificuldades políticas como censuras, escassez de recursos, e mal-entendidos entre seus associados. Neste duro percurso muitas sociedades perecem, mas outras se transformam e se atualizam como novas maneiras de pensar e com novos produtos da própria ciência. No Brasil, coube as reuniões anuais da SBPC a germinação das sociedades científicas especializadas, principalmente nas áreas das ciências naturais. As reuniões anuais destas áreas foram inicialmente realizadas junto à SBPC. Com o tempo, cada uma delas foi assumindo e organizando as suas próprias reuniões.

No campo da psicologia, as primeiras sociedades muito se dedicaram em promover os novos conhecimentos psicológicos e o reconhecimento da profissão. Com o reconhecimento da profissão e o estabelecimento do sistema conselhos as primeiras sociedades se enfraqueceram, e muitas deixaram de existir. Isto não quer dizer que fracassaram, mas que cumpriram a sua missão. Prova é que o sentido societário continuou ativo nas entidades com perfis formativos e profissionais e se renovou nas sociedades mais enfaticamente dedicadas a discussão científica e a organização de congressos anuais.



A ANPEPP tem exercido um papel importante em uma nova concepção de sociedades, ou seja, aquelas que tratam da formação e da profissão associadas às evidências empíricas, cujo objetivo é a sustentação de uma prática profissional baseada em evidências. Contudo, há espaços para GTs com diferentes perspectivas metodológicas. A SBHP, como filha de GTs/ANPEPP, vem exercendo com exuberância seu papel no registro e na análise histórica, promovendo congressos periódicos e representando o Brasil em eventos internacionais.

Com certeza, testemunhamos hoje uma vida ativa e produtiva de muitas das nossas sociedades científicas. Contudo, os desafios continuam e são muitos. Eu me atrevo a mencionar alguns: 1) a composição de um quadro social ativo e em dia com o pagamento de anuidades, 2) a dificuldade em manter uma sede e seus arquivos com programas de eventos e publicações diversas, 3) o custo de manter um site em que sua documentação esteja à disposição dos interessados, 4) o cuidado de colocar à disposição no site um texto documentado sobre a sua própria história, e 5) o desafio de manter um periódico ou publicação de anais, mesmo que associados a universidades ou a editoras especializadas. Numa perspectiva historiográfica, o meu temor é que muitas sociedades estão deixando suas histórias e principais contribuições se perderem pela dificuldade em manter a documentação e os arquivos.

Ou seja, nós historiadores fazemos um esforço enorme para desvendar histórias de passados longínquos, enquanto estamos deixando escapar a história recente. Enfim, a coleta destas poucas anotações foi trabalhosa, dada a dificuldade de acesso à documentação das sociedades científicas, fazendo-me recorrer a minha própria vivência testemunhal dos fatos narrados. Que bom seria poder voltar nossos olhares para os



tempos recentes e preservar as nossas histórias com seus muitos ensinamentos, fomentando um futuro melhor para as próximas gerações.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil** (1832-1970). Disponível em <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>. Acesso em: 30 set. 2023

BUENO, Chris. A origem histórica das sociedades científicas no Brasil: entidades foram fundamentais para a institucionalização da ciência e para o desenvolvimento científico no país. **Cienc. Cult.** v. 74, n. 3, p. 1-6, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220050>. Acesso em: 25 set. 2023.

BIZARRO, Lisiâne. Editorial. **Psicol. Reflex. Crit.** V. 19, n. 2, p. 165, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200001>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CAMINO, Leoncio. **Uma nova interlocução no campo da Psicologia no Brasil: A Sociedade Brasileira de Psicologia Política**. Disponível em: https://psicologiapolitica.org.br/historia/#_ftn1. Acesso em: 30 set. 2023.

CORDEIRO, Mariana P.; SPINK, Mary J. P. Apontamentos sobre a História da Psicologia Social no Brasil. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 4, p. 1068-1086, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/42223/29270>. Acesso em: 01 set. 2023.

GORAYEB, Ricardo. História da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. **Ciênc. Cult.** v. 42, n. 10/12, p. 827-831, 1990. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-122107>. Acesso em: 20 ago. 2023



GUEDES, Maria do Carmo. Para uma história da ANPEPP. Entrevista com Marcos Formiga. ANPEPP/Acervo Histórico, 2002. Disponível em: http://www.anpepp.org.br/old/1-Acervo/B-historico/hist_anpepp.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

JACÓ-VILELA, Ana. Maria. (Org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2011.

McCLELLAN III, James. E. **Science Reorganized: Scientific societies in the eighteenth century**. New York: Columbia University Press, 1985.

ORNSTEIN, Martha. **The role of the scientific societies in the seventeenth century**. New York: Kessinger Publishing, 2010.

PAULINO NETTO, Augusto; PORTO, Jarbas; e SANTOS, Omar da Rosa. História da Academia Nacional de Medicina. **Acta Médica Misericordiae**, v.7, n. 1, p. 7-10, 2004. Disponível em: <http://www.actamedica.org.br/publico/noticia.php?codigo=290>. Acesso em: 31 de ago, 2023.

WITTER, Geraldina Porto. Importância das sociedades/associações científicas: Desenvolvimento da ciência e formação do profissional-pesquisador. **Boletim de Psicología**, v. LVII, n. 126, p. 01-14, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432007000100002. Acesso em: 20 ago. 2023.



Capítulo 9

O Grupo de Trabalho em História da Psicologia da ANPEPP e a Expansão da Pesquisa em História da Psicologia no Brasil

*Regina Helena de Freitas Campos
Armando Magno de Abreu Leopoldino*

Introdução

O Grupo de Trabalho em História da Psicologia foi instituído por ocasião da realização do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em maio de 1996. Essa institucionalização foi promovida por pesquisadores já atuantes em investigações sobre a história da Psicologia em diversas universidades brasileiras, focalizando em especial a evolução dos saberes psicológicos no Brasil e a constituição da profissão do psicólogo no país. Participou da criação do Grupo o Prof. Josef Brožek (1913-2004), renomado historiador da Psicologia vinculado à Universidade Lehigh, nos Estados Unidos da América (EUA), então visitante na Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto. Com sua extensa experiência na organização do campo de estudos da história da Psicologia no contexto in-



ternacional, Brožek apoiou com entusiasmo a institucionalização do grupo, cujos trabalhos contribuiu para divulgar.

Este capítulo descreve o processo de criação do grupo no contexto das transformações do ensino superior no Brasil a partir dos anos de 1960, e seu desenvolvimento posterior, decorrente da agência dos atores históricos envolvidos. A institucionalização, a nosso ver, conferiu maior coesão intragrupo e estimulou tanto a ampliação de projetos existentes quanto a elaboração de novos trabalhos, em um processo que culminou com a criação da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP), em 2014. O trabalho considera como o grupo se situou diante da produção em História da Psicologia no Brasil anterior à sua institucionalização, e como sua fundação dialoga com a expansão universitária ocorrida no país a partir dos anos de 1960 e com raízes transnacionais decorrentes da participação de membros do grupo em pesquisas em História da Psicologia realizadas em outros países.

Uma das marcas do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores participantes do GT-ANPEPP foi, desde o início, evidenciar como os saberes em Psicologia construídos em solo brasileiro se caracterizaram pela originalidade e pelo desenvolvimento próprio, relacionados aos aspectos sócio-históricos e culturais da formação brasileira. Seu desenvolvimento não se deu pela simples transferência das ideias, mas sim por apropriações e transformações do conteúdo dos saberes frente às diferentes tradições culturais que contribuíram na formação da cultura brasileira. Embora influenciada por matrizes europeias e estadunidenses, a Psicologia local não se restringiu a esses modelos, mas desenvolveu características típicas diante da diversidade da sociedade na qual ela se enraizou.



Este trabalho, realizado em colaboração entre uma pesquisadora participante da criação do GT-ANPEPP e um historiador, reúne as duas perspectivas, uma mais subjetiva, de testemunho pessoal do processo histórico, e a outra mais objetiva, buscando a legitimidade em dados historiográficos precisos, em um movimento de aproximação e distanciamento necessários para a construção de uma visão abrangente do papel do Grupo na expansão da pesquisa em história da Psicologia no contexto brasileiro.

A Psicologia no cenário da expansão universitária brasileira

A partir dos anos de 1960, as universidades brasileiras passaram por um processo de modernização, marcado pela expansão do ensino superior e pela Reforma Universitária de 1968. Em 1965, o Conselho Federal de Educação (CFE) implementou o sistema de pós-graduação por meio do Parecer nº 977, conhecido como Sucupira. À época, o Brasil vivia a Ditadura Militar (1964-1985), que endossava a crença de que o atraso tecnológico seria responsável pelos níveis de pobreza então existentes. O desenvolvimento econômico do país, portanto, estaria condicionado a aportes financeiros maciços em ciência e tecnologia, o que explica os investimentos nas universidades, que passaram a concentrar as pesquisas feitas no país. Por outro lado, o aumento do número de estudantes universitários e os debates acadêmicos por melhores condições de funcionamento para as universidades e por melhores condições de vida para a população brasileira ensejaram a organização de movimentos de reivindicação por parte dos estudantes, acompanhados por forte repressão por parte do



governo e por legislação que promoveu restrições ao exercício dos direitos civis.

Nesse contexto, a profissão do psicólogo foi regulamentada em 1962, por meio da Lei nº 4119/62, e a área de conhecimento e de profissionalização experimentou um crescimento significativo tanto na graduação quanto na pós-graduação, com a abertura de cursos de formação universitária em ambos os níveis. No nível da pós-graduação, os primeiros programas *stricto sensu* de Psicologia foram estabelecidos no país na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1966, na USP, em 1970 e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1972. Em algumas universidades foram desenvolvidos estudos em Psicologia Educacional juntamente aos programas de pós-graduação em Educação.

A expansão dos programas de pós-graduação promoveu a institucionalização das Associações Nacionais de Pós-Graduação (ANP) que, a partir dos anos 1970, contribuíram no estabelecimento de diálogos entre as equipes de diferentes universidades durante essa fase de crescimento. Com a abertura de novos cursos e concomitante expansão da pesquisa em Psicologia, ampliou-se a demanda por maior reflexão sobre o que vinha sendo desenvolvido na área acadêmica, e sobre as ações políticas necessárias para sua expansão com qualidade científica. Nesse contexto foi instituída a ANPEPP, oficializada em 1983, durante o 35º Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A proposta para sua criação partiu da própria CAPES, como forma de articular a produção existente. Carolina Bori (1924-2004), então vice-presidente da SBPC, teve uma atuação de destaque nessa fundação (Costa e Yamamoto, 2017).



Os simpósios da ANPEPP, iniciados na década de 1980, contribuíram na organização da comunicação entre os pesquisadores e no melhor conhecimento dos trabalhos científicos em desenvolvimento no país. Gomes e Fradkin (2015, p. 4) contam que todos os programas de pós-graduação em Psicologia existentes no país foram convidados a enviar representantes para o primeiro encontro, realizado em Caruaru, Pernambuco, em 1988, no que a maioria atendeu. A partir desse evento, a Associação decidiu funcionar em Grupos de Trabalho (GTs), organizados por áreas temáticas, como forma de sistematizar os debates e consolidar os resultados. Essa decisão potencializou a realização de trabalhos interinstitucionais entre os pesquisadores reunidos nos GTs, e foi essencial para ampliar o intercâmbio acadêmico e científico entre os programas de pós-graduação em Psicologia existentes no país.



A organização da pesquisa em História da Psicologia nos anos 1980

Acompanhando as vicissitudes do sistema de pesquisas no país, a produção psicológica brasileira passou por transformações significativas na década de 1980 (Brožek e Massimi, 1989). Em vez de pavimentar o caminho para um ideal de progresso contínuo da ciência, essa época marcou uma retomada dos processos diversos e contraditórios que moldaram a própria constituição da Psicologia no Brasil, em um momento de reflexão crítica sobre o histórico epistemológico da área. Autores como Antonio Gomes Penna (1978; 1981; 1987), Samuel Pfromm Netto (1981), Rogério Centofanti (1982), Marina Massimi (1985; 1989), Isaías Pessotti (1988) e Regina Helena de Freitas Campos (1980; 1989) se destacaram nesse período ao

investigar os rumos do desenvolvimento da Psicologia no país, com um interesse crescente nas raízes históricas dos conhecimentos psicológicos, em comparação com décadas anteriores. Fruto também desse movimento de expansão foi o artigo de Angelini e Agatti na *Revista Latinoamericana de Psicología*, em 1987 (Angelini & Agatti, 1987).

Em 1984, um acontecimento de grande valor marcou o rumo dos estudos em história da Psicologia no Brasil. Trata-se da criação, pela Profa. Maria do Carmo Guedes, do Núcleo de História da Psicologia vinculado aos Programas de Pós-graduação em Psicologia Social e em Psicologia da Educação da PUC-SP. Guedes (1996) relata que a motivação para a institucionalização do Núcleo decorreu tanto da necessidade de proporcionar conhecimentos aprofundados em Psicologia para doutorandos de diversas áreas, quanto do interesse em iniciar alunos de graduação em atividades de pesquisa científica. O Núcleo logo se tornou interinstitucional, pois sua coordenadora, na atitude acolhedora que a caracteriza, tratou logo de reunir pesquisadores que estivessem realizando estudos sobre história da Psicologia em outras universidades. Assim se aproximaram do Núcleo os autores que vinham produzindo estudos na área, como os citados anteriormente e pesquisadores de outros países como o próprio Josef Brožek e Robert Farr (1936-2013), historiador da Psicologia Social vinculado à *London School of Economics*, entre outros. A participação de alunos de graduação foi potencializada com a concessão de bolsas de pesquisa fornecidas pela Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg, dirigida também por Guedes. Assim, o Núcleo da PUC-SP tornou-se referência para estudiosos da história da Psicologia (Guedes, 1996).



Brožek teve uma trajetória científica e profissional marcante na pesquisa, no ensino e na expansão da História da Psicologia em uma perspectiva transnacional. Emigrado para os EUA em 1939, ele desenvolveu trabalhos em temas diversos, como em psicologia experimental, desnutrição, percepção e doença coronária. A partir da década de 1960, concentrou-se principalmente na História da Psicologia. Em 1965, ele foi um dos fundadores da Divisão 26 da *American Psychological Association* (APA), dedicada à História da Psicologia, e do *Journal of the History of the Behavioral Sciences* (JHBS), periódico responsável pela divulgação de estudos na história das ciências sociais e comportamentais.

O papel de Brožek foi determinante para a internacionalização das pesquisas em História da Psicologia ao redor do mundo, com trabalhos publicados, participações em congressos, levantamento de fontes arquivísticas e reflexões sobre abordagens historiográficas. Ele entendia que a institucionalização da área propiciava sua legitimação como um campo científico autônomo, conforme as definições de Bourdieu (2004), o que estimulava a produção de novos estudos e a formação de pesquisadores na área.

Esse foi o desenrolar das pesquisas que, a partir dos anos seguintes, ganharam novos impulsos. Nesse breve percurso, procuramos destacar a solidez da produção em História da Psicologia já presente no país e sua circulação internacional antes mesmo da criação do GT-ANPEPP. Evidencia-se assim que sua fundação teve como base as condições já estabelecidas, mas também abriu caminho para novos empreendimentos coletivos, caracterizados por uma maior coesão do grupo e pelo estabelecimento de novas redes de sociabilidade científica.



A fundação do GT de História da Psicologia na ANPEPP de 1996

Nos dias 22 a 25 de maio de 1996, em Teresópolis, Rio de Janeiro, ocorreu o VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, sob a direção de Elizabeth de Melo Bomfim e Teresinha Feres-Carneiro (gestão 1994-1996). O tema do evento foi a relação entre a pós-graduação e a graduação em Psicologia, colocados como níveis apartados no quadro universitário da época. Nesse Simpósio nasceu o Grupo de Trabalho (GT) de História da Psicologia, coordenado por Regina Helena de Freitas Campos, com a participação das professoras e pesquisadoras Marina Massimi e Mitsuko Antunes. Como convidados, estavam Maria do Carmo Guedes e Josef Brožek. Grupo então se constituiu, com a tarefa de aprofundar e disseminar o interesse pelo campo de conhecimento da história da Psicologia (Campos, 1996, p. 1-2).

Nessa primeira reunião, os resumos indicam que o GT se dedicou ao estudo da formulação de conceitos e temas da Psicologia em uma perspectiva histórica, focalizando em especial o contexto sociocultural no qual são elaborados e ganham sentido. Além disso, os pesquisadores levantaram publicações dos últimos anos em História da Psicologia, explorando suas relações com outras ciências e com diferentes abordagens historiográficas, especialmente a “Nova História”. Essa corrente se caracteriza pela ampliação dos temas, objetos, fontes e questões de pesquisa. Quanto a Brožek, sua proposta foi a discussão do ensino, da pesquisa e da teoria em História da Psicologia, com foco nas investigações em arquivos e métodos de análise quantitativos (História da Psicologia: Resumos contribuídos, 1996, p. 179-183).



No relatório desse GT, os membros afirmam que a História da Psicologia, em sua riqueza de abordagens, contribui para compreender as diferentes representações do ser humano nas variadas culturas, além de elucidar os impactos dos conceitos e técnicas desenvolvidos pela Psicologia Científica na sociedade contemporânea. O grupo resumiu seus objetivos da seguinte forma (História da Psicologia: Relatório do GT, 1996, p. 206):

- promover o intercâmbio acadêmico entre pesquisadores que se dedicam ao estudo da História da Psicologia
- promover a divulgação da pesquisa em História da Psicologia feita no Brasil
- oferecer subsídios para a organização dos cursos de História da Psicologia em programas de graduação e de pós-graduação em Psicologia no país.

O ensino de História da Psicologia ocupou uma posição central nas discussões dos pesquisadores, visando sua melhor organização e sua introdução como disciplina obrigatória nos primeiros anos da graduação. Na pós-graduação, a meta foi contribuir na formação de futuros docentes e pesquisadores na área. Além disso, o grupo organizou uma coletânea para uso didático em História da Psicologia, contemplando a pesquisa, o ensino e os estudos já realizados, examinando as trajetórias de estudiosos da área (Campos, 1996).

O Grupo de Trabalho (GT) em História da Psicologia continuou a se reunir nos Simpósios realizados pela ANPEPP a cada dois anos, integrando novos membros, como os pesquisadores Ana Maria Jacó-Vilela, que havia implantado em 1998



na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), junto com a colega Heliana de Barros Conde Rodrigues (1949-2024), o Núcleo Clio-Psyché de Estudos em História e Memória da Psicologia, congregando estudantes de graduação e de pós-graduação e pesquisadores em história da Psicologia; William Barbosa Gomes, com pesquisas sobre história e epistemologia da Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Nádia Dourado Rocha, com pesquisas sobre as teses com temáticas relacionadas à Psicologia defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia desde sua fundação, no século 19; Raquel Nunes da Cunha e Norberto Abreu, da Universidade de Brasília (UnB) e Raul Pacheco, da PUC-SP, contribuindo com pesquisas sobre a história das abordagens comportamental, fenomenológica e psicanalítica no Brasil.

Desdobramentos

A evolução dos trabalhos do grupo resultou em uma conquista significativa: o *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil* (Campos, 2001), organizado por Regina Campos com a ajuda dos membros do GT, e que contou com mais de 80 colaboradores. O Dicionário foi parte do projeto “Memória da Psicologia Brasileira”, coordenado pelos professores Ana Maria Jacó-Vilela e Marcos Ribeiro Ferreira no Conselho Federal de Psicologia (CFP). Entre seus objetivos, encontra-se a ampliação do conhecimento sobre o desenvolvimento do campo de conhecimento da Psicologia no país, compreendendo seus desdobramentos nas dimensões profissionais, institucionais, intelectuais e científicas, além de fomentar novos estudos. A perspectiva epistemológica do Dicionário se pauta na visão da história das ciências como um debate entre diferentes orien-



tações teóricas, fruto das visões de mundo diversas e dos contextos socioculturais nos quais elas são formuladas.

Nos anos subsequentes, participantes do GT-AANPEPP identificaram e organizaram fontes relevantes para a continuidade do levantamento da história da Psicologia no Brasil e suas conexões nacionais e internacionais. Em 1997, por exemplo, diante da riqueza de documentos inéditos para a pesquisa em História da Psicologia e da Educação brasileiras disponíveis no acervo da psicóloga e educadora Helena Antipoff (1892-1974), sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), em Minas Gerais, foram estabelecidos os Arquivos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de História da Psicologia no Brasil, na Sala Helena Antipoff, localizada na Biblioteca Central da Universidade. Posteriormente foram integrados aos Arquivos UFMG parte do acervo e da biblioteca de Josef Brožek, doados pelo titular. Também Marina Massimi transferiu para os Arquivos parte de sua biblioteca pessoal em história da Psicologia e os protocolos de pesquisa que reuniu ao longo de sua trajetória como pesquisadora das ideias psicológicas nos períodos colonial e imperial brasileiros (Campos, 2010).

A partir dos anos 2000, surgiram outros grupos e associações, como os *Encontros Interinstitucionais de Pesquisadores em História da Psicologia*, reuniões itinerantes realizadas em associação com os eventos promovidos pelo Núcleo de História da Psicologia da PUC-SP, pelo CDPHA e pelo Núcleo Clio-Psyché na UERJ. Em 2001 foi instituído o GT de História da Psicologia da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), durante o XXIX Congresso Interamericano de Psicologia em Lima, no Peru. A continuidade dos grupos e a formação da *Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psico-*



logia (RIPeHP), em 2010, e da SBHP, em 2013, atestam a força institucional alcançada pela pesquisa nessa área.

Acompanhando os grupos, outros produtos do trabalho feito a partir do GT da ANPEPP foram obras selecionadas de História da Psicologia, como aquelas de Guedes e Campos (1999), Massimi (2004), Jacó-Vilela, Ferreira e Portugal (2007), Antunes (2017) e o *Dicionário Histórico de Instituições em Psicologia no Brasil*, organizado por Ana Jacó-Vilela com a colaboração dos participantes do GT e pesquisadores convidados, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (Jacó-Vilela, 2011). Tem-se, igualmente, periódicos voltados ao tema, como as revistas *Mnemosine*, de 2004, a seção de História da Psicologia do periódico *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, ambas editadas no Instituto de Psicologia da UERJ, a *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, criada em 2001, publicação conjunta da USP e da UFMG.

Considerações para o futuro

Seria impossível esgotar o tema neste capítulo, mas, ao longo dele, buscamos demonstrar os caminhos institucionais pelos quais a História da Psicologia se desenvolveu e se expandiu como um campo de pesquisa autônomo, com a articulação de diferentes nacionalidades na sua criação e amplificação. A figura de Josef Brožek evidencia essa particularidade, seja pelo trabalho realizado no Brasil quanto pela divulgação em diferentes países.

A participação ativa de seus membros nos projetos existentes até o presente realça o compromisso e o engajamento dos pesquisadores com a área, pautada pela valorização da pluralidade metodológica e das contribuições teóricas e prá-



ticas que levaram ao desenvolvimento da Psicologia no Brasil, entre suas continuidades e descontinuidades com as experiências passadas.

Essa dinâmica evidencia a vitalidade da área e a expansão das pesquisas em História da Psicologia desde a fundação do GT- ANPEPP, uma vez que seus membros continuaram engajados em trabalhos subsequentes. As redes de pesquisadores se fortalecem regularmente por meio de congressos, como os Encontros Anuais Helena Antipoff, o Clio-Psyché, no Rio de Janeiro, e os Congressos Brasileiros de História da Psicologia. Os estudos são caracterizados pela variedade de abordagens presentes na História da Psicologia, com a análise contextualizada das formações teóricas e práticas do campo psicológico no Brasil, considerando suas relações tanto locais quanto internacionais.

As pesquisas em História da Psicologia oferecem uma visão abrangente da Psicologia, com suas diferentes escolas e sistemas, e das relações externas em seus aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. Ao avaliar criticamente o passado e os caminhos complexos e diversos do desenvolvimento científico, é possível estabelecer diálogos entre as diferentes tradições epistemológicas e áreas disciplinares do conhecimento.

Fontes

História da psicologia, Grupo de trabalho - 1996: *Resumos contribuídos*. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **6º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP** (Anais, Tomo I, p. 179-183). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996.



História da psicologia, Grupo de trabalho - 1996: Relatório do GT. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **6º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP** (Anais, Tomo II, p. 205-211). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996.

Referências

ANGELINI, Arrigo L.; AGATTI, Antonio P. R. A investigação psicológica no Brasil. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 19, n. 1, p. 31-50, 1987.

ANTUNES, Mitsuko A. M. **A psicologia no Brasil:** leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: EDUC, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.



BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina (orgs.). **Historiografia da Psicologia Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CAMPOS, Regina H.F. **Psicologia e ideologia: um estudo da formação da Psicologia Educacional em Minas Gerais.** Orientador: Oder José dos Santos, 1980. 000f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980.

CAMPOS, Regina H.F. **Conflicting interpretations of intellectual abilities among Brazilian psychologists and their impact on primary schooling (1930-1960).** Orientador: Elizabeth G. Cohen, 1989. 000f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Stanford University, Stanford, 1989.

CAMPOS, Regina H. F. (org.). **História da Psicologia:** pesquisa, formação, ensino. São Paulo: EDUC, 1996.

CAMPOS, Regina H. F. (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil:** Pioneiros. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2001.

CAMPOS, Regina H. F. O acervo Helena Antipoff como laboratório de pesquisa sobre a história das Ciências da Educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, set./out. 2018. p. 83-101.

CAMPOS, Regina H. F.; JACÓ-VILELA, Ana M.; MASSIMI, Marina. Historiography of psychology in Brazil: pioneer works, recent developments. **History of Psychology**, v. 13, n. 3, 2010. p. 250-276.

CENTOFANTI, R. Radecki e a Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 3, n. 1, 1982. p. 2-50.



COSTA, Ana Ludmila F.; YAMAMOTO, Oswaldo H. 50 anos de pós-graduação *stricto sensu* de Psicologia no Brasil: notas sobre seu processo de constituição (1966-2015). **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 31, p. 133-160, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6432>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GOMES, William B.; FRADKIN, Chris. Historical Notes on Psychology in Brazil: The Creation, Growth and Sustenance of Postgraduate Education. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, 2015. p. 2-13.

GUEDES, Maria do Carmo. História da Psicologia; recurso para formação de pesquisadores e de psicólogos. IN; Campos, Regina H. F. (Org.) **História da Psicologia – Pesquisa, formação, ensino.** (Coletânea Anpepp), n. 15, São Paulo: EDUC, 1996. p. 161-170.

GUEDES, Maria do Carmo; CAMPOS, Regina H. F. **Estudos em história da psicologia.** São Paulo: EDUC, 1999.

JACÓ-VILELA, A.M. **Dicionário Histórico de Instituições da Psicologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Imago; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

JACÓ-VILELA, Ana M.; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. (Orgs.). **História da Psicologia - rumos e percursos.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2007.

MASSIMI, Marina. **História das ideias psicológicas no Brasil em obras do período colonial.** Orientador: Isaías Pessotti, 1985. 00of. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MASSIMI, Marina. **A Psicologia em instituições de ensino brasileiras do século XIX.** Orientador: Isaías Pessotti 1989. 00of. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MASSIMI, Marina. **História dos saberes psicológicos.** São Paulo: Paulus, 2016.

PENNA, Antônio G. **Introdução à história da psicologia contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PENNA, Antônio G. **História das ideias psicológicas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PENNA, Antônio G. **História da psicologia: apontamentos sobre as fontes e sobre algumas das figuras mais expressivas da psicologia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.



PESSOTTI, Isaías. Notas para uma história da Psicologia no Brasil. In: **Quem é o psicólogo brasileiro?** Conselho Federal de Psicologia, São Paulo: EDICON, 1988.

PFROMM NETTO, Samuel. A Psicologia no Brasil (1981). In: ANTUNES, Mitsuko A. M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil:** primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ/Conselho Federal de Psicologia, 2004.

PINHEIRO, Antonio C.F. Historiadores da educação brasileira: gerações em diálogo. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e059, 2019.

SILVEIRA, Zuleide S. Relatório da Equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior (CAPES) - Acordo MEC-USP. **Movimento-Revista de Educação**, v. 7, n. 14, 28 nov. 2020.



Capítulo 10

A institucionalização do Ensino da História da Psicologia

Marina Massimi

A institucionalização do ensino da História da psicologia é uma condição importante para que seja possível o crescimento da área, seja no âmbito da pesquisa, seja na didática inserida no currículo de formação em Psicologia. Que haja ensino de disciplinas voltadas aos estudos históricos, no nível da graduação e da pós graduação em psicologia, é uma exigência importante para proporcionar a formação crítica do profissional, mas que não foi adequadamente recebida pelas novas diretrizes curriculares, cuja atuação alias implicou pelo contrário, a quase eliminação da área de história da psicologia em alguns currículos que tradicionalmente contavam com ela, como o do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo no Campus de Ribeirão Preto - RPUSP. Em minha própria experiência pessoal, foi decisiva a possibilidade de ocupar uma vaga destinada à área da história da psicologia e dos saberes psicológicos no Brasil, no então Departamento de Psicologia e Educação do Campus da USP de Ribeirão Preto. Essa inserção me permitiu dedicação a tempo integral a área dos estudos históricos e a possibilidade de formar novas gerações de jovens pesquisadores que se interessaram e se dedicaram junto comigo ao trabalho dessa reconstrução e alguns dos quais



decidiram se dedicar a esta área de pesquisa e ensino. A recente redução da carga horaria da área de história da psicologia, reduzida a disciplina matéria optativa, assinala um retrocesso enorme, que esperamos ser sintomático apenas de uma crise na consciência cultural e política da comunidade científica local, e não expressão de um panorama geral.

Para além da experiência pessoal, gostaria de sugerir alguns argumentos em prol da importância da institucionalização do ensino de História da Psicologia, para consolidar o espaço da história da psicologia no âmbito da pesquisa e do ensino em Psicologia.

A importância do conhecimento histórico para a formação em Psicologia

Em primeiro lugar, o estudo da história da psicologia possibilita a compreensão do panorama da Psicologia contemporânea. Um artigo publicado em 2013, ao relatar uma investigação desenvolvida em cursos canadenses acerca do ensino da disciplina de história da psicologia no currículo de formação do psicólogo, afirma que “o estudo do passado da psicologia é parte da própria psicologia” (Barnes; Greer, 2013, trad. nossa, p. 10). No contexto da história presente, marcado por um grande desenvolvimento das áreas especializadas na psicologia e, portanto, por uma multiplicidade de perspectivas de abordagens teóricas e práticas, a história da psicologia é a única área da psicologia em que se propõe um panorama do inteiro campo dessa ciência. Neste sentido, a história da psicologia é um recurso precioso contra a possível pulverização e dispersão da psicologia, como também para proporcionar aos alunos em processo de formação uma visão global e unitária



dela. A disciplina “história da psicologia” no curso de formação em psicologia, representaria, segundo os autores citado, uma espécie de “meta-curso” que oferece aos alunos a visão da Psicologia como um todo, num enfoque histórico. Para os estudantes, é possível mediante o conhecimento histórico, “refletir acerca da evolução do seu campo de aprendizagem, em toda a miríade de práticas e ideias, e através das várias conexões e desconexões entre passado e presente”. Segundo os autores, “é exatamente devido a esta perspectiva global numa época de hiperespecialização que a história da psicologia é tão essencial”. De fato, “a história não é simplesmente algo que se refere a um passado nem uma cronologia pedante dos acontecimentos, mas é algo pertinente à identidade da Psicologia” (Barnes; Greer, 2013, trad. nossa, p. 10).

Nessa perspectiva, a história da psicologia proporciona ao psicólogo uma competência que diz respeito ao domínio de seu campo inteiro de conhecimento e de atuação, dessa competência decorrendo a habilidade de discernir diante das demandas intelectuais e práticas com que se depara e diante dos desafios do contexto da produção científica e da intervenção social, o caminho mais oportuno dentre os tantos caminhos possíveis, proporcionados pelo campo.

Em segundo lugar, o ensino da história da psicologia põe a ênfase na consciência da historicidade da experiência humana e na historicidade da produção científica em Psicologia.

Desde meados do século XX, os estudiosos das ciências humanas apontaram para formas novas de colaboração entre Psicologia e História evidenciando a proximidade entre as duas áreas. A afirmação do caráter essencial de historicidade da experiência humana, inclusive em sua dimensão psico-



lógica, caracteriza, por exemplo, a abordagem da “Psicologia Histórica”, proposta por Ignace Meyerson (1888-1983) em sua obra *Les fonctions psychologiques et les oeuvres* (Paris, 1948). O autor francês enfatiza a relatividade histórica dos processos psicológicos humanos, subordinando assim a Psicologia à História. Nessa ótica, conceitos utilizados pela ciência psicológica como pessoa, memória, emoção, não se referem a fenômenos que permanecem imutáveis ao longo do tempo, mas assumem conotações próprias em diferentes períodos históricos e em diversos âmbitos culturais; e alguns deles se fazem presentes apenas em dado momento histórico. As pesquisas da historiadora brasileira da psicologia Maria Fernanda Costa Waeny, tornaram conhecidos em nosso meio os estudos de Meyerson e a sua Psicologia Histórica (Waeny, 2002, 2003, 2004, 2005, 2013). Buscando contextualizar a indagação acerca do homem psíquico, no âmbito histórico sociocultural de sua existência concreta, Meyerson propunha uma psicologia pluralista, partindo da constatação de que, em todos os tempos e em todas as culturas, o homem tem se interrogado acerca de si mesmo, ao longo da história tal interrogação assumindo, porém, formas diferentes.

Em suma, o conhecimento da história da psicologia pode tornar o psicólogo capaz de autoavaliação crítica, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos e as técnicas que emprega, e neste sentido, sempre aberto a questionamentos e, sobretudo, a novas aprendizagens. Torna-o, portanto, agente de construção de uma psicologia consistente no presente e em constante avanço na direção do futuro.

Em terceiro lugar, o ensino da história da psicologia enfatiza a importância da temporalidade na subjetividade humana. Modalidades diferentes de viver o tempo se espelham, não



apenas no campo do conhecimento psicológico, como também no próprio acontecer dos processos psíquicos e na forma de estruturar-se de distúrbios e doenças ligadas ao psiquismo, como assinalado pela psicopatologia moderna, especialmente a de Eugène Minkowski (1885-1972). O psicopatólogo e fenomenólogo russo, autor, dentre outros, do livro “O tempo vivido. Fenomenologia e psicopatologia” [1933] (2014), afirma que a distorção temporal das vivências impede o ímpeto vital necessário para olhar ao futuro. O adoecimento psíquico se manifesta assim por particulares percepções do tempo e organizações da temporalidade. A lembrança do passado e a expectativa do futuro determinam continuidades, ou descontinuidades, na autopercepção da pessoa bem como em suas relações sociais. Podem-se assim vivenciar possibilidades proporcionadas por um sentimento do tempo que flui e é produtivo ou, pelo contrário, senso de impossibilidade e de impotência proporcionado por um sentimento do tempo, imóvel e estéril.

Tais reflexões sobre a temporalidade nos levam a descobrir um aspecto importante do ensino da história da psicologia que é o da formação humana: trata-se de introduzir os alunos na consciência de formas diferentes de viver o tempo; e nele, de viver o mundo. Esta é hoje uma tarefa especialmente árdua e ao mesmo tempo urgente. Nós nos encontramos hoje em um clima sociocultural que facilita o esquecimento ou a censura da memória em jovens e adultos, o que por sua vez implica num enfraquecimento da consciência da própria identidade cultural em indivíduos e sociedades, bem como em um empobrecimento da capacidade crítica. No que diz respeito à formação escolar, os programas tradicionais que organizam o estudo da História nos cursos primários e secundários anulam, em muitos casos, o interesse natural pela mesma, trans-



formando-a num devir mecânico e aniquilando o papel dos atores, pessoas e grupos; e apagando o interesse pelos vestígios históricos (documentos e monumentos), até chegar a sua própria eliminação (como no movimento contemporâneo da *cancel culture*). Tal situação é particularmente evidente no contexto brasileiro, devido a um complexo processo histórico de colonização cultural e social realizado, entre outras, por meio do obscurecimento da memória do passado e do ocultamento de seus sinais no presente.

Essa mesma situação estimula, porém, a necessidade urgente de uma recuperação do passado, que se manifesta sob a forma de um renovado interesse pelas leituras de teor histórico ou pelas narrativas de ficção histórica. Trata-se, então, de um momento particularmente propício à consolidação dos estudos históricos e para buscar suscitar a curiosidade e a abertura nos estudantes.



As disciplinas que integram os Estudos Históricos em Psicologia

A expressão Estudos Históricos em Psicologia foi sugerida pelo saudoso Professor Arno Engelmann (1931-2017), filósofo e um dos mais originais e destacados pesquisadores da psicologia brasileira na área dos estados subjetivos perceptuais e cognitivos. Os Estudos Históricos em Psicologia abrangem diversas disciplinas, a serem ministradas no nível da Graduação e da Pós-Graduação: a *História da Psicologia Científica* que veio a substituir o antigo rotulo de *Teorias e Sistemas em Psicologia*; e a *História dos Saberes psicológicos* que abrange o arco temporal que vai desde as origens pré-científicas na cultura clássica ocidental até os seus desenvolvimentos

como disciplina científica no século XIX. Essa disciplina procura situar a Psicologia no contexto mais amplo da História Cultural e Social (Massimi, 2026). De fato, propõe a reconstrução histórica de conceitos (e sistemas conceituais) e práticas, que se referem aos processos psicológicos, que podem ser apreendidos num domínio que abarca as diversas culturas seja no Oriente, seja no Ocidente, em diferentes períodos históricos. Neste sentido, a história dos saberes psicológicos é parte da História Cultural, um domínio de conhecimento histórico que aborda as visões de mundo de uma determinada cultura, com recursos metodológicos próprios. A História da Psicologia Científica refere-se à constituição, estruturação e expansão da ciência psicológica, desde o século XIX até o presente, buscando acompanhar também as suas conexões com áreas complementares como neurociências, ciências cognitivas, epistemologia etc.

Essas duas disciplinas por vez podem ser particularizadas em diversos contextos espaço temporais, em casa região e nação bem como em diversos períodos históricos. Desse modo, podemos ter por exemplo, a História da psicologia no Brasil, ou na Argentina, ou na Rússia, na Índia etc. No ensino delas, uma das questões mais importante é a transmissão de um adequado método de estudo. Em cada geração, ao mesmo tempo em que cresce a capacitação dos jovens no uso dos recursos tecnológicos e informáticos, diminui sua capacidade reflexiva e crítica e o estudo torna-se cada vez mais uma atividade mecânica e repetitiva. Essa situação, a meu ver, depende da formação (ou de-formação) recebida pelos estudantes nos cursinhos e nas escolas de segundo grau (cada vez mais voltados para treinar os jovens, tendo em vista a superação da prova do vestibular, e muito menos preocupados com sua for-



mação real). Desse modo, sobra para o docente universitário a tarefa de ensinar realmente o que significa *estudar* no sentido pleno e humano do termo.

No nível da graduação, o ensino das disciplinas históricas proporciona aos alunos, sobretudo nos primeiros anos de curso, um espaço alternativo ao pragmatismo e o utilitarismo cada vez mais marcante no mundo juvenil: o espectro do mercado de trabalho apresenta-se assim desde o primeiro ano de graduação de modo que normalmente, após o primeiro mês de vislumbre diante da novidade da vida universitária, os alunos do primeiro ano já são engolidos pela necessidade de produzir rapidamente e quantitativamente resultados (sejam estes notas, estágios práticos, capacitação no uso das técnicas, etc.) e pouco se importam consigo mesmos e com os outros e deixam de lado a exigência de conhecimento da realidade e de utilidade na sociedade que os levou até a universidade. O clima de competitividade que muitas vezes se instaura entre eles ou, pelo contrário, o espírito coletivista de tipo massificante são ambos obstáculos a uma experiência de real protagonismo do jovem. Nesse contexto, os estudos históricos em psicologia constituem-se num espaço de reflexão, de exercício de juízo crítico, de resgate das motivações pessoais para o estudo da psicologia, de retomada de suas próprias raízes culturais.

Além disto, a inserção da história da psicologia entre as disciplinas fundamentais do currículo de graduação possibilita que a formação dos alunos interessados na pesquisa nos estudos históricos seja proporcionada a partir dos primeiros anos do curso: trata-se de iniciá-los numa perspectiva intelectual que coloque a dimensão temporal como recurso para a compreensão de teorias e práticas psicológicas. Nesse sentido, as referidas disciplinas favorecem a proposição de



alguns percursos para introduzir os estudantes nas mencionadas perspectivas, formando aos poucos uma mentalidade histórica (ou, sentido histórico) e oferecendo, ao mesmo tempo, instrumentos para capacitá-los do ponto de vista metodológico, quanto ao conhecimento e à consulta dos acervos documentários e quanto à coleta, à leitura e à interpretação das fontes encontradas.

Por fim, a “iniciação científica” parece ser um caminho muito interessante para a formação de jovens pesquisadores nesta área, proporcionado pela tradição institucional científica no Brasil. A formação do historiador da ciência e, em nosso caso específico, do historiador da psicologia tem um caráter amplo e interdisciplinar. São exigidas diversas competências em campos às vezes muito específicos, desde o conhecimento dos idiomas modernos até o dos idiomas antigos, rudimentos de paleografia para possibilitar a leitura e transcrição de manuscritos, formação humanista ampla nas áreas histórica, mas também filosófica, literária e teológica, além do entendimento crítico da própria disciplina da qual buscamos reconstruir a evolução histórica. Para proporcionar este tipo de formação, portanto, é necessário um amplo período e, nesse sentido, é desejável dar início a este percurso desde a época da graduação. Assim, a iniciação científica é um importante instrumento institucional, já existente no passado e no presente, que deve ser salvaguardado no futuro.

O depoimento de Josef Brožek

Por fim, gostaríamos de colocar aqui o depoimento acerca do tema, fornecido por um dos pioneiros da área de História da Psicologia no mundo, Josef Brožek. Nascido em 1913,





na cidade de Melnik, na Bohemia, atual República Tcheca, Brožek viveu em Varsóvia (Polônia), entre 1913 e 1915 e junto com sua família foi deportado na Sibéria (1915-1920). Em junho de 1937, tornou-se PhD pela *Charles University*, em Praga, na Tchecoslováquia; e atuou como psicólogo neste país, nos anos de 1938 e 1939. Em 1939, devido aos inícios da Segunda Guerra Mundial, emigrou para os Estados Unidos da América – EUA e naturalizou-se americano em 1945. Continuou sua atividade de pesquisador e assumiu diversos cargos universitários na Europa e EUA, desde 1936, entre eles, a partir de 1941, como pesquisador no Laboratório de Higiene Fisiológica e no *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, em 1980-1981. Desenvolveu pesquisas sobre os efeitos da desnutrição no comportamento humano. A partir de 1958, foi nomeado professor de Psicologia e Pesquisador da *Lehigh University*, em Bethlehem, Pennsylvania, nos EUA. Brožek foi um dos pioneiros na pesquisa em História da Psicologia Moderna. Em 1965, participou da criação da Divisão 26 da *American Psychological Association*, dedicada à História da Psicologia, e da organização do periódico *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, que se tornou um dos principais veículos de difusão da pesquisa científica na área.

A colaboração principal de Brožek para a institucionalização do ensino da História da Psicologia foi a organização em 1966, juntamente com Robert I. Watson (1909-1980), de um curso de verão em História da Psicologia, destinado a professores, na Universidade de New Hampshire. O curso foi repetido mais tarde na Universidade de Lehigh, em 1971. A partir desse esforço em reunir os especialistas na área, surgiu em 1968 a *International Society for the History of Behavioral and Social Sciences*, mais tarde denominada *Cheiron*.

Na área da História da Psicologia, Brožek realizou inúmeras pesquisas em arquivos e bibliotecas dos EUA e da Europa, especialmente da Europa Oriental, realizando trabalhos historiográficos inovadores quanto a conteúdos e métodos. A organização e participação em congressos, as frequentes visitas científicas, os contatos epistolares mantidos com fidelidade até o fim de sua vida com pesquisadores do mundo inteiro, incluindo jovens em formação nessa área de estudos, foram todas ações que contribuíram a tornar a historiografia da psicologia um domínio internacional. Brožek envolveu nesta construção não apenas estudiosos de países de língua anglo-saxônica, mas também de idiomas eslavos e latinos, inclusive o Brasil. Suas visitas entre nós foram determinantes para a criação e articulação do grupo de historiadores brasileiros da psicologia, bem como para a publicação de trabalhos na área, dentre os quais em colaboração com M. Massimi, da preparação da versão brasileira da “*Historiografia da Psicologia Moderna*” (1998). Nessa ocasião, Brožek também deu uma contribuição significativa ao ensino da História da Psicologia, ao ministrar um curso de uma semana para os estudantes do primeiro ano de curso de Psicologia, na disciplina então obrigatória de História da Psicologia. Brožek se preparou para ministrar o curso em idioma português estudando a língua e escreveu também uma apostila para uso didático que foi posteriormente publicada na revista “*Memorandum: Memória e História em Psicologia*”. Nessa apostila, ele discute também a questão do ensino da história da psicologia. Reportamos a seguir alguns trechos significativos que também tem uma conotação autobiográfica:



Ao discutirmos acerca do ensino, o perigo é o de limitarmo-nos à discussão de uma espécie de “filosofia pedagógica”. Não desaprovo a discussão filosófica, mas as considerações teóricas não são suficientes para tratar da realidade do ensino universitário. Desde o tempo dos meus estudos universitários, fui firmemente convencido de que a tarefa primária de uma universidade não é apenas ter professores para lecionar, mas sobretudo inspirar, estimular e facilitar uma aquisição ativa de conhecimentos e capacidade por parte dos estudantes (Brožek, 2002, p. 125).

Na perspectiva de estimular o protagonismo dos discentes e pensando a disciplina de história da psicologia como terreno fértil para se alcançar esse objetivo, Brožek propõe o que chama de um experimento educacional:

Poderá ser útil, neste sentido, que eu relate um “experimento” específico, relativo ao processo educacional voltado a explorar e melhorar a cooperação entre os estudantes e o professor. Tratava-se de um curso em “História e Sistemas em Psicologia”. De acordo com meu modelo, a colaboração entre estudantes e professores é o conceito chave de sucesso da instituição universitária. De que forma isto se realizava no curso? De várias formas. As tarefas do professor incluíam: 1) o esclarecimento de lugares do texto que não são facilmente inteligíveis por diversas razões (terminologia, falta de conhecimento histórico); 2) a ajuda para que o estudante entenda o “espírito da época” (*Zeitgeist*) numa perspectiva ampla que envolva a ciência, a cultura e a sociedade; 3) a proposta de informações e experiências de pesquisa pessoal. As tarefas





dos estudantes eram basicamente: 1) na primeira parte do curso, o relato do conteúdo de textos originais que documentam o desenvolvimento da Psicologia Científica; 2) na segunda metade do curso, realizar alguns pequenos ensaios de pesquisa baseadas em autobiografias de protagonistas da história da psicologia. As provas eram divididas em duas partes: uma objetiva baseada num teste e a segunda uma redação escrita, realizadas uma na primeira e outra na segunda parte do curso. Um dos estudantes participou na preparação das questões para o teste objetivo, o outro ajudava com a formulação de temas para a segunda parte das provas, para assegurar também que a prova fosse adequada e relevante. Os mesmos estudantes participaram da avaliação dos testes de seus colegas. Os testes individuais foram devolvidos a seus autores que tiveram a oportunidade de verificar as avaliações. Era possível discutir abertamente as dúvidas a respeito. A avaliação dos resultados servia como importante oportunidade para aprendizagem.

Nas duas últimas aulas do semestre os estudantes apresentaram os sumários de seus papers finais, trabalhos desenvolvidos individualmente sobre temas livres. Além disto, o professor avaliava os relatos elaborados por escritos. Os temas referiam-se a problemas específicos (por exemplo, o desenvolvimento dos estudos sobre a hipnose), autores, métodos e instituições acadêmicas, inclusive a História do Departamento de Psicologia de nossa universidade. De verdade, o professor lendo os relatórios, pode aprender algo de seus alunos: não é uma má ideia! Na realidade o curso representava um empreendimento cooperativo (Brožek, 2002, p. 125).

Ao concluir essa descrição, Brožek opinara que, de fato, “não dispomos de um modelo perfeito e definitivo de curso de História da Psicologia” (Brožek, 2002, p. 125). A experiência da disciplina brota da colaboração criativa entre discente e docente.

Conclusão

A importância do ensino da História da Cultura aos jovens de nossa época é assinalada por Gombrich (1979):

O nosso passado afasta-se de nós a uma velocidade assustadora, e se queremos manter abertos os canais de comunicação que nos permitem compreender as maiores criações da humanidade, temos de estudar e ensinar a história da cultura de modo mais profundo e intenso do que seria necessário há uma geração, quando ainda era legítimo esperar-se que muitas dessas ressonâncias se estabelecessem. Se a história cultural não existisse, teria de ser inventada agora (Gombrich, 1979).

Podemos aplicar essas palavras ao ensino da História da Psicologia e da História dos Saberes Psicológicos e afirmar que o ensino dos estudos históricos em psicologia permite “manter aberto este canal de comunicação” entre passado, presente e futuro, essencial para que o exercício da profissão de psicólogo, hoje em alta pelas grandes demandas pela população mundial, seja exercido de modo autenticamente humano, atento aos diversos contextos culturais e sociais de pertença das pessoas.



A perspectiva de que a historiografia da psicologia e o ensino da história da psicologia tenham continuidade no Brasil depende de suscitar o interesse e o envolvimento entre as novas gerações. E esse interesse impulsionará o fato de que historiografia e ensino da história da psicologia possa ser um caminho profissional para jovens que a essa tarefa se sentirem chamados. Todavia, a efetivação desse pano ideal depende da institucionalização da área de História da Psicologia e sobretudo da institucionalização do ensino da História da Psicologia, pois é através do ensino que esse campo de conhecimento pode ser transmitido e constantemente reinventado através das gerações. Portanto, isso acarreta também um empenho constante no nível das políticas culturais e científicas do Brasil.



Referências

BARNES, Marissa E. & GREER, Scott. Does the future have a history of psychology?. **History of Psychology**. v. 30, 2013. p. 1-11

BROZEK J. E MASSIMI Marina. **Historiografia da Psicologia Moderna**. Versão Brasileira. São Paulo: Loyola, 1998.

BROŽEK, Josef; MASSIMI, Marina. (ed.). (2002) Curso de introdução à historiografia da psicologia: apontamentos para um curso breve – parte terceira. **Memorandum**, 3, p. 112-131. 2002. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos03/brozek04.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024

CAMPOS, Regina Helena Freitas. **História da Psicologia. Anais do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio científico**. Tomo I. Teresópolis. Maio de 1996. p. 179- 183.

GOMBRICH, Erwin H. **Para uma História Cultural.** Lisboa:
Gradiva, 1979.

MASSIMI, Marina. The origins of Modern Psychology: Explorations in the Old and the New World. In: **Psychology in its Historical Context. Essays in honour Prof. Josef Brozek**, Valencia, 1984. p. 221-228.

MASSIMI, Marina. **História dos saberes psicológicos.** São Paulo: Paulus, 2016.

MASSIMI, M. & CAMPOS, R.H.F. (2004). Josef Brozek: história e memória (1913-2004). **Memorandum**, 6, 128-131. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos06/nota01.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024

MEYERSON, Ignace. **Les fonctions psychologiques et les œuvres.** Paris: Vrin, 1988.



MINKOWSKI, Eugene. Il tempo vissuto. Fenomenologia e **Psicopatologia**. Milano: Fabbri, 2014.

WAENY, Maria Fernanda Costa. A psicologia histórica de Ignace Meyerson. **Boletim do CDPHA**, v. 17, 2004. p. 152-158.

WAENY, Maria Fernanda Costa. Bibliografia de Ignace Meyerson. **Memorandum**. v. 9, 2005. p. 132-140.

WAENY, Maria Fernanda Costa. História, memória e abordagens históricas: situando um problema. **Memorandum**. Belo Horizonte/Ribeirão Preto, v. 2, p. 13-20, 2002.

WAENY, Maria Fernanda Costa. Por uma história da psicologia histórica. **Memorandum**. v. 24, p. 122-132, 2013.

WAENY, Maria Fernanda Costa. Presença da Psicologia Histórica no Brasil. **Estudos de Psicologia**. v. 18, p. 623-630, 2013.

Capítulo 11

John B. Watson nos Jornais: História e historiografia de uma exposição

Cecília Trevisani Lohmann

Julia Schwendtner Nascimento

Leonardo Grilli Belinotte

Sabrina Macagnam

Bruno Angelo Strapasson

Artigos de jornais populares oferecem uma perspectiva única sobre a vida, obra e impacto de objetos históricos. Esses artigos fornecem um vislumbre da percepção pública de pessoas, eventos, lugares e instituições e lançam luz sobre as controvérsias e debates em torno de tais objetos. Neste capítulo, descreveremos o processo de construção de uma exposição baseada em notícias de jornal sobre uma importante e polêmica personagem da história da psicologia ocidental, John B. Watson.

Inicialmente utilizaremos a biografia de John B. Watson para justificar a abordagem à vida deste autor a partir de jornais populares. Em seguida faremos uma breve reflexão historiográfica sobre o uso de jornais como fontes históricas na história da psicologia. Posteriormente descreveremos a exposição “John B Watson nos jornais” e, por fim refletiremos sobre a importância da organização dos resultados de uma pesquisa com essas fontes no formato de uma exposição para a com-



preensão do behaviorismo (e da pessoa) de Watson como forma de comunicação e divulgação científica.

John B. Watson na história da psicologia

John Broadus Watson (1878-1958) foi uma figura polêmica e marcante na história da psicologia ocidental. Foi um dos mais jovens doutores em psicologia na Universidade de Chicago (1903), professor dessa mesma universidade até 1908 quando se transferiu para a *Johns Hopkins University* e, no ano seguinte, assumiu a liderança daquele que foi o primeiro laboratório de psicologia dos Estados Unidos da América – EUA (BUCKLEY, 1989). Atuou como editor do que na época eram as principais revistas acadêmicas de psicologia nos EUA (*Journal of Animal Behavior*, *Psychological Bulletin* e *Psychological Review*) e ajudou a criar novos periódicos (e.g., *Journal of Experimental Psychology*). Assumiu a presidência da Associação Americana de Psicologia em 1915, ocupou lugar de destaque no campo da psicologia comparada (Dewsbury, 2013) e da psicologia do desenvolvimento (Reese, 2013; Thompson; Hogan; Clark, 2012) e é considerado a pessoa que deu identidade e popularizou um dos mais importantes movimentos teóricos na psicologia estadunidense: O Behaviorismo. Watson chegou a ser avaliado como sendo um dos mais influentes psicólogos estadunidenses de todos os tempos (Buckley, 1989; Hagg bloom Et Al., 2002; Korn; Davis; Davis, 1991) e é difícil encontrar um livro de história da psicologia que não mencione seu nome ou seus feitos.

Entretanto, há muitos aspectos da vida e obra de Watson que são pouco conhecidos ou mal representados na história da psicologia. Watson teve uma carreira acadêmica curta, ain-



da que importante. Em 1920, ano em que ele publicou um dos seus mais conhecidos experimentos (Watson; Rayner, 1920), ele também se vê envolvido em um relacionamento extraconjugal que acaba se tornando um escândalo significativo para a conservadora cidade de Baltimore dos anos 1920 e é forçado a pedir demissão da *Johns Hopkins University* (Buckley, 1994). Depois desse episódio, Watson mantém contatos apenas pontuais com a academia e começa uma nova carreira no campo da publicidade em uma das maiores agências de então, a J. Walter Thompson (Strapasson, 2016). Nessa época, sua forma específica de behaviorismo (o Behaviorismo Clássico) já era alvo de críticas de diversos sistemas alternativos de psicologia, seja em formas concorrentes assimiladas da Europa (Psicanálise, Gestalt etc.) seja em variações estadunidenses que, em grande parte, continuavam se chamando de behavioristas, mas eram behaviorismos alternativos à versão watsoniana. O movimento behaviorista segue um caminho independente na academia, ressaltando sua crítica ao Behaviorismo Clássico de Watson (Strapasson, 2016), que já na década de 1930 praticamente não tinha “seguidores” (Samelson, 1981).

Watson então começa uma carreira bem-sucedida na publicidade. Ele empresta sua fama para fortalecer a ideia de que essa área do conhecimento poderia ser científica, ao mesmo tempo em que se consolida como divulgador e porta-voz do seu behaviorismo ao público leigo (Buckley, 1982, 1989). Curiosamente, quanto mais Watson se afasta da academia, mais ele é chamado para falar de diferentes assuntos de interesse aplicado nas mais diversas mídias populares de impacto na época (revistas, rádio e jornais populares). Ele aproveita as diferentes oportunidades que tem para propagandear sua ciência e o faz a despeito de nunca ter produzido dados cien-



tíficos sobre a maioria dos temas a respeito dos quais se manifesta. Watson fala sobre questões de gênero, criação de filhos, questões raciais, dentre muitos outros temas polêmicos. Na medida em que muda a comunidade verbal com a qual ele interage (da acadêmica para a popular e midiática) muda também sua inclinação a recorrer à real fundamentação científica de suas afirmações e mais polêmicas se tornam suas proposições (Strapasson, 2016). É também nessa época de sua carreira pós-academia (1920-1946) que ele publica a maioria dos seus textos (ver Strapasson, 2020).

Dessa mudança resulta que, dentro da academia, o Behaviorismo Clássico se consolidou como um marco inicial importante, mas ultrapassado dentro do próprio movimento behaviorista. Fora da academia, o que ficou conhecido foi a pseudociência watsoniana que criou uma imagem problemática do que seria o Behaviorismo - com efeitos pervasivos até hoje (Strapasson, 2016). A abordagem da história de John B. Watson a partir do modo como ele era apresentado nos jornais populares estadunidenses da primeira metade do século passado nos ajuda a compreender o papel desse autor como acadêmico e como popularizador do Behaviorismo nos EUA.

Jornais populares como fonte de informação histórica

Reflexões historiográficas sobre o uso de jornais populares como fontes já estão disponíveis a mais de cem anos (Salmon, 1923a, 1923b, 1926). Entretanto, apesar de historiadores frequentemente usarem matérias jornalísticas de modo periódico, para ilustrar um aspecto ou outro do passado, a análise sistemática desse material não se popularizou antes da década de 1970 (De Luca, 2005; Karawejczyk, 2010; Lapuente, 2022).



Naquilo que era chamado por Burke (1992) de história tradicional, a ênfase dos historiadores na política e na economia, privilegiando a narrativa dos acontecimentos protagonizados por figuras de grande poder, implicava em certa negligência do “cidadão comum” e das diversas formas de existência e de registro dessa existência por ele produzidas. Para fazer história nessa perspectiva, os historiadores se baseavam em documentos oficiais e tinham como ideal a reconstrução supostamente objetiva dos fatos ocorridos. A imprensa, em geral, e os jornais, em específico, por sua vez, eram desacreditados como possíveis fontes, dada sua fragmentação e óbvios atravessamentos de diferentes interesses (De Luca, 2005). Nesse contexto, matérias jornalísticas publicadas em jornais populares eram consideradas fontes secundárias (discursos sobre acontecimentos do passado que deveriam ser julgados em função da sua qualidade, precisão, fundamentação etc.). Nessa posição havia razão para desconfiar dos jornais populares. O jornalista tem restrições importante de tempo para produzir seu conteúdo, acesso limitado à informação, bem como limitações de espaço e seu discurso está sob interferência de revisores, editores e políticas editoriais dos jornais que podem produzir um sem-número de vieses.

Aparentemente foram os fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, publicação que marca a fundação da Escola dos Annales em 1929, que iniciaram um movimento de ampliação da noção de documento (Le Goff, 1990). Tal mudança envolve compreender que qualquer fonte histórica, independente de sua natureza – incluindo, portanto, fontes oficiais – tem sempre vieses que precisam ser ponderados no seu uso na história profissional. Nesse sentido, se as matérias publicadas em mídia impressa atendem a diferentes



interesses⁹ e estão circunscritas aos determinantes culturais que permitiram sua existência, o mesmo é válido para qualquer outra fonte, seja ela um relato verbal memorialístico ou um documento oficial publicado pelo governo de um país.

Contudo, mesmo as transformações teórico-metodológicas propostas neste período não foram suficientes para que a imprensa passasse a ser utilizada como fonte de investigação histórica. De Luca (2005) explica que esta mudança só ocorreu mais tarde, como resultado de um movimento maior de transformações próprias da terceira geração dos Annales por volta de 1970. A autora descreve que os historiadores identificados com esta vertente, em especial aqueles que buscavam produzir História Cultural, passaram a se preocupar com temas inéditos até então, motivados em grande parte pelos novos conteúdos teóricos oriundos de outras Ciências Humanas. A diversificação de temas combinou-se com o questionamento em relação a possibilidade do caráter objetivo de qualquer fonte histórica e isso abriu caminho, por um lado, para a necessidade de utilizar as informações da imprensa como fonte, e por outro, para a obsolescência da avaliação sobre sua objetividade (De Luca, 2005). A abordagem da matéria jornalística como fonte primária de informação histórica (i.e., como parte do objeto de estudo, não como um discurso sobre ele) evidenciou o seu papel como elemento constituinte do sistema de representações de um dado tempo e sociedade. A imprensa é parte constituinte da vida cotidiana de uma época, ela não é apenas uma expectadora que registra eventos do presente, ela é produto e produtor de imagens sociais.

⁹ Sobre os interesses específicos a serem considerados na análise de jornais populares, sugerimos a leitura de Barros (2023), bem como de Cruz e Peixoto (2007).



No âmbito da psicologia, a abordagem de notícias de jornal como fontes primárias permitiu reflexões importantes sobre a imagem pública dessa ciência e profissão (Benjamin Jr., 1986). A construção de imagens sociais de figuras importantes da psicologia a partir de sua presença em jornais populares não é algo novo. Stanley Hall (O'Donnell, 1985), McDougall, Thorndike, Jastrow (Jones, 1987), Skinner (Rutherford, 2000, 2004), Münsterberg (Dennis, 2011), o casal Breland e Breland (Bailey; Gillaspy, 2005) e a psicanálise freudiana (Dennis, 2019) são exemplos já tratados na literatura. Até mesmo a presença de Watson já foi mencionada pontualmente. Birbaum (1955) apresenta uma mistura de menções a Watson feitas por psicólogos e por jornalistas para concluir que Watson teve um efeito pervasivo tanto na psicologia quanto na disseminação de valores práticas conservadoras na criação de filhos nos estados unidos e Dewsbury (1990) menciona Watson como um dos alvos públicos do movimento antivivisecccionista estadunidense. Entretanto, uma análise sistemática da presença de Watson nos jornais e, em especial, sua apresentação em forma de exposição era algo inexistente até recentemente.

A exposição “John B. Watson nos Jornais”

Um projeto de pesquisa sobre a história do behaviorismo clássico e que tomou como fonte principal de informação a aparição do behaviorismo em mídias de massa (jornais, rádio etc.) foi então elaborado e vem sendo desenvolvido na Universidade Federal do Paraná – UFPR desde 2018. A disseminação, a aceitação e a rejeição do behaviorismo no imaginário popular bem como na academia eram interesses centrais nessa empreitada. Alunos envolvidos em projetos de pesquisa



voluntários isolados bem como uma monografia de conclusão de curso e uma iniciação científica compilaram cerca de 500 matérias de jornal que mencionavam John B. Watson em suas respectivas análises. Ao longo dessas pesquisas ficou claro que seria possível contar sobre os elementos importantes da vida de Watson tanto na academia quanto fora dela a partir deste tipo de fonte e isso permitiria uma caracterização inédita de sua repercussão no público leigo. Em março de 2023 iniciamos então a tarefa de montar uma exposição baseada nesses materiais que pudesse, ao mesmo tempo, apresentar uma perspectiva inovadora sobre a história de Watson – a relação desse autor com o público leigo – e alcançar um público mais amplo que o apenas acadêmico por meio de uma estratégia que mescla comunicação e divulgação científicas. Uma exposição pareceu uma opção otimizada para esse fim. Participaram da sua curadoria e realização os membros do grupo de pesquisa em história da psicologia sediado no Departamento de Psicologia da UFPR e composto pelos autores deste capítulo acompanhados da então discente de graduação Gabriela Godoi Damineli a quem agradecemos imensamente a colaboração.

As matérias, extraídas principalmente das bases de dados dos jornais *New York Times*, *Washington Post*, *Baltimore Sun*, *Baltimore Evening* e do *Chronicling America* (o arquivo de periódicos populares da Biblioteca do Congresso estadunidense), foram organizadas e selecionadas de modo a constituir uma história contextualizada que ajudasse o expectador vislumbrar um Watson pouco conhecido. Com 118 matérias selecionadas, divididas em 17 painéis temáticos, organizamos a exposição em ordem quase sempre cronológica dos acontecimentos e cada painel foi acompanhado por um título, um breve texto de contextualização e um quadro de referências das ma-



térias utilizadas. Traduções para o português de trechos que continham a ideia principal das publicações, bem como suas manchetes, foram adicionados aos painéis. As matérias de jornal foram usadas em acordo com a Lei Brasileira de Direitos Autorais e com as normativas do *Fair Use* estadunidense.

Ainda que a curadoria e organização da exposição tivessem sido desenvolvidos pelo nosso grupo, a expografia foi montada em conjunto com a equipe do Sacode & Movimenta, um projeto de extensão universitária vinculado ao curso de produção cultural da UFPR e liderado por Cristiane dos Santos Souza (a Titi), a quem também agradecemos imensamente. Os painéis principais foram impressos em papel *presentation* 130g de tamanho A0 (841x1189mm). Os textos de contextualização e as referências foram impressos em cartazes separados com papel similar e de tamanho A3. Os painéis foram complementados por desenhos esquemáticos de alguns dos labirintos usados por Watson em suas pesquisas, pela exposição de originais impressos de diversos livros de Watson e pela exposição de cenas do filme “*Studies upon the behavior of the human infant: Experimental investigation of babies*” (Watson, 1920), dirigido pelo próprio Watson para divulgar seus estudos com crianças.

A primeira edição dessa exposição ocorreu na sala Art & Design do Departamento de Design da UFPR (Campus da Reitoria) e compôs uma das atrações do VII Congresso Brasileiro de História da Psicologia, também sediado na UFPR, em Curitiba, entre os dias 18 e 20 de outubro de 2023. A abertura oficial da exposição ocorreu no dia 17 de outubro, às 19h00min.

Uma vez que a exposição foi composta por imagens digitalizadas das matérias de jornal, ao invés de citações acadê-



micas típicas ou paráfrases de seu conteúdo, acrescentamos uma dimensão visual particular à experiência do expectador da exposição. Isso é especialmente verdadeiro quando se considera as eventuais charges que faziam parte de algumas das matérias expostas.

O apelo da estética visual de jornais impressos da primeira metade do século passado teve funções importantes nessa exposição. Do ponto de vista histórico, permite ao expectador o acesso direto às fontes primárias e instiga o que Haskell (1993, p. 7) chamou de “impacto da imagem na imaginação histórica”. Do ponto de vista expográfico constitui-se como um recurso que aumenta a imersão do expectador no universo estadunidense da época e na prática já quase abandonada do manuseio de jornais populares impressos.

Colocar o expectador em contato com fontes primárias, em especial quando se explora a intersecção entre ciência, público leigo, mídia e polêmica, tem papel estratégico em uma ação de divulgação científica como a exposição aqui relatada. Ainda que as fontes primárias tenham passado por processos de seleção e contextualização, o convite para o expectador julgar (diretamente) essas fontes favorece que ele experencie um pouco dos prazeres e (desafios) típicos da pesquisa histórica e pode, portanto, servir de incentivo à reflexão e à prática do fazer história. Tome como exemplo a seção da exposição trata das ideias de Watson sobre matrimônio e trabalho feminino, na qual é possível notar que o behaviorista possui visões muito particulares sobre o tema - e.g. prevê o fim do matrimônio em função da mudança dos desejos e do papel da mulher na sociedade. Ao escolher retratos de jornal que tratam deste tema buscamos instigar o público a refletir sobre o embasamento que Watson possuía para fazer tais afirmações; quais os



interesses de suas afirmações para o público leigo e dos jornais em reverberá-las; como caracterizar essa posição de Watson no contexto em que foi noticiada e como ela se traduz em nossos tempos.

Além disso, observamos que este tipo de material é privilegiado tanto para o ensino quanto popularização da história da psicologia, visto que possibilita um olhar mais interativo sobre a história da disciplina, colocando em foco questões que se relacionam com o cotidiano do público e mobilizam emoções ao mesmo tempo em que não abandonam considerações e critérios para uma escrita científica da história da psicologia.

Considerações finais

A exposição como veículo de divulgação científica oferece possibilidades de interlocução entre pesquisador e público que não são igualmente alcançáveis em meios tradicionais de escrita científica. Além disso, proporciona caminhos alternativos para o acesso a três dimensões chave da alfabetização científica: o entendimento de termos e conceitos-chave, a diferenciação entre ciência e outras formas de conhecer e os impactos das descobertas científicas na sociedade (Santos; Nascimento-Schulze; Wachelke, 2005). O formato de exposição permitiu uma comunicação e reflexão sobre a temática abordada em múltiplos níveis de significado.

Reflexões sobre como o contexto e interlocutores moldam o discurso científico; sobre como a pressão pública por afirmações definitivas e de impacto podem transformar proposições científicas em pseudocientíficas; sobre como afirmações polêmicas podem manter a visibilidade de uma ciência, mas também comprometer sua credibilidade em logo prazo;



sobre como o contexto cultural pode facilitar ou dificultar o uso da ciência para a defesa de ideais progressistas, conservadores ou variadas misturas desses valores; sobre como a pesquisa histórica pode permitir novos olhares sobre temas já conhecidos; sobre como os jornais constituem fontes interessantes na pesquisa histórica; sobre como a divulgação pública da ciência pode ser perigosas ainda que necessárias; sobre como o contato com fontes primárias na história pode ser instigante, são todas possibilidades concretizadas nessa exposição e identificadas nos discursos que assistematicamente ouvimos dos expectadores que compareceram. Esperamos ter sido capazes de enfrentar a complicada missão de combinar a comunicação científica e divulgação científica em uma única instância capaz de honrar seus variados públicos.

Referências

BAILEY, Robert E.; GILLASPY, J. Arthur. Operant psychology goes to the fair: Marian and Keller Breland in the popular press, 1947-1966. **The Behavior Analyst**, v. 28, n. 2, 2005. p. 143-159.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BENJAMIN JR., Ludy T. Why don't they understand us? A history of psychology's public image. **American Psychologist**, v. 41, n. 9, p. 941-946, 1986.

BIRNBAUM, Lucille C. Behaviorism in the 1920's. **American Quarterly**, v. 7, n. 1, p. 15, 1955.

BUCKLEY, Kerry Wayne. The selling of a psychologist: John Broadus Watson and the application of behavioral techniques to advertising. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 18, n. 3, p. 207-221, 1982.



BUCKLEY, Kerry Wayne. **Mechanical man:** John Broadus Watson and the beginnings of behaviorism. New York: The Guilford Press, 1989.

BUCKLEY, Kerry Wayne. Misbehaviorism: The case of John B. Watson's dismissal from Johns Hopkins University. In: TODD, James T.; MORRIS, Edward K. (org.). **Modern perspectives on John B. Watson and classical behaviorism.** Westport: Greenwood Press, 1994. p. 19-36.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita a história:** Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-38.

CRUZ, Heloisa De faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, v. 35, p. 253-270, 2007.



DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio de periódicos. Em: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

DENNIS, Paul M. Press coverage of the new psychology by the New York Times during the Progressive Era. **History of Psychology**, v. 14, n. 2, p. 113-136, 2011.

DENNIS, Paul M. Bishop Fulton J. Sheen: America's public critic of psychoanalysis, 1947-1957. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 56, n. 1, p. 1-16, 2019.

DEWSBURY, Donald A. Early interactions between animal psychologists and animal activists and the founding of the APA Committee on Precautions in Animal Experimentation. **American Psychologist**, v. 45, n. 3, p. 315-327, 1990.

DEWSBURY, Donald A. John B. Watson's early work and comparative psychology. **Mexican Journal of Behavior Analysis**, v. 39, n. 2, p. 10-33, 2013.

HAGGBLOOM, Steven J. et al. The 100 most eminent psychologists of the 20th century. **Review of General Psychology**, v. 6, n. 2, p. 139-152, 2002.

HASKELL, Francis. **History and Its Images**: Art and the Interpretation of the Past. New Haven: Yale University Press, 1993.

JONES, Russell A. Psychology, history, and the press: The case of William McDougall and The New York Times. **American Psychologist**, v. 42, n. 10, p. 931-940, 1987.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: Breves considerações. **Historiae**, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.



KORN, James H.; DAVIS, Roger; DAVIS, Stephen F. Historians' and chairpersons' judgments of eminence among psychologists. **American Psychologist**, v. 46, n. 7, p. 789-792, 1991.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: Apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, v. 4, n. 6, p. 11-29, 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

O'DONNELL, John M. **The origins of Behaviorism**: American psychology, 1870-1920. New York: New York University Press, 1985.

REESE, Hayne W. Influences of John B. Watson on child psychology. **Mexican Journal of Behavior Anlaysis**, v. 39, n. 2, p. 48–80, 2013.

RUTHERFORD, Alexandra. Radical behaviorism and psychology's public: B. F. Skinner in the popular press, 1934–1990. **History of Psychology**, v. 3, n. 4, p. 371–395, 2000.

RUTHERFORD, Alexandra. A “visible scientist”: B.F. Skinner’s writings for the popular press. **European Journal of Behavior Analysis**, v. 5, n. 2, p. 109–120, 2004.

SALMON, Lucy Maynard. **The newspaper and the historian**. New York: Oxford University Press, 1923a.

SALMON, Lucy Maynard. **The newspaper and authority**. New York: Oxford University Press, 1923b.

SALMON, Lucy Maynard. The Newspaper and Research. **American Journal of Sociology**, v. 32, n. 2, p. 217-226, 1926.

SAMELSON, Franz. Struggle for scientific authority: The reception of Watson’s Behaviorism, 1913–1920. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 17, n. 3, p. 399-425, 1981.

SANTOS, Maira Elisabete dos; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; WACHELKE, João Fernando Rech. A exposição itinerante enquanto promotora de divulgação científica: Atitudes, padrões de interação, e percepções dos visitantes. **Psicologia Teoria e Prática**, v. 7, n. 2, p. 49-86, dez. 2005.

STRAPASSON, Bruno Angelo. O behaviorismo clássico de John B. Watson. Em: CARRARA, Kester; ZILIO, Diego (org.). **Behaviorismos**: Reflexões históricas e conceituais. São Paulo: Paradigma, 2016.



STRAPASSON, Bruno Angelo. An updated bibliography of John B. Watson. **Perspectives on Behavior Science**, v. 43, n. 2, p. 431–444, 2020.

THOMPSON, Dennis; HOGAN, John D.; CLARK, Philip M. **Developmental psychology in historical perspective**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2012.

WATSON, Jhon Broadus. **Studies upon the behavior of human infant: Experimental investigation of babies** [Filme]. Direção: WATSON, J. B. United States of America: Stoelting, 1920.

WATSON, John Broadus; RAYNER, Rosalie. Conditioned emotional reactions. **Journal of Experimental Psychology**, v. 3, n. 1, p. 1–14, 1920.



HISTÓRIAS LOCAIS DA PROFISSÃO DE PSICOLOGIA NO BRASIL

PARTE IV

Parte IV

Capítulo 12

Resgatando memórias da profissão de psicóloga: o I Plenário do CRP-05/RJ

Filipe Degani-Carneiro

Introdução

O presente artigo é oriundo de trabalhos desenvolvidos pela Comissão de História e Memória (CHM) do Conselho Regional de Psicologia da 5^a Região - Rio de Janeiro (CRP-05). Criada pelo XVII Plenário, no final de 2022, a Comissão de História e Memória (CHM) do CRP-05¹⁰ tem como objetivo promover e divulgar reflexões históricas acerca da trajetória da Psicologia como ciência e profissão no estado do Rio de Janeiro, a respeito dos fatores do contexto político e sociocultural que incidiram sobre esta trajetória nos seus diferentes períodos, bem como sobre os atores pessoais e institucionais de destaque nessa trajetória, considerando em especial a memória institucional do CRP-05.

Neste sentido, apresentam-se dados decorrentes dos trabalhos iniciais da CHM, os quais se centram notadamente na análise da constituição do CRP-05 e na composição de seu primeiro Plenário (1974-1977). As fontes empregadas são do-



¹⁰ A composição atual da Comissão de História e Memória (CHM)/CRP-05 são as conselheiras Ágnes Cristina da Silva Pala, Filipe Degani Carneiro (Coordenador), Maíra Amaral de Andrade e Thiago da Rocha Dionízio Rodrigues e as psicólogas colaboradoras Isabella Oliveira dos Santos e José Felipe Vitor Machado.

cumentais – a saber, atas de reuniões do Plenário e Diretoria do CRP-05 – e bibliográficas.

Evidenciam-se conexões entre esse primeiro grupo de conselheiras e instituições que foram relevantes na institucionalização do campo profissional da Psicologia carioca nas décadas anteriores (notadamente, nos anos 1940-60), a saber: o Centro de Orientação Juvenil (COJ), o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) e o curso de graduação em Psicologia da PUC-Rio.

A profissionalização da Psicologia no Rio de Janeiro

A historiografia da Psicologia no Brasil indica, por meio de distintas análises (Antunes, 1998; Jacó-Vilela, 2021) que a partir de meados do século XIX se observa uma crescente apropriação dos saberes psicológicos como disciplina auxiliar a outros campos (notadamente, a Medicina psiquiátrica e o campo da Educação). Ao considerar a presença do ensino formal de Psicologia, o campo educacional ganha relevo, posto que o primeiro espaço de transmissão de saberes psicológicos foram as Escolas Normais, nas quais a disciplina de Psicologia estava inserida desde o início do século XX, tornando-se obrigatória, por meio de decreto federal, em 1928 (Antunes, 1998).

Especialmente entre as décadas de 1920 a 1950, os ideais do movimento da Escola Nova proponham a Psicologia como uma das ciências-base da Educação, posto que forneceria o conhecimento sobre a vida intelectual, afetiva e comportamental do educando. Daí decorre o entusiasmo que intelectuais escolanovistas, como Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Manuel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970), tinham com a chegada ao espaço



escolar de uma nova técnica científica “moderna”: os testes psicológicos. Degani-Carneiro e Jacó-Vilela (2012) apontam a relevância do campo educacional no processo de profissionalização da Psicologia, uma vez que a maior parte dos primeiros “psicólogos” tinha formação de professor, inicialmente nas Escolas Normais, posteriormente nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (ou mais precisamente “psicólogas”, considerando a hegemonia feminina neste contingente de docentes). Se, no campo da Educação, tais profissionais estudavam teorias da aprendizagem, desenvolvimento e personalidade, dentre outros temas, bem como adquiriam conhecimentos práticos em psicotécnica, por outro lado, o interesse nestas temáticas psicológicas logo as motivou a ingressar em outros espaços e a buscar modelos de intervenção que fossem além das possibilidades estritamente diagnósticas dos testes.

A partir dos anos 1940, a experiência do Centro de Orientação Juvenil (COJ), serviço do Departamento Nacional da Criança (DNCr) do Ministério da Saúde, foi um importante passo rumo a consolidação da Psicologia Clínica. Criado por Helena Antipoff (1892-1974), o COJ é considerado a primeira clínica pública voltada à orientação psicológica de adolescentes (posteriormente, atendendo também crianças). Inspirado no modelo dos serviços de *child guidance*, como a *Tavistock Clinic* (Inglaterra) e o *Institute for Juvenile Research* (EUA), contava com equipe multidisciplinar de Psicologia, Psiquiatria e Serviço Social. No COJ, progressivamente, a atuação se reconfigurou de um perfil inicial mais centrado na avaliação e no psicodiagnóstico para outro que enfatizava a orientação e o aconselhamento psicológico, especialmente a partir da capacitação da equipe com técnicas rogerianas e psicanalíticas (Degani-Carneiro; Jacó-Vilela, 2012). Dentre as técnicas do



COJ, destacam-se os nomes de Elisa Dias Velloso (1914-2002) e de Therezinha Lins de Albuquerque (1926), tendo ambas dirigido a instituição: Velloso, de 1960 a 1968 e Albuquerque, de 1968 a 1977. Outro ponto de sua relevância no campo *psi* carioca foi a atuação como instituição de formação, recebendo muitos profissionais como estagiários – sendo um dos poucos espaços disponíveis para formação prática em Psicologia nos anos 1940-50, característica que o COJ compartilhava com outro serviço, o ISOP.

Criado em 1947 por Emilio Mira y López (1896-1964), o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi um importante centro de pesquisas, prestação de serviços e oferecimento de cursos de formação em psicotécnica e psicologia aplicada ao trabalho e à educação, mas também nos campos de psicopatologia e psicoterapia. O público-alvo destes cursos era também profissionais de distintas formações, com interesse na aplicação de técnicas psicológicas. Em torno do ISOP, sob liderança de Mira y López, agregou-se um grupo de pessoas interessadas não somente na formação profissional em Psicologia, mas na articulação institucional para consolidação deste novo campo profissional (Degani-Carneiro *et al.*, 2022) - como veremos em seguida.

Esta progressiva criação de um campo profissional teve um importante passo com a criação do curso de graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em março de 1953. Foi este o primeiro curso de graduação em Psicologia do Brasil. Criado por Hanns Ludwig Lippmann (1921-1981), o curso inicia, funcionando, à noite, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e tinha um perfil de alunado composto majoritaria-



mente de mulheres com formação em Educação ou Filosofia, além de médicos. A partir de 1957, o Curso recebe maior atenção da PUC. É transferido para o *campus* na Gávea e para o turno matutino. A direção do curso fica a cargo do padre húngaro Antonius Benkő (1920-2013), jesuíta com formação graduada e doutoral em Psicologia em Louvain, Bélgica. Benkő reformulou o perfil do curso, seja fortalecendo o serviço-escola (dando maior ênfase à prática), seja introduzindo as vertentes humanista e psicanalítica: esta, em debate contra a hierarquia local, que até então identificava que a teoria freudiana teria uma influência maléfica sobre o curso (Jacó-Vilela *et al.*, 2007).

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, observa-se, assim, no Rio de Janeiro, um intenso processo de circulação de saberes teórico-práticos em Psicologia e a conformação de uma comunidade *psi* local, com vínculos nacionais, e que se envolveria nas injunções políticas para a institucionalização da profissão.



A formação do Sistema Conselhos de Psicologia

Certamente, os marcos legais da regulamentação da profissão (Lei 4119, de 27 de Agosto de 1962) e criação das autarquias federais voltadas a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional (Lei 5766, de 20 de dezembro de 1971) tiveram grande importância na trajetória histórica da Psicologia no Brasil. Seria, contudo, um erro considerar que o início da existência efetiva da profissão corresponda a estes marcos – o que também nos levaria a assumir que seriam a Lei ou o Conselho os criadores da profissão. Na verdade, “só faz sentido a regulamentação legal de uma atividade que já alcançou uma percepção social de existência, utilidade,

relevância e que já tenha demonstrado capacidade de organização e articulação em torno dos direitos e responsabilidades de seu fazer profissional” (Degani-Carneiro *et al.*, 2022, p. 381). Ambos os processos – a regulamentação e a criação dos Conselhos – não são o ponto de partida, mas o reconhecimento social da existência de uma nova categoria profissional e o resultado de ações de articulação política e institucional dos atores e coletivos que compunham esse campo profissional (Degani-Carneiro *et al.*, 2022).

As primeiras entidades científico-profissionais em Psicologia no Brasil se constituíram a partir da década de 1940, com destaque para:

1. a Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP), fundada em São Paulo, em novembro de 1945, por Annita de Castilho e Marcondes Cabral (1911-1991), com forte apoio do psicólogo social canadense Otto Klineberg (1899-1992), então professor visitante na USP;
2. a Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP), criada no Rio de Janeiro, em setembro de 1949, em movimento liderado por Emilio Mira y López, Manuel Bergstrom Lourenço Filho, João Carlos Vital (1900-1984) e outros personagens ligados ao ISOP e à FGV. Em 1959, passaria a se denominar Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABPA), posteriormente adotando a sigla ABRAPA;
3. a Associação Brasileira de Psicólogos, criada em 1954, também em São Paulo, reunindo nomes como



Arrigo Angelini (1924), Carolina Bori (1924-2004) e
Dante Moreira Leite (1927-1976).

Além de discussões científicas entre interessados nos saberes e práticas psicológicas, tais associações tiveram a articulação política para a regulamentação da profissão como sua principal frente de atuação. Os filiados da ABP, liderados por Mira y López, redigiram o primeiro anteprojeto de lei de regulamentação, apresentado ao MEC em novembro de 1953 (Baptista, 2010). Por sua vez, o grupo das entidades paulistas apresentava discordâncias com a proposta da ABP, a qual entendiam como tendo uma ênfase excessivamente prática, contra o que defendiam uma formação com maior base teórica, tanto filosófica quanto experimental. Tais tensões deram corpo a um Projeto Substitutivo de Lei, apresentando em 1958 ao Congresso Nacional, que redundou no texto final aprovado em 27 de agosto de 1962 (Miranda; Santos, 2022).

Nos anos que se seguiram à regulamentação, não apenas verificou-se uma intensa expansão dos cursos de graduação – no Rio de Janeiro, somaram-se à PUC-Rio, os cursos da UEG/UERJ (1964), UB/UFRJ (1964), UGF (1964), USU (1968), UFF (1970), UCL (1973), FAHUCE (1974) e UCP (1976) – mas a continuidade das articulações institucionais para organização das diretrizes e espaços institucionais de regulação do exercício profissional em Psicologia.

Um exemplo imediato foi a participação da categoria junto ao MEC na expedição dos primeiros registros de psicólogo, a partir do reconhecimento de experiência profissional ou da apresentação de diploma de psicólogo (para os graduados em Psicologia nos poucos cursos existentes). Em outubro



de 1962, a Portaria 227 do MEC estabeleceu uma Comissão de avaliação dos pedidos de registro apresentados à Diretoria de Ensino Superior do MEC, constituída por Lourenço Filho (RJ), Enzo Azzi (SP), Pedro Parafita Bessa (MG), Antonius Benko (RJ) e Carolina Bori (SP) (Soares, 2010). Diversas outras normativas do MEC regularam a emissão de registro de psicólogo, até a criação dos Conselhos de Psicologia: puderam requerer seu registro pessoas que ocupavam cargos de “psicólogo”, “psicologista” e “psicotécnico” no serviço público ou que exercessem atividades de psicologia aplicada há cinco anos, bem como portadores de diploma de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional e Psicologia Aplicada ao Trabalho expedido por instituição de ensino superior reconhecida, além de militares que possuíssem diploma de curso do Ministério da Defesa (Bock; Silva, 2011).

Outro exemplo foi a aprovação do primeiro *Código de Ética dos Psicólogos Brasileiros*, aprovado em assembleia da Associação Brasileira de Psicólogos realizada na XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Blumenau em 12 de julho de 1966 (Weil, 1967) – tal código foi endossado em sua quase totalidade pelo primeiro Código promulgado pelo CFP (baseado naquele), em 1975 (Amendola, 2014).

No entanto, restava a necessidade de uma entidade nacional voltada à regulação do exercício profissional. Representantes de diferentes sociedades e associações de Psicologia de diversos estados iniciaram injunções políticas, tais como o I Encontro Nacional das Sociedades de Psicologia, em março de 1971, na USP, seguido pelo II Encontro (Barbacena, janeiro de 1972) e do III Encontro, em junho de 1973, na FGV-RJ. (Soares, 2010). Tais esforços redundaram – inicialmente – na



promulgação da Lei 5766, em 20 de dezembro de 1971, e, dois anos depois, na eleição e início das atividades do I Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A eleição ocorreu em Brasília em 19 de dezembro de 1973 por convocação do Ministério do Trabalho, tendo 20 entidades sido credenciadas para votarem: destas, provinham do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABPA) e a Associação Profissional dos Psicólogos do Estado da Guanabara (APPEG). No dia seguinte, 20 de dezembro, foi dada posse às nove conselheiras efetivas e nove suplentes do I Plenário do CFP. Soares (2010) destaca as dificuldades enfrentadas por este grupo inicial: não havia recursos, reunindo-se o CFP em uma sala “emprestada” do Ministério do Trabalho; não havia normativas definidas; havia uma estrutura administrativa a ser construída.

Para dar conta das atribuições de registro, orientação e fiscalização, a Resolução CFP 01/1974, de 30 de abril de 1974, definiu a jurisdição dos primeiros 7 Conselhos Regionais de Psicologia, sendo o CRP da 5^a Região responsável pelos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara – que se fundiriam no ano seguinte. Deste modo, o CRP-05 é o único no Sistema Conselhos que manteve a jurisdição territorial em todos os 50 anos de sua história. De igual modo, a Resolução CFP 02/1974, de 01 de julho de 1974, definiu quais seriam as conselheiras efetivas e suplentes destes 7 Regionais, bem como fixou a sua posse no Dia do Psicólogo, 27 de agosto de 1974.

O I Plenário do CRP-05

A composição do I Plenário (1974-1977) do CRP-05 consta a seguir (Tabela 1). Dentre as 18 conselheiras, observa-



-se uma estrita paridade de gênero: são nove mulheres (quatro titulares e cinco suplentes) e nove homens (cinco titulares e quatro suplentes):

Tabela 1 - Conselheiras efetivas e suplentes do I Plenário (1974-1977) do CRP-05

Conselheiras Efetivas	CRP-05/	Conselheiras Suplentes	CRP-05/
Antonius Benko	2	Albino Gonçalves Bairral Filho	11
Aroldo Soares de Souza Rodrigues	9	Angela Maria Brasil Biaggio	16
Ataliba Vianna Crespo	5	Cilio Rosa Ziviani	17
Elisa Dias Veloso	6	Fany Malin Tchaicovsky	12
Isabel Adrados	7	Heloisa Aguiar de Camargo	18
José da Silveira Pontual	8	Liette Gonçalves Valente Franchi	15
Marcus Vinicius Machado Vieira	4	Maria Antonia Cunha da Rocha e Silva	13
Thereza Pontual de Lemos Mettel	1	Paulo Cavalcanti da Costa Moura	10
Therezinha Lins de Albuquerque	3	Ronald de Carvalho Filho	14

Um fato curioso a se observar é que a atribuição dos números de registro pelo CRP-05 se iniciou justamente pelas psicólogas que compunham o Conselho, iniciando pelas conselheiras titulares (1 a 9), seguindo com as suplentes (10 a 18).

A seguir, verificamos as conselheiras que compuseram a Diretoria do I Plenário (Tabela 2):

Tabela 2 - Conselheiras ocupantes dos cargos de Diretoria no I Plenário do CRP-05

Cargo	Conselheira
Presidência	1974-75: Thereza Pontual de Lemos Mettel
	1975-77: Isabel Adrados
Vice-Presidência	1974-75: Antonius Benkö
	1975: Isabel Adrados
Secretaria	1974-77: Therezinha Lins de Albuquerque
Tesouraria	1974-77: Marcus Vinicius Machado Vieira

Chama a atenção o protagonismo feminino na Diretoria. A primeira presidente do CRP-05 foi a psicóloga carioca **Thereza Pontual de Lemos Mettel** (1927-2015). Graduada em Letras Clássicas pela PUC-Rio (1950), realizou especialização no COJ (1954-1956) e prosseguiu sua formação em Aconselhamento Psicológico, realizando Mestrado e Doutorado na Universidade de Wisconsin (EUA), sob orientação de Carl Rogers (1958-1963). De volta ao Brasil, dedicou-se à docência de Psicologia Clínica na USP-Ribeirão Preto (1964-1965). De 1965 a 1968, teve novo período de atuação profissional em Wisconsin, em que realizou uma inflexão em direção à abordagem comportamentalista. Em 1969, retoma a docência em Ribeirão Preto, até que se transfere para a PUC-Rio, onde atuou de 1974 a 1975.

Quando da constituição do I Plenário, Mettel atuava na PUC-Rio. No entanto, ocupou a presidência somente por 1 ano, renunciando ao mandato, devido à sua mudança para Brasília, atuando na UnB (1975-1994) na implantação do Mestrado de Psicologia, tornando-se ali um expoente nacional em Análise Experimental do Comportamento. No Distrito Federal,



Mettel seguiu atuante no Sistema Conselhos, tendo integrado o II Plenário do CFP (1976-1979) e presidido o III Plenário do CRP-01 (1980-1983) (Branco, 2023).

A relevância da PUC-Rio na formação do I Plenário pode ser vista também na eleição do padre **Antonius Benkő** para a vice-presidência. Tratava-se, à época, de uma liderança importante do campo *psi*, o que certamente impactou nesta sua eleição. No entanto, sua permanência no Plenário foi curta, tendo em vista a sua renúncia em 1975, ocasião em que deixou o Brasil (onde vivia desde 1954).

As renúncias do Padre Benkő e de Thereza Mettel fizeram com que **Isabel Adrados** (1919-2005) assumisse a vice-presidência e, depois, a presidência pelo restante do I Plenário. Nascida na Espanha, obteve sua formação em Psicologia e em Enfermagem em Madrid, mudando-se para o Brasil em 1951, onde atuou no ISOP. Ali se destacou na atuação em Orientação Profissional, bem como na chefia de Seção de Técnicas Projetivas, dedicando-se especialmente ao Psicodiagnóstico de Rorschach, sobre o qual publicou “*Teoria e Prática do Teste de Rorschach*” (1967) – livro-texto que recebeu inúmeras edições. Adrados também atuou como psicóloga no Instituto de Psicologia da UFRJ, onde fundou, em 1967, a Divisão de Psicologia Aplicada, que leva hoje o seu nome (Degani-Carneiro, 2023).

No I Plenário, temos registros da presença de cinco conselheiras oriundas dos quadros do ISOP: além de Isabel Adrados, na Diretoria, temos o tesoureiro **Marcus Vinicius Machado Vieira**, que atuava no ISOP desde o início da década de 1950, dedicando-se, dentre outras frentes, à avaliação psicológica na seleção de motoristas. Integrou também o II Plenário do CFP (1976-1979). Completam os egressos do ISOP os



conselheiros Ataliba Vianna Crespo, José da Silveira Pontual e Liette Gonçalves Valente Franchi.

Observa-se também uma participação expressiva (notadamente, se considerarmos o peso de sua atuação) de três conselheiras oriundas do COJ: além de Thereza Mettel, temos Elisa Dias Velloso e Therezinha Lins de Albuquerque.

Elisa Dias Velloso nasceu em Minas Gerais, em 1914, e teve sua formação profissional em Psicologia, sob orientação de Helena Antipoff, na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, de 1936 a 1941, quando foi para o Rio de Janeiro atuar no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Posteriormente, transferiu-se para o DNCr, atuando na criação do COJ, até sua aposentadoria do serviço público, em 1968. Velloso também lecionou no curso da PUC-Rio e atuou no processo de articulação para regulamentação da profissão e criação do Sistema Conselhos, onde participou também do II Plenário do CFP (1976-1979), no qual presidiu a Comissão de Ética (PINTO, 2023).

Therezinha Lins de Albuquerque nasceu no Recife, em 1926, e formou-se na primeira turma de Pedagogia da Faculdade de Filosofia do Recife (1949). Em 1951, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, acompanhado o pai Ulisses Lins (eleito deputado federal), e ingressou no COJ como estagiária, sendo posteriormente integrada como técnica, sucedendo Velloso na direção do Serviço, de 1968 a 1977. Nesse período, o DNCr foi extinto e Albuquerque lutou pela sobrevivência do serviço, que foi possível pela sua transferência para o Instituto Fernandes Figueira (IFF) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (Messias; Jacó-Vilela, 2023). No Sistema Conselhos, também



foi Presidente no II Plenário do CRP-05 (1977-1979) e Vice-Presidente no III Plenário do CFP (1979-1982).

Outro fato que demonstra a relevância do COJ na institucionalização do campo profissional em Psicologia no Rio de Janeiro e do próprio CRP-05 está no fato de que a sede provisória do Conselho, nos primeiros anos de funcionamento, foi justamente uma sala cedida pela Fiocruz no prédio do IFF (na Av. Rui Barbosa, no Flamengo) – certamente, por injunções da própria Therezinha. Lá o CRP funcionou até que fosse adquirida a primeira sede própria, na R. Paulo Barreto, em Botafogo.

Buscou-se, por meio de consulta a registros do CRP-05 e outras fontes biográficas, analisar a formação destes (ver Tabela 3). Observamos que, dentre as 18 conselheiras, 8 possuíam diploma de graduação em Psicologia, sendo a maioria ($n = 5$) no curso da PUC-Rio; 6 possuíam diploma de formação em cursos vinculados à Educação, obtidos em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Cabe relembrar que pessoas portadoras desses diplomas puderam requerer seu registro no MEC, ao comprovar experiência profissional em Psicologia. Não foi possível localizar a informação acerca da formação das outras 4 conselheiras.



Tabela 3 - Formação de nível superior das conselheiras do I Plenário do CRP-05

Conselheiras Efetivas	Psicologia	F i l o s o f i a , C i ê n c i a s e L e t r a s	I E S	Ano
Antonius Benko	X	-	Universidade de Louvain	1951
Aroldo Soares de Souza Rodrigues	X	-	PUC-Rio	1956
Ataliba Vianna Crespo	X	-	PUC-Rio	1962
Elisa Dias Veloso	-	X	Inst. Educação de B.H. Fac. Nac.	1941
Isabel Adrados	-	X	Filosofia/UB	1963
José da Silveira Pontual	-	-	Dados não localizados.	-
Marcus Vinicius Machado Vieira	-	-	Dados não localizados	-
Thereza Pontual de Lemos Mettel	-	X	PUC-Rio	1950
Therezinha Lins de Albuquerque	-	X	Universidade do Recife	1949

Conselheiras Suplentes

Albino Gonçalves Bairral Filho	X	-	UGF	1974
Angela Maria Brasil Biaggio	X	-	PUC-Rio	1964
Cilio Rosa Ziviani	X	-	UFRJ	1969
Fany Malin Tchaicovsky	-	X	Fac. Nac. Filosofia/UB	1944, 1951
Heloisa Aguiar de Camargo	X	-	PUC-Rio	1962
Liette Gonçalves Valente Franchi	X	-	PUC-Rio	1962
Maria Antonia Cunha da Rocha e Silva	-	X	Fac. Nac. Filosofia/UB	1963
Paulo Cavalcanti da Costa Moura	-	-	Dados não localizados	-
Ronald de Carvalho Filho	-	-	Dados não localizados	-



Observa-se, assim, notável influência do curso de graduação da PUC-Rio, o mais antigo do Brasil, no grupo inicial de gestão do CRP-05, tanto pela marcante presença de egressos, quanto pela presença de docentes de seus quadros. Além de Benkő e Mettel, presentes na Diretoria, observa-se a presença de **Aroldo Rodrigues** (1933), que fora aluno da primeira turma do Curso de Psicologia da PUC-Rio (1953-1956), onde também iniciou sua docência em 1957, permanecendo até 1979. Realizou Mestrado (1961) e Doutorado (1966) nos EUA, consolidando-se, após seu regresso, o principal representante da psicologia social experimental cognitivista no Brasil – feito expresso pelo alto número de edições e exemplares vendidos de seu manual “*Psicologia Social*”, publicado originalmente em 1972 pela Editora Vozes. Foi presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), de 1977 a 1983. Após sua saída da PUC-Rio, Aroldo também lecionou nos programas de pós-graduação do ISOP/FGV e da UGF (Lima; Collares-Da-Rocha, 2023).

Outro nome de destaque dos quadros da PUC-Rio neste Plenário foi **Angela Biaggio** (1940-2003). Graduada em Psicologia na PUC-Rio (1964), cursou Mestrado (1965) e Doutorado (1967) nos EUA. Após seu regresso, lecionou na PUC-Rio (1968-1980) e na UFRGS (a partir de 1981). Biaggio integrou o primeiro Comitê de Assessoramento da área de Psicologia no CNPq (1976-1979) e se consolidou como expoente no ensino e pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento no Brasil. Também presidiu a SIP, de 1989 a 1995 (Souza; Gauer, 2023).



Considerações Finais

Observa-se, no contexto de formação do CRP-05, um perfil heterogêneo do Plenário, composto ora por perfis mais acadêmicos, ora mais profissionais. Percebe-se a presença da influência do ISOP, do COJ e do curso da PUC-Rio: espaços institucionais que foram significativos, especialmente nas duas décadas anteriores, para agregar, formar e articular novos profissionais que investiram esforços na Psicologia, ainda nos momentos prévios à regulamentação. Verifica-se, ainda, um marcado protagonismo feminino nas primeiras gestões do CRP-05: além do número idêntico de mulheres e homens na composição do Plenário, postos centrais na Diretoria foram ocupados por Mettel, Adrados e Lins.

A principal consideração que esta reflexão sobre o contexto e atores de destaque no processo de constituição dos processos legais e institucionais que deram corpo ao Sistema Conselhos de Psicologia é, como já mencionado, o fato de que a criação dos Conselhos não foi um processo “de cima para baixo”, mas envolveu a efetiva participação de setores desta categoria profissional nascente, seja nas articulações políticas junto às instituições do Estado, seja no engajamento direto para pôr em funcionamento a estrutura da autarquia e suas ações de regulação do exercício profissional.

Acredita-se que este ponto de vista deve orientar futuros trabalhos historiográficos que lancem luz sobre o Sistema Conselhos enquanto objeto de estudo de extrema relevância para compreender a trajetória da Psicologia como profissão no Brasil, mas especialmente para visibilizar histórias locais que abordem as especificidades temporais e contextuais desta trajetória em cada uma das regiões que compõem este Sistema.



Referências

- AMENDOLA, M. F. História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 660-685, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 mai. 2024.
- ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil:** leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: Unimarco/Educ, 1998.
- BAPTISTA, M. T. D. S. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. spe, p. 170–191, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008>. Acesso em 11 mai. 2024.
- BOCK, A. M. B.; SILVA, M. V. O. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia (CFP/CRP). In. JACÓ-VILELA, A. M. (Org.), **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. p. 130-132. Rio de Janeiro: Imago/ Brasília: CFP, 2011.
- BRANCO, A. U. Mettel, Thereza Pontual de Lemos. In: JACÓ-VILELA, A.M., KLAPPENBACH, H., ARDILA, R. (Eds.) **The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America**. Palgrave Macmillan, Cham, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56781-1_389. Acesso em: 09 jun. 2024
- DEGANI-CARNEIRO. Adrados, Isabel. In: JACÓ-VILELA, A.M., KLAPPENBACH, H., ARDILA, R. (Eds.) **The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America**. Palgrave Macmillan, Cham, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56781-1_345. Acesso em: 09 jun. 2024



DEGANI-CARNEIRO, F.; JACÓ-VILELA, A. M. O cuidado com a infância e a autonomização da Psicologia no Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 46, n. 1, p. 159-169, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/284/28424858018.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2024.

DEGANI-CARNEIRO, F.; MIRANDA, R. L.; BATISTA, R. L. L.; VASCONCELLOS, M. A. G. T. N.; TORRES, J. A. T.; SARAIVA, F. T. Notas para uma história da institucionalização científico-profissional da Psicologia no Brasil. In. DEGANI-CARNEIRO, F.; LIMA, T. H.; FUKUSIMA, S. S.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.), **Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira**: o FENPB e suas histórias. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/livro_fenpb.pdf. Acesso em: 11 mai. 2024.

JACÓ-VILELA, A. M. Trajetórias da Psicologia no Brasil: entre conciliações e resistências. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 38, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2021.36485>. Acesso em: 20 mai. 2024.

JACÓ-VILELA, A. M.; OLIVEIRA, F. M.; ESPÍRITO-SANTO, A. A.; DEGANI-CARNEIRO, F.; MESSIAS, M. C. N.; VALENTE, N. F. Uma gestação silenciosa: a presença feminina nas instituições de psicologia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. In. RIBEIRO, M. A. T., BERNARDES, J. S.; LANG, C. E. (Orgs.), **A produção na diversidade**: compromissos éticos e políticos em Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

LIMA, R. S.; COLLARES-DA-ROCHA, J. C. C. Rodrigues, Aroldo Soares de Souza. In: JACÓ-VILELA, A.M., KLAPPENBACH, H., ARDILA, R. (eds) **The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America**. Palgrave Macmillan, Cham, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56781-1_227. Acesso em: 09 jun. 2024



MESSIAS, M. C. N; JACÓ-VILELA, A. M. Albuquerque, The-rezinha Lins de. In: JACÓ-VILELA, A.M., KLAPPENBACH, H., ARDILA, R. (eds). **The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America.** Palgrave Macmillan, Cham, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56781-1_232 Acesso em: 09 jun. 2024.

MIRANDA, R. L.; SANTOS, L. R. S. História e memória da profissão de psicólogo no Brasil: Legislações e contexto sócio-histórico (1940-1950). **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 39, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.35360>. Acesso em: 11 mai. 2024.

PINTO, K.P. Veloso, Elisa Dias. In: JACÓ-VILELA, A.M., KLAPPENBACH, H., ARDILA, R. (eds). **The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America.** Palgrave Macmillan, Cham, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56781-1_325. Acesso em: 09 jun. 2024.



SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. spe, p. 8-41, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>. Acesso em: 11 mai. 2024.

SOUZA, L.; GAUER, G. Biaggio, Angela Maria Brasil. In: JACÓ-VILELA, A.M., KLAPPENBACH, H., ARDILA, R. (eds). **The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America.** Palgrave Macmillan, Cham. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56781-1_233 Acesso em: 09 jun., 2024.

WEIL, P. **Manual de Psicologia Aplicada.** São Paulo: Itatiaia, 1967.

Capítulo 13

História e memória da Psicologia no Mato Grosso do Sul: relato de uma experiência do Conselho Regional de Psicologia da 14^a Região

Renan da Cunha Soares Júnior

Introdução

O presente capítulo tem como finalidade realizar um relato de experiência sobre os trabalhos do GT de Memória da Psicologia (2019-2022) e da Comissão de História e Memória da Psicologia do Conselho Regional de Psicologia da 14^a Região no Mato Grosso do Sul (2022 - 2024). O CRP-14 foi criado no ano 1996 para atender aos estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT). Anteriormente o Mato Grosso do Sul pertencia à 6^a Região, que tinha como sede o estado de São Paulo (CFP, 1974; CFP, 1996a). Durante o IX e X Plenários do CRP-14 têm sido realizadas ações para resgatar aspectos históricos e registrar de diversas formas, como livro, eventos, site institucional e vídeos.

Da criação de uma ideia a um grupo de trabalho

Consta na Ata da 284^a Sessão Plenária ocorrida em 22/10/2016 (CRP-14, 2016), durante o período de gestão do VII Plenário, a proposta de criação de um GT intitulado de Memó-



ria da Psicologia que teve como coordenação a Conselheira Irma Macário. Na ata da 287^a Plenária Extraordinária, ocorrida em 27/01/2017 (CRP-14, 2017), consta a apresentação de um plano de trabalho para a preservação da memória da Psicologia no Mato Grosso do Sul, com sinalização da vontade de fazer contato com GTs e comissões correlatas em outros CRPs, porém sem maiores detalhes de ações a serem desenvolvidas e nem membros que a compunham. Após a referida ata, não houve mais qualquer registro de funcionamento ou ação do GT de Memória da Psicologia nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Na reunião plenária de 07/12/2019, já no funcionamento do IX Plenário, o Conselheiro Renan da Cunha Soares Júnior realizou proposta de reativação do GT de Memória da Psicologia, para resgate e preservação da história da Psicologia no Mato Grosso do Sul. Na proposta, também estava incluída a gestão e modernização da biblioteca do CRP-14, que desde 2010, recebeu esse nome em homenagem à Conselheira Maria Solange Félix Pereira, falecida em 2009. A proposta de retomada do GT foi aprovada pelo plenário e foi sugerido pelo coordenador do GT a busca de apoio do Conselho Federal de Psicologia. A comissão foi proposta, sob a coordenação do Conselheiro Renan da Cunha Soares Júnior e tendo como conselheiras integrantes Evelin Rodrigues dos Santos Macarrini e Vanessa Silva de Souza e como convidados Ana Camila Marcelo, Jaqueline de Andrade Torres, Rodrigo Augusto Borges Pereira e Rodrigo Lopes Miranda.

O projeto original era a realização em 2020 de um evento chamado “História e Memória da Psicologia no MS: dos caminhos do passado até os rumos do presente.” com mesas sobre a Psicologia no Mato Grosso do Sul, com formato de roda de conversa, com temáticas das décadas de 1960, 1970,



1980, 1990, 2000, 2010 e 2020. Nessas rodas estariam presentes profissionais que contribuíram para a Psicologia no MS (e no Mato Grosso “Uno”, pois até 11/10/1979 os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram um único estado da federação). Com base no evento seria realizada a editoração de um livro, porém com a ocorrência da Pandemia de Covid-19, o projeto do seminário foi adiado.

Foi iniciado durante os anos de 2020 e 2021 um trabalho de pesquisa nos documentos institucionais, como os registros de atas de reuniões e plenárias e livros produzidos ainda na época em que MS fazia parte do CRP-06, presentes na biblioteca do CRP-14 (CRP-06, 1989; CRP-06, 1992; CRP-06, 1994), em busca da constituição dos plenários anteriores e profissionais do MS que foram delegados ainda no tempo de CRP-06. Constatou-se que além dos livros de atas, não havia nenhum lugar, como placas na sede, site na internet ou qualquer outro formato que constasse os nomes dos psicólogos e psicólogas que já tinham composto os plenários anteriores. Historicamente o CRP-14 nunca manteve um GT ou comissão ativo com a finalidade de preservação de sua memória e história até o ano de 2019.

As ações encontradas foram pontuais como as homenagens ao falecido Conselheiro Roberto Tadeu da Silva Cambará, que participou de várias gestões do CRP-14 como colaborador, conselheiro em diversas funções, sendo inclusive presidente, tendo atuado entre 1998 e 2004 no conselho. Cambará faleceu em 2006 e, em agosto de 2007, foi homenageado, tendo a sala do plenário do CRP-14 recebido seu nome a partir da ocasião (CRP-14, 2007). Também se observa que em Agosto de 2010 (CRP-14, 2010), durante a Semana da Psicologia, foi realizada homenagem à falecida Conselheira Maria Solange Félix



Pereira, que foi delegada do CRP-06 no MS nos anos 1980, antes da existência do CRP-14 e também conselheira do CRP-14 atuando como secretária entre 2004 e 2007, passando a emprestar seu nome à biblioteca do CRP-14.

Em 2012, por ocasião da comemoração dos 50 anos da regulamentação da profissão de Psicologista no Brasil (CRP-14, 2012) foi tomada a decisão de homenagear 50 psicólogos e psicólogas pertencentes à 14^a Região, que tinham contribuições relevantes nas mais diferentes áreas de atuação da profissão, escolhidos pelos integrantes do Plenário, à época.

Em 2022 realizou-se algo parecido, por meio de parceria com a Assembleia Legislativa de MS, em sessão proposta pelo CRPMS (CRP-14, 2022) e pelo Deputado Estadual e Psicólogo Pedro Kemp, em decorrência das comemorações do aniversário de 60 anos da regulamentação da psicologia como profissão Brasil e dos 25 anos de criação do CRP-14 completados em 2021. Também foi criado um selo comemorativo em alusão aos 25 anos de existência do CRP-14 (CRP-14, 2021a) por proposição da diretoria do IX Plenário, inspirado no que foi feito com o CREPOP pelos seus 15 anos, sendo utilizado em correspondências oficiais e materiais produzidos durante o período comemorativo.

Como proposta para registrar os 25 anos de criação do CRP-14 (2021b), comemorados em 2021 e os 60 anos da regulamentação da profissão completados em 2022, o GT de Memória da Psicologia propôs a realização de um livro, a fim de recuperar a trajetória institucional da Psicologia no MS, sendo convidados a comporem capítulos os cursos de graduação em Psicologia e de também os Programas de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Psicologia que já tivessem pelo me-



nos uma turma formada na ocasião da propositura do livro. As autorias dos capítulos foram de responsabilidade de cada instituição, pois o CRP fez contato formal com as coordenações dos cursos para fazer o convite para a participação. Também constava da proposta a escrita de um capítulo que recuperasse a história do CRP-14 e de sua composição ao longo dos 25 anos de atuação no MS e no MT, uma vez que até 2010 (CFP, 2010) a 14^a Região teve sede em Campo Grande e Subsede em Cuiabá, quando foi criada a 18^a Região com sede em Cuiabá. Foi criado pelo GT um repositório de fotos na plataforma Kudoboard¹¹, construído de forma colaborativa e que pudesse ser alimentado por profissionais do MS, tendo como temática os 60 anos da regulamentação da profissão no Mato Grosso do Sul, auxiliando no resgate de imagens nos cursos de psicologia, CRP, eventos, encontros e outras ocasiões ligadas à profissão.



Um grupo de trabalho que foi transformado em comissão

No decorrer dos anos de 2021 e 2022, as ações do GT de Memória foram sendo executadas e sendo reconhecidas pela categoria. Nesse processo, as próprias personagens da história da psicologia no MS foram se reconhecendo e ajudando a constituir os registros necessários para a preservação da história da Psicologia no Mato Grosso do Sul. É importante salientar que a existência de um edital para subsidiar ações de preservação da memória do Sistema Conselhos de Psicologia lançado pelo CFP, em virtude dos 60 anos da regulamentação da profissão no Brasil, foi fundamental para o sucesso das ações como a publicação do Livro “História e Memória Institu-

¹¹ Disponível em <https://www.kudoboard.com/boards/JrKhbxN>

cional da Psicologia em Mato Grosso do Sul, Volume 1” (Soares Jr *et. al.*, 2023).

Um livro como forma de registro

A proposta de uma obra que reunisse a história institucional da Psicologia ligada aos cursos de Graduação e Pós-Graduação nas IES em Mato Grosso do Sul conseguiu resposta positiva da maioria dos convidados, demonstrando um resultado importante para o CRP-14. Uma das possíveis explicações para esse resultado pode ser a composição do plenário do CRP por docentes de várias IES, o que traria ao CRP um aspecto de neutralidade, passando ao largo das diferenças metodológicas, brigas mercadológicas e outras dificuldades que poderiam inviabilizar a realização de um projeto como o que foi feito. Até a realização do livro supracitado, os registros publicados sobre a História da Psicologia do MS eram poucos, como por exemplo, os verbetes sobre os cursos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS no Campus do Pantanal - CPAN em Corumbá (Melo; Anache, 2011) e Universidade Católica Dom Bosco - UCDB em Campo Grande (Anache, 2011).

Vale ressaltar que a ideia de fazer um livro que contasse sobre a História da Psicologia no MS com organização do CRP não foi original, pois teve inspiração num trabalho desenvolvido por um outro ente do Sistema Conselhos, o CRP-02 de Pernambuco (Rosas *et al.*, 2001) e no clássico Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil (Jacó-Vilela *et al.*, 2011). Desde a chegada do professor Rodrigo Lopes Miranda ao Mato Grosso do Sul em 2015 e a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia (GEPeHP) no



Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UCDB, o estudo e as produções em História da Psicologia começaram a ganhar volume com as publicações dele, de suas alunas de iniciação científica, mestrado e doutorado e colaboradoras, trazendo interesse pela área e influenciando o pensamento local sobre a importância de sua realização (Flores *et al.*, 2020; Delmondes; Miranda, 2020; Cara; Miranda; Costa, 2020).

No CRP-14, não havia publicações sobre sua história e nem mesmo disponibilização no site sobre as composições das gestões de sua história. Conforme o levantamento foi realizado com busca nas atas, foi providenciada a colocação no site dos IX Plenários constituídos até então e os delegados indicados pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP (CFP, 1996b) para gerirem o recém-criado CRP-14 até a eleição do primeiro Plenário. Também foram registradas no capítulo 1 do livro (Soares Jr; Silva e Souza, 2023) para ampliar o registro e conhecimento da informação.

Para comporem o livro (Soares Jr *et al.*, 2023) foram convidados três Programas de Pós-Graduação em Psicologia: a) Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sediado em Campo Grande; b) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sediado em Campo Grande; e c) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sediado em Dourados. Foram também convidados dez cursos de graduação em Psicologia, que já haviam à época formado pelo menos uma turma, sendo quatro sediados em Campo Grande – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN Capital), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) –; três em Dourados – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Faculta-



de Anhanguera de Dourados e Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) –; um em Paranaíba – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAR) – e um em Três Lagoas – Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS).

Dentre todos os convites realizados, somente não realizaram a construção dos capítulos referentes aos seus históricos institucionais os PPGs da UFMS em Campo Grande e da UFGD em Dourados e o curso de graduação da UFGD em Dourados. Como existem mais cinco cursos de graduação que ainda não formaram turmas, sendo quatro em Campo Grande e um em Coxim, os três convidados anteriormente que não conseguiram compor seus capítulos poderão fazê-lo futuramente, junto aos demais cursos, num outro volume da Coleção: História e Memória Institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul.

A repercussão e visibilidade das ações planejadas e algumas já realizadas pelo GT propiciaram o reconhecimento pelo X Plenário do CRP-14, que, em virtude disso, após tomar posse em setembro de 2022 (CRP-14, 2022) evoluiu o então GT para o patamar de Comissão Regional de História e Memória da Psicologia.

O I volume da Coleção: História e Memória Institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul foi realizado nos formatos impresso (tiragem de 100 exemplares) e digital, ambos com distribuição gratuita, sendo os exemplares físicos entregues às autoras e destinados às bibliotecas de todas as instituições de ensino superior que contam com cursos de Psicologia em funcionamento. Foi realizado um lançamento formal em 05 de julho de 2023, com transmissão ao vivo pelo Youtube, no Plenário Edroim Reverdito da Câmara de Vereadores de Cam-



po Grande, com a presença de grande parte das autoras dos capítulos e com fala do autor do Prefácio da Obra, Prof. Dr. Filipe Degani-Carneiro, professor do IP/UERJ e à época, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP). A mesa teve ainda as falas das organizadoras da obra Psic. Ma. Gabriela Pereira da Silva e Psic. Ma. Jaqueline Andrade Torres, bem como da Profa. Dra. Celi Corrêa Neres, Vice-Reitora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), enquanto figura histórica, por ser uma componente da junta de cinco psicólogas delegadas pelo CFP para gerir o CRP-14, quando de sua criação até a eleição do primeiro plenário (CFP, 1996b). Além de transmissão ao vivo nas redes sociais do CRP-14, o evento foi disponibilizado no canal do CRP-14 no Youtube.

Além do registro em forma de livro, disponível para download no site do CRP-14, do lançamento formal na Câmara dos Vereadores de Campo Grande e da gravação em vídeo com disponibilização on-line foi também realizada uma parceria com o GEPeHP-UCDB, para a roda de conversa num espaço não canônico de circulação da Psicologia científica, a cervejaria Eden Beer. Com a participação do Prof. Dr. Filipe Degani-Carneiro (UERJ e SBHP) e da Profa. Dra. Giovanna Barbieri (UEMS) o evento “Que história é essa? Mulheres na História da Psicologia” foi realizado abordando o protagonismo feminino na Psicologia Brasileira, inclusive apresentando dados do Censo realizado pelo CFP, atingindo um público diverso, formado por estudantes e profissionais de Psicologia e pelo grupo geral de frequentadores do local, popularizando as discussões realizadas e possibilitando a circulação ampliada delas para público não tradicional dos saberes psi.



Considerações finais

Observa-se que nos anos de 2021 a 2023, foi possível, em decorrência do apoio recebido das gestões do IX e X Plenários do CRP-14, o avanço no registro da Memória da Psicologia em Mato Grosso do Sul. Destaca-se que, além do investimento de recursos próprios do CRP, foi importante a existência do edital do CFP para apoiar ações ligadas aos 60 anos da regulamentação da profissão no Brasil como forma de fomento a iniciativas que visassem a não somente comemorar, mas também registrar a história da atuação profissional em Psicologia no país. Está em marcha um novo ciclo de comemorações, ligado aos 50 anos do Sistema Conselhos de Psicologia no país, com um novo edital do CFP, de incentivo a ações como as já realizadas no âmbito do CRP-14.

A comissão segue trabalhando com a proposição do volume II da Coleção: História e Memória Institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul, e dos eventos presenciais com personagens da História da Psicologia do MS, imaginados inicialmente em 2019 e que foram impedidos por conta da pandemia da COVID-19 e ocorrerão agora em 2024. Também estão na pauta a criação de um pequeno documentário com profissionais que estiveram ligados à constituição e funcionamento do CRP-14 ao longo do tempo e um fórum de docentes de História da Psicologia no Mato Grosso do Sul.

É importante que os editais de incentivo do CFP contemplem com mais frequência, não somente em datas específicas, as ações de memória da psicologia no sistema conselhos. Visto que historicamente o Sistema Conselhos possui os maiores recursos financeiros e o envolvimento em diversos contextos ligados a ciência e profissão, é interessante e necessário



seu envolvimento no esforço de registrar a Memória e História da Psicologia no Brasil e também na América Latina.

Referências

ANACHE, A. A. Curso de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. In: JACÓ-VILELA, A. M. (org.). **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2011. p. 136-137.

CARA, B. S. ; MIRANDA, R. L. ; COSTA, M. L. . A Psicologia na FADAFI-FUCMT: História e memória social (1980-1993). **Memorandum** (BELO HORIZONTE), v. 37, p. 1-26, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 1 de 30 de abril de 1974.** Fixa as zonas de jurisdição e sede dos Conselhos Regionais de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1974.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 4 de 30 de maio de 1996.** Cria o Conselho Regional de Psicologia da 14^a Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1996a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 5 de 30 de maio de 1996.** Nomeia os membros do Conselho Regional de Psicologia da 14a Região. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1996b.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 2 de 5 de fevereiro de 2010.** Cria o Conselho Regional de Psicologia da 18^a Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6a REGIÃO. I CONPSIC. 1989. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: CRP-06, Edição: Gestão Palavra Aberta II, 1989.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6a REGIÃO. II CONPSIC, 1992. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: CRP-06, Edição: Gestão Movimento, 1992.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6a REGIÃO.
Uma profissão chamada psicologia: 20 anos do CRP-06.
São Paulo: CRP-06, Edição: Gestão Psicologia e Cidadania – 1992/1995, 1994.-

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14a REGIÃO. Ata da plenária ordinária de maio de 2007. **Livro Ata do CRP-14.** Campo Grande: Conselho Regional de Psicologia da 14a Região, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14a REGIÃO. Ata da plenária ordinária de junho de 2010. **Livro Ata do CRP-14.** Campo Grande: Conselho Regional de Psicologia da 14a Região, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14a REGIÃO. Ata da plenária ordinária de fevereiro de 2012. **Livro Ata do CRP-14.** Campo Grande: Conselho Regional de Psicologia da 14a Região, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14a REGIÃO. Ata da plenária ordinária de junho de 2021. **Livro Ata do CRP-14.** Campo Grande: Conselho Regional de Psicologia da 14a Região, 2021a.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14a REGIÃO. Ata da plenária ordinária de setembro de 2021. **Livro Ata do CRP-14.** Campo Grande: Conselho Regional de Psicologia da 14a Região, 2021b.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 14a REGIÃO. Ata da plenária ordinária de outubro de 2022. **Livro Ata do CRP-**



14. Campo Grande: Conselho Regional de Psicologia da 14a Região, 2022.

DELMONDES, G. F. S.; MIRANDA, R. L. . Os Primeiros Anos do Curso de Graduação de Psicologia da FADAFI/FUCMT (1974-1980). **Interações**, v. 21, p. 21-34, 2020.

FLORES, F. M. H. ; RODRIGUES, B. E. ; SALES, A. C. ; ETGES, F. H. N. ; MIRANDA, R. L. ; CASTELO BRANCO, P. C. . Reflexões sobre a disciplina de História da Psicologia no estado do Mato Grosso do Sul. **Psicologia da Educação (Online)**, v. 51, p. 22-30, 2020.

JACÓ-VILELA, A. M. (Org.). **Dicionário Histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2011.

MELO, W. F.; ANACHE, A. A. Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. In: JACÓ-VILELA, A. M. (org.). **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2011. p. 158-159.

ROSAS, P. (Org). **Memória da Psicologia em Pernambuco**. Recife: Conselho Regional de Psicologia da 2^a região, Editora UFPE, 2001.

SOARES JR, R.C; SILVA, G.S; SOUZA, V.S. Conselho Regional de Psicologia da 14a Região – Mato Grosso do Sul: 25 anos de História. In: Soares Jr, R.C; Miranda, R.L, Torres, J.A; Silva, G.S. (Orgs). **História e memória institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia da 14^a Região, Editora CRV, 2023.

SOARES JR, R.C; MIRANDA, R.L, TORRES, J.A; SILVA, G.S. (Orgs). **História e memória institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia da 14^a Região, Editora CRV, 2023.



Capítulo 14

O Despertar da Psicologia no Paraná enquanto Luta de uma Categoria

Maria Júlia Trevizan

A todos os colegas que fizeram, fazem e ainda farão história.

O Início

O período que antecede a criação do primeiro curso de Psicologia no Paraná é pouco explorado nos registros sobre a história da profissão no Estado. Muito do que se sabe a respeito do despertar da Psicologia no Paraná deriva da trajetória vivenciada e da história “falada”, contada por alguns pioneiros que já se dedicavam à profissão. Por certo, alguns relatos, artigos e até livros foram escritos, mas aos poucos tantos outros textos vêm sendo publicados, em reconhecimento à importância de se resgatar a história mais antiga da Psicologia no Paraná.

Foi na área da Educação que a Psicologia se desenvolveu inicialmente no Paraná, face a dificuldades enfrentadas pelas escolas na assistência infanto-juvenil. Assim, seu desenvolvimento no Estado se inicia, principalmente, com orientação, recuperação e atendimento escolar e clínico, ligados a necessidades de crianças e adolescentes, em atendimentos vinculados a órgãos públicos ou entidades fi-



lantrópicas. Com destaque na área, na década de 1930 disciplinas sobre Psicologia já eram ministradas nas Escolas Normais paranaenses, levando temas sobre a compreensão de dificuldades e problemas de aprendizagem para aqueles cursos de formação de professores.

Nas décadas de 1950 e 1960 se têm conhecimento de iniciativas de serviços de orientação profissional. Embora mais voltadas a adolescentes em centros de atendimento públicos, há relatos de trabalhos em orientação vocacional a crianças e adolescentes de escolas regulares. Nesse mesmo período passam a circular notícias sobre serviços prestados a empresas em processos seletivos, com o uso de avaliação por meio de testes.

O ano de 1953 é referenciado como importante no processo histórico da regulamentação da profissão, necessidade que já começava a preocupar os profissionais que atuavam nas áreas de Psicologia e Educação do país e discutiam a questão. Foi em novembro desse ano que o primeiro anteprojeto de lei sobre a formação e a regulamentação da profissão de “psicologista”, organizado por alguns profissionais do Rio de Janeiro, foi apresentado ao Ministério de Educação. A proposta se fundava na existência de necessidades sociais que demandavam a aplicação da Psicologia principalmente em três áreas: Trabalho, Educação e Clínica. Consideradas as clássicas da Psicologia, por muitos anos foram as responsáveis pela atividade predominante dos Psicólogos.

A segunda proposta de regulamentação começou a ser formulada um mês depois, no âmbito do I Congresso Brasileiro de Psicologia, realizado em Curitiba em dezembro de 1953. Percebe-se que o Paraná já se encaminhava para assumir um



papel de destaque no cenário nacional da Psicologia. De fato, Curitiba sediou o I Congresso Brasileiro de Psicologia e o II Congresso Latino-Americano de Psicologia. Os debates envolvendo o ensino da Psicologia, formação do Psicólogo e a regulamentação da profissão, travados na capital paranaense, resultaram na elaboração de um documento encaminhado ao Ministério da Educação. Formou-se então uma comissão especial para levar adiante a proposta, da qual participou a Educadora Pórcia Guimarães Alves, que já trabalhava no atendimento de crianças e depois consolidaria seu nome como de importância para a história da Psicologia no Paraná.

Ainda em 1953, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) iniciou o primeiro curso de Psicologia, mesmo a profissão ainda não estando regulamentada. Afinal, urgia a necessidade de se preparar professores e profissionais da Psicologia para atenderem demandas crescentes da sociedade, principalmente na área educacional e no atendimento infantil.

A profissão foi, enfim, regulamentada em 27 de agosto de 1962, por meio da Lei nº 4.119, a qual *“Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”*. Muitos cursos foram então criados no país, com cunho profissionalizante e visando formar o profissional liberal.

Os Grandes Marcos

O desenvolvimento de uma ciência e profissão depende de vários fatores, mas contar com profissionais formados e atuantes é fundamental para gerar na comunidade conhecimento e espaço que lhe permitam compreender a contribuição daquela ciência e o papel desempenhado por quem exerce a



profissão, a fim de que os cidadãos possam efetivamente usufruir de suas descobertas e benefícios. Por isso, a criação do primeiro curso de Psicologia no Paraná representa um grande marco para a profissão no Estado.

Em 17 de dezembro de 1973, a primeira turma conclui o curso na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) - formam-se 39 psicólogos. Me sinto privilegiada por integrar esta primeira turma de Psicólogos do Paraná e fazer parte desta história!

Um grupo de profissionais oriundos dessa primeira turma, pequeno em número, mas grande em seus ideais, logo percebe que seria preciso articular uma ação conjunta para que a Psicologia e a profissão de Psicólogo se consolidassem na comunidade paranaense. Assim, acreditando que, além de constante e dedicado, era necessário um trabalho estruturado para o desenvolvimento da ciência e da profissão no Estado, este grupo de recém-formados psicólogos, contando com a participação de seus professores, idealiza criar uma associação que os pudesse representar.

Após meses de preparativos, nasceu o projeto vitorioso de fundação da Associação Profissional dos Psicólogos do Estado do Paraná (APPEP), já concebida com o intento de vir a ser o Sindicato dos Psicólogos. O ato de criação da Associação se deu em 13 de maio de 1974 e contou com a presença de 44 psicólogos, o que representava 90% dos profissionais que no Paraná exerciam suas atividades, alguns advindos do interior do Estado. Na oportunidade, fui eleita sua primeira Presidente, para a gestão 1974/1977.

A APPEP, com personalidade jurídica e associativa, viria a representar os psicólogos e a cumprir seu papel de defe-



sa da Psicologia enquanto ciência e profissão. A adoção das medidas necessárias para abertura do processo sindical pela APPEP foi aprovada em Assembleia, realizada em 02 de julho de 1975, marcada pelo comparecimento de 99% dos Psicólogos então atuantes no Paraná.

Além de reveladora de um espírito de luta por ideais dos psicólogos, a maciça participação no evento, já na época, foi percebida também como uma resposta positiva à necessidade de congregação para defesa dos interesses comuns da classe e como um reconhecimento de que a APPEP estava conseguindo atender aos anseios da categoria profissional que se propôs a representar.

E, de fato, muito se trabalhou, perante órgãos do Estado, escolas, empresas e entidades, no sentido de propagar a nova profissão ainda desconhecida por muitos. Com poucos anos de formação universitária e ainda inexperientes, a coragem e o ímpeto próprios da juventude incentivava os novos psicólogos na luta contínua em busca de abrir espaços profissionais e levar a Psicologia e a profissão ao conhecimento da comunidade paranaense. Dentre outras iniciativas de sucesso, destaca-se o envolvimento da Associação, mediante a presença e participação de membros da diretoria ou seus representantes, em diversos eventos, palestras e entrevistas para jornais e rádios.

Foi no decorrer desses trabalhos que sobreveio notícia acerca da instalação de Conselhos Regionais pelo país. O Conselho Regional da 7º Região, com sede em Porto Alegre, abarcava em sua jurisdição os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A novidade surpreendeu os psicólogos do Paraná, uma vez que a Associação que os congregava, re-



conhecidamente atuante, não havia sido sequer comunicada do fato.

A Presidência da APPEP tomou a iniciativa de se manifestar ao Presidente do novel CRP/07, Psicólogo Cícero Emídio Vaz. O contato foi por ele bem recebido e resultou no acolhimento, apoio e incentivo às ações da Associação Paranaense, bem como proporcionou a aproximação da diretoria com a Conselheira designada para atuar como representante do Paraná perante a 7^a Região: tratava-se da Educadora e Psicóloga Pôrcia Guimarães Alves, já mencionada na parte inicial do presente texto como nome de importância na história da Psicologia no Estado.

A partir de então, diretoria da APPEP, Conselheira representante do Paraná e Conselheiros que formavam o Plenário do CRP/07 criaram entre si sólida colaboração e significativo entrosamento na defesa da profissão – como será visto mais adiante.

A instalação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais (que se concretizaram, respectivamente, em 1973 e 1974), autarquias federais com a prerrogativa de orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional, é um grande marco na consolidação da profissão de Psicólogo no Brasil.

Mas não se pode negar as dificuldades que distâncias geográficas, características do Brasil, impunham aos estados sem representação local própria do Conselho. Era o caso do Paraná, que estava sob jurisdição do Conselho Regional da 7^o Região, cuja sede era Porto Alegre. Lembre-se que, nesta época, a tecnologia ainda não tinha avançado para as comunicações, que dependiam de telegramas, cartas e um ainda instável e caro serviço de telefonia fixa (principalmente para chamadas



de longa distância), o que prejudicava muitas ações de representatividade profissional em termos de agilidade e conteúdo.

Enquanto isso, a APPEP se consolidava e iniciava seu processo de aprovação sindical, acompanhando muito de perto os movimentos e o desenvolvimento da profissão na educação, nas empresas e nas clínicas que vinham sendo criadas na capital e no interior do Estado paranaense. Por isso mesmo, a Associação demandava maior aproximação com o Conselho de Psicologia.

Importante observar que nesse momento o Paraná já contava com novos cursos de Formação de Psicólogos, além daquele pioneiro oferecido pela PUCPR desde 1969, – tanto na capital quanto no interior. Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), o curso foi criado em 1971, e no Centro de Ensino Superior de Londrina (atual UNIFIL), em 1972. A Tuiuti (atual Universidade Tuiuti do Paraná) obteve autorização para funcionamento do curso em 1973. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) implantou seu curso de Psicologia em 1974. Nos anos seguintes novos cursos foram inaugurados, criando-se grande expectativa no aumento do número de Psicólogos ativos no Estado.

Esse contexto fez com que se cogitasse solicitar um Conselho próprio, mas no ano de 1976, do total de inscritos no CRP/07, apenas 130 psicólogos representavam profissionais do Paraná, número insuficiente para justificar o desmembramento e viabilizar economicamente a autonomia de um novo Conselho Regional. A reivindicação, no entanto, era vista como legítima e bem acolhida pelo CRP/07, o que levou seu Presidente a propor a criação de uma Subsecretaria para o Paraná, com sede em Curitiba. Para assumir a responsabilidade pela



Subsecretaria designou a Conselheira Pórcia e a Presidente da APPEP.

A Subsecretaria foi instalada na Rua 13 de Maio, em 27 de agosto de 1976, Dia do Psicólogo, com a presença do Presidente e de alguns Conselheiros do CRP/07, além de Psicólogos do Paraná. Um primeiro grande passo estava dado rumo à conquista de um Conselho de Psicologia próprio no Paraná!

A Subsecretaria resolia grande parte das demandas dos psicólogos do Estado, que passaram a ter um local mais acessível para providenciar os trâmites de sua inscrição no Conselho, bem como para esclarecer dúvidas e buscar orientações, em especial no tocante à fiscalização da atividade profissional e questões éticas, pois os representantes do Paraná no CRP/07 se faziam ali presentes para prestar atendimento.

A APPEP, por sua vez, continuou avançando no processo de sindicalização, até que em fevereiro de 1977 recebeu sua Carta Sindical do Ministério do Trabalho, reconhecendo-a sob a denominação de Sindicato dos Psicólogos no Estado do Paraná.

Em nenhum momento o grupo que liderava o movimento por um Conselho regional no Paraná deixou de acreditar e de se dedicar a esse objetivo. Havia apenas uma compreensão de que o intento dependia do aumento do número de Psicólogos atuantes no Estado e sabia-se que, em pouco tempo, os novos cursos começariam a disponibilizar no mercado suas primeiras turmas de formados.

Foi no ano de 1978 que os estudos permitiram vislumbrar a viabilidade da implantação de um novo Conselho, desmembrando o Paraná do CRP/07. Assim, em janeiro de 1979 o Conselho Federal designou uma comissão para analisar as



condições existentes para atender ao pleito paranaense. O Presidente da comissão, Psicólogo João Cláudio Todorov, esteve em Curitiba para conhecer e avaliar os psicólogos à frente do movimento. A conclusão da comissão foi pela viabilidade do pleito e pela maturidade e capacidade do grupo de profissionais que liderava o movimento para responder por um Conselho Regional próprio, submetendo seu parecer ao Plenário do CFP para decisão final.

Por força da Resolução CFP nº 12/1979, foi criado o Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região, com jurisdição no Estado do Paraná e sede em Curitiba. Pela Resolução CFP nº 23/1979 foram designados os novos Conselheiros Efetivos e Suplentes, os quais ficariam responsáveis pela administração e condução dos caminhos da Psicologia no Paraná no triênio 1979/1982.

Em sessão solene realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, o Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região foi instalado em 27 de agosto de 1979, uma data significativa que coincidia com os 100 anos de reconhecimento da Psicologia como ciência e com o Dia Nacional do Psicólogo. O ato contou com a presença do Presidente do Conselho Federal, Psicólogo Arthur de Matos Saldanha, e do Presidente do CRP/07, Psicólogo Cícero Emídio Vaz.

O fato é histórico e um marco de grande relevância para a Psicologia e para os Psicólogos do Estado. Denota o Paraná se consolidando no cenário nacional e na comunidade de Psicólogos!

Na mesma sessão solene de instalação, tomaram posse os Conselheiros nomeados pelo Conselho Federal, os quais elegeram a primeira diretoria para o triênio inicial. Ter sido



eleita, pelos colegas recém-empossados, a primeira Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Paraná foi uma honra e exercei o mandato na gestão 1979/1982 do CRP-PR/08. A propósito, por ter sido a primeira Psicóloga inscrita no novo Conselho, recebi a inscrição CRP-PR 08/00001, a qual tem um significado muito especial para mim.

Como se vê, a luta e determinação de um grupo de profissionais colocou o Paraná em destaque na política de classe e o projetou no cenário da Psicologia nacional. O Paraná foi o segundo Estado a criar um sindicato de Psicólogos, até então apenas São Paulo tinha criado o seu, em 1973. Não se pode esquecer o contexto político brasileiro corolário do regime de governo estabelecido à época, que reprimia movimentos associativos e de classe. As circunstâncias não eram favoráveis para criação de sindicatos: foi preciso enfrentar barreiras, preconceitos e dificuldades sobretudo junto aos órgãos públicos. Tem-se notícia de sindicatos da categoria em outros Estados apenas muitos anos depois.

Além disso, os profissionais do Paraná foram os primeiros a fazer um movimento de desmembramento e obter sucesso na criação de um Conselho Regional próprio. Muitas tentativas foram feitas nos anos subsequentes, mas apenas em 1992 é que novos Conselhos Regionais de Psicologia foram criados e instalados pelo país. O pioneirismo dos Psicólogos do Paraná, marcado por luta, esforço e dedicação, resultou no nascimento de um órgão de representatividade da categoria que viria a ser reconhecido como de destaque no país.



A Consolidação

Já desde a instalação do I Plenário, o CRP-PR se destaca por muitas realizações e pela promoção de variadas iniciativas na luta pela Psicologia e pelos Psicólogos, com atuação firme e sempre presente na comunidade em busca de proporcionar o que de melhor a profissão tem a oferecer, deixando sua marca no cenário nacional e na sociedade ao ampliar suas atividades legais e básicas.

O I Plenário (1979/1982) alugou um conjunto comercial no bairro São Francisco, em Curitiba, para instalar a sede do CRP-PR, disponibilizando atendimento aos Psicólogos e aos cidadãos paranaenses. Durante a gestão, fez um trabalho de base organizando, estruturando e colocando em funcionamento o novo Conselho Regional. Conseguiu entregar para a gestão seguinte um CRP-PR já acomodado, aparelhado e administrativamente ordenado, pilares necessários para atuações mais participativas junto à comunidade e de projeção perante os demais Conselhos Regionais.

Os membros do II Plenário (1982/1985) tomaram posse na data em que se celebrava 20 anos da regulamentação da profissão no Brasil. Na sessão solene foi também lançada a primeira revista de psicologia do Paraná, intitulada *Psicologia Argumento*. Iniciativa de alguns professores da PUCPR e então coordenada pela Psicóloga Maria de Lurdes Bairão Sanchez e por mim, a revista *Psicologia Argumento* é até os dias de hoje uma publicação do curso de graduação em Psicologia da PU-CPR e conta com edições trimestrais, embora atualmente disponível somente online.

Esta segunda gestão, sob Presidência do Psicólogo Nélio Pereira da Silva, teve o grande desafio de estimular a aproxima-



ção dos Psicólogos com o Conselho e fortalecer esta relação, bem como o de trabalhar na defesa de um campo de trabalho e abrir espaços para o crescente número de profissionais que os vários cursos de Psicologia já estavam formando. Aliás, a sede alugada já não permitia atender, de forma adequada, todas necessidades do CRP-PR e dos usuários de seus serviços.

Por indicação da segunda gestão do CRP-PR e com a experiência de ter sido a Presidente durante a primeira gestão, eu havia assumido a responsabilidade de representar o Paraná no Conselho Federal como Conselheira Efetiva, sendo a Psicóloga Zaira Belan Conselheira Suplente – o que nos permitiu reivindicar a alocação de recursos para a aquisição de uma sede.

Assim, com recursos oriundos do Conselho Federal, foi comprada uma sede própria para melhor instalar o CRP-PR em Curitiba, atendendo aos anseios de se ter um local para ser a “Casa dos Psicólogos” paranaenses. O imóvel, uma casa localizada na Rua Presidente Taunay, nº 1.360, se confirmou como ponto de encontro entre os profissionais da Psicologia, aproximando e fortalecendo a categoria.

O III Plenário (1985/1988) teve como Presidente o Psicólogo João Batista Fortes de Oliveira, cargo que voltou a exercer em outras cinco gestões: (1992/1995; 1995/1998; 2007/2010; 2010/2013; 2016/2019). Alcançando o CRP-PR uma certa “maturidade”, com mais de seis anos desde sua instalação, foi nesta terceira gestão que novos rumos começam a ser dados ao Conselho, com orientação e qualificação dos Psicólogos, criação de várias comissões temáticas e articulação de maior envolvimento dos profissionais, ao fomentar a atuação voluntária de Psicólogos no CRP-PR a fim de que disponibilizassem



seus conhecimentos a serviço de um trabalho comprometido com a comunidade.

De fato, a partir desta gestão, o CRP-PR cada vez mais proporcionou orientações a todos e ainda ampliou sua atuação junto aos Psicólogos do interior do Estado. Um marco importante e significativo na proposta dos membros do III Plenário foi a realização do “I Encontro Paranaense de Psicologia”, em 1987, na cidade de Foz do Iguaçu, evento ao qual gestões posteriores deram continuidade por vários anos, principalmente sediados em cidades do interior do Estado.

A criação de subsedes em Londrina e Maringá e de representações setoriais em outras cidades permitiram que as ações do CRP-PR tivessem mais capilaridade. A abertura de participação pela categoria nas discussões orçamentárias, aprovando aplicação em projetos prioritários para a classe, abriu espaço para um Conselho mais participativo.

Os Plenários seguintes receberam um Conselho já estruturado e atuante, viabilizando produzir e realizar muito mais para seu fortalecimento em prol da Psicologia e da categoria profissional. Várias ações realizadas no decorrer dos anos subsequentes, por exemplo, concorreram significativamente para a consolidação do CRP-PR no que se refere à sua função de contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, dentre elas: criação de uma Comissão Científica que passou a fazer publicações científicas e Anais dos Encontros, publicação do Livro “A Psicologia no Paraná: os caminhos percorridos”, idealização da “Revista Documenta” que passou a publicar os principais Pareceres e Resoluções, a importante participação no Processo Constituinte promovido pelo Conselho Federal, envolvimento em debates sobre polí-



ticas públicas, ampliação das comissões temáticas e a transformação do “Jornal Contato” na “Revista Contato”, periódico este que até hoje é publicado com temáticas de interesse da categoria profissional.

Essa efervescência de projetos, atividades e realizações exigiu uma nova sede, que foi adquirida na gestão do VI Plenário. Instalada em uma edificação ampla, reformada e ampliada para atender as novas necessidades, contando com espaço administrativo, sala para as reuniões plenárias, dois auditórios e várias salas de cursos. Inaugurada em 1998 e localizada na Av. São José, nº 699, no bairro Cristo Rei, é até hoje a sede do CRP-PR.

Um CRP-PR já firme continuou crescendo com a atuação também forte das gestões que sucederam, participando de congressos regionais, discutindo diretrizes e propostas para a profissão, valorizando a história da Psicologia, reintegrando profissionais que já haviam participado do Conselho para colaborar em comissões e trabalhos voluntários. Em especial, passou a marcar presença nos mais diferentes projetos, movimentos e causas sociais, sendo algumas ações dignas de destaque a seguir.

A atuação perante as Varas de Delitos de Trânsito de Curitiba, que lhe rendeu em 2003 o Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito pelo importante projeto desenvolvido.

A instituição de fóruns de coordenadores de cursos de Psicologia, no intuito de aproximar as Universidades do Conselho.

A realização do “I Encontro de Psicologia Hospitalar” e a promoção da Psicologia do Esporte, que teve um desenvolvimento significativo – valorizando assim as novas áreas de atuação da Psicologia.



Participação ativa em Conselhos Municipais e Estaduais, como os de Saúde, Assistência Social, Direitos da Criança e da Adolescência, Antidrogas, Direitos Humanos, e Direitos da Mulher, assumindo maior responsabilidade social no importante campo das políticas públicas.

Aproximação com o Sindicato dos Psicólogos do Paraná para propor ações conjuntas e participação de debates com outras entidades profissionais para questionar atos do Poder Público, principalmente relacionadas a temas envolvendo avaliação psicológica e prática psicoterápica.

Por fim, nota-se mais recentemente uma atuação muito intensa dos últimos Plenários, sensível às causas sociais, valorização da diversidade, luta antimanicomial, ressignificação da história, fortalecimento da relação com a comunidade, aproximação e reconhecimento da importância da Psicologia no cotidiano da população e direito e segurança das mulheres, sem nunca deixar de lado suas atribuições legais.

Não se pode negar, que se a firme presença e o crescimento da Psicologia no Paraná estão enraizados no corajoso movimento daqueles profissionais pioneiros que ao longo dos anos despertaram a luta de toda uma categoria no Estado, resultando no histórico nascimento do CRP-PR, o exponencial desenvolvimento e consolidação deste como um órgão de representatividade de destaque no país se deve à forte e comprometida atuação de cada um dos Plenários.

Escrever este texto me oportunizou olhar para trás e ver a participação, o empenho, a dedicação e mesmo a luta de toda uma categoria para chegar até aqui. Resta deixar um desafio às novas gerações de Psicólogos: sigam lutando pela Psicologia e continuem fazendo (e escrevendo) história!



Referências

ALVES, P. G. **Memórias da Psicologia no Paraná**. Curitiba:
Pinha, 1997.

CAIRO, N. G. **Psicologia no Paraná**: um panorama da pro-
fissão no estado e a trajetória do CRP-PR. Curitiba: CRP-PR,
2013.

TREVIZAN, M.J. A psicologia no Paraná: Os caminhos percor-
ridos. In: WEBER, L.N.D.; WALTER, M. R. (Org.). **A psicologia
no Paraná**: os caminhos percorridos. p.15-30. Curitiba: CRP-
-PR, 1991.



Capítulo 15

História da Psicologia no Paraná: um olhar para a contribuição de 5 mulheres

Célia Mazza de Souza

Carolina de Souza Walger

Ana Paula Kürten

Ao ser convidada para compor a mesa-redonda sobre História da Psicologia no Paraná, no VII Congresso Brasileiro de História da Psicologia, Célia Mazza de Souza opta por destacar a contribuição de cinco mulheres. Célia foi convidada para essa fala por ter sido colaboradora, funcionária e conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Paraná - 8^a Região (CRPPR)¹² e por ser conselheira da diretoria do Conselho Federal de Psicologia (CFP)¹³. Portanto, atuou de diferentes formas e ocupando diferentes papéis junto ao Conselho.

Quando questionada quanto à escolha do tema, isto é, quanto a opção por contar a história da Psicologia no Paraná por meio da contribuição de cinco mulheres, Célia argumenta que

[...] eu tinha que fazer uma escolha [...] a história da psicologia no Paraná e, principalmente, das relações que permeiam o Conselho de Psicologia, que é onde eu

12 Gestão 2019/2022

13 Gestão 2022/2025



dediquei muito mais da metade da minha vida profissional, [...] eu achava importante que a gente pudesse dar visibilidade para as mulheres, porque nós somos uma categoria eminentemente feminina. [...] ainda somos mais de 80% de mulheres [...] E, em geral, dirigidas por homens, principalmente no Paraná.

Como se observa, ainda que a categoria profissional seja eminentemente feminina, composta por 79,2% de pessoas que se identificam com o gênero feminino (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022), as gestões do Sistema Conselhos são lideradas comumente por homens. Das 19 gestões do CFP, 12 foram presididas por homens e das 15 gestões do CRPPR, 11 foram presididas por homens¹⁴. É evidente que o plenário responsável pela condução da gestão é formado por diversas pessoas e não se concentra exclusivamente na figura da presidência, havendo nas diversas gestões atuações imprescindíveis de mulheres. Como afirma Célia,

[...]existe, inclusive, a maioria de conselheiras, [...] que tocam o barco, ajudam na fiscalização com orientadoras fiscais, realizam relatório de processos éticos, organizam comissões, fazem um monte de coisa e a diretoria inteira às vezes é masculina, ou, principalmente, o presidente é um homem.

Assim, a escolha por destacar a contribuição de mulheres, busca dar visibilidade a pessoas que foram fundamentais para a história, mas que nem sempre são lembradas.

¹⁴Esses dados contemplam a composição oficial disposta no site das instituições, ainda que se possa considerar que em uma mesma gestão pode haver alternância da pessoa que ocupa a presidência.



De forma específica, cinco mulheres foram escolhidas, são elas: i) Pórcia Guimarães Alves; ii) Maria Júlia Trevizan; iii) Célia Maria Perracini de Azevedo; iv) Maria Olívia das Chagas e Silva; e v) Cléia Oliveira Cunha. A escolha dessas cinco mulheres foi pessoal, mas justificada pela especial contribuição que tiveram para o Conselho de Psicologia, para a categoria profissional e para a sociedade; considerando, também, a diferença que fizeram na história da Psicologia no Paraná, bem como a diversidade de campos de atuação que representam. Como explicitado por Célia:

“[...] fizeram diferença nas suas áreas de atuação. [...] foram referência, foram modelo, deram supervisão, formaram outras pessoas que estão aí fazendo diferença também. [...] cada uma, na sua área, teve relevância para a psicologia paranaense, para a história da psicologia como um todo e para quem teve a oportunidade de aprender com elas”.

A Lei nº 5.766 de 1971, que cria o CFP confere a este órgão a autonomia para a organização dos Conselhos Regionais (CRs). Portanto, em 1974 são instituídos sete CRs. Nesta época, o Paraná (PR), juntamente com Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), compunha o CRP da 7^a Região, com sede em Porto Alegre. A distância física dificultava o acesso às decisões, a participação nas reuniões plenárias e a representação efetiva das(os) psicólogas(os) do Paraná. Assim, as(os) psicólogas(os) paranaenses passaram a se organizar e reivindicar o desmembramento que veio a culminar na criação do 8º Regional, o CRPPR, em 1979. Essa luta é liderada por duas mulheres - Pórcia Guimarães Alves e Maria Júlia Trevizan.



Pórcia Guimarães Alves (1917-2005)

Pórcia Guimarães advém da área da educação, é pedagoga de formação e faz parte do grupo de pessoas que receberam o título de psicóloga(o) por atuar na área, mesmo sem ter formação específica, quando da regulamentação da profissão¹⁵. Foi uma defensora da psicologia e batalhou para a organização de cursos de Psicologia e para a organização política da profissão, o que culminou na constituição da Associação Profissional dos Psicólogos do Estado do Paraná (APPEP), que depois se transformou no Sindicato dos Psicólogos do Estado do Paraná (Sindynpsi), e no desmembramento do CRP-07, que permitiu a criação do CRP-08 (PR).

É importante frisar que antes do desmembramento, Pórcia era a representante do Estado do Paraná junto ao CRP da 7ª Região (formado por RS, SC e PR), sendo conselheira efetiva e tendo Maria Júlia Trevizan como sua suplente. Como dito, é pela ação efetiva dessas duas mulheres que a criação do CRPPR se viabiliza.

Segundo Cairo (2013, p.16),

Pórcia Guimarães Alves foi uma estudiosa da Psicologia, com cursos de aperfeiçoamento no Brasil e no exterior e trabalhos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Educadora e mais tarde dedicada às questões da Psicologia, foi fundadora do Instituto Decroly, sendo pioneira ao aplicar a Psicologia no diagnóstico e terapia de crianças com desvios de comportamento. Ampliou depois as atividades do Instituto, atendendo à Orientação Profissional e Seleção de Pessoal.

15 Conforme prevê artigo 21 da Lei nº 4.119 de 1962



Pórcia publicou o livro Memória da Psicologia no Paraná (ALVES, 1997), que é uma das poucas produções sobre a história da Psicologia paranaense. Nele, a autora relata, de forma autobiográfica, sobre a área da educação, os primeiros movimentos da Psicologia no Paraná, a organização dos primeiros cursos de Psicologia no Estado e sobre a constituição do CRPPR. Cairo (2013) destaca dos relatos de Pórcia, que na década de 1930 os cursos da área da educação já entravam em contato com a Psicologia Aplicada e, também, que o Paraná teve participação importante na consolidação da profissão no país, sendo que em 1953 sediou o I Congresso Brasileiro de Psicologia, onde se discutiu a regulamentação da profissão.

Maria Júlia Trevizan (1949-)

Maria Júlia atua no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, formou-se em 1973, junto com a primeira turma de psicólogos(os) do Paraná, advinda do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Sua atuação foi fundamental para a organização da categoria profissional, tendo alcançado o marco de ser a primeira presidente das três instituições oficiais da Psicologia no Paraná - a APPEP, o Sindynpsi e o CRPPR.

Ter sido presidente dessas instituições foi resultado da liderança que exerceu para a organização da APPEP, que depois se transformou em sindicato, e para o desmembramento do CRPPR, enquanto ainda era conselheira suplente de Pórcia, na representação do Paraná no CRP da 7^a Região. Como conta Célia Mazza



[...] Maria Júlia era muito jovem [...] e tinha uma energia fantástica. [...] A forma como ela contava a história do conselho, a história do sindicato, a importância das associações, a importância da união da categoria, [...] a forma como ela falava do aspecto ético, da importância de planejar, da importância de você se dedicar às coisas que você acreditava. [...] teve repercussão em todas as pessoas que tiveram aula com ela [...].

Além dos feitos para a profissão, Maria Júlia acumula outras conquistas profissionais de destaque. Foi professora universitária por cerca de 30 anos; foi a primeira mulher e psicóloga a assumir a diretoria de uma grande instituição hospitalar, função ocupada majoritariamente por homens e médicos; foi diretora de recursos humanos de um grande grupo educacional e, recentemente, recebeu o título de cidadã honorária de Curitiba¹⁶. Ademais, está em seu nome o registro de número um do CRPPR, justamente por ter sido a primeira presidenta.



Célia Maria Perracini de Azevedo (1946-)

Célia Perracini representa a área da saúde, foi uma das primeiras psicólogas do Paraná a atuar na área da Saúde Pública, e, assim como Maria Júlia, compunha a primeira turma de psicólogas(os) formadas(os) neste Estado.

Além de ter sido conselheira no CRPPR, na Gestão 1992/1995 (V Plenário), sua contribuição para a área da saúde foi fundamental. Célia Perracini esteve à frente do Projeto “Protegendo a Vida” e, por meio de um convênio com a Secre-

¹⁶ Homenagem concedida pela Câmara Municipal de Curitiba em novembro de 2023.

taria Estadual de Saúde do Paraná (da qual foi servidora), garantiu que o CRPPR fosse o responsável pela contratação dos profissionais que iriam atuar nesse projeto.

Aos moldes do Projeto Rondon, o Projeto “Protegendo a Vida” levava profissionais da saúde para os mais diversos e lugares de difícil acesso do interior do Estado do Paraná, visando o atendimento da população mais carente. Este projeto aconteceu entre os anos de 1997 e 1998 e tinha como incumbência divulgar o Sistema Único de Saúde (SUS) e formar os Conselhos Municipais de Saúde - instâncias de Controle Social do SUS. Segundo Célia Mazza “[...] isso foi muito importante. [...] Foi importante para a psicologia como um todo, além de valorizar o trabalho multiprofissional, interdisciplinar, ter profissionais de relevância [...].”

Maria Olívia das Chagas e Silva (1943-)

Maria Olívia também atua na área da saúde, com experiências mais específicas na clínica e em hospitais psiquiátricos. Com formação em jornalismo e em Psicologia, suas contribuições se beneficiam dessas duas áreas do conhecimento.

Continuando os trabalhos iniciados por Célia Perracini, Maria Olívia assume a coordenação da Comissão de Saúde do CRPPR e o Projeto Protegendo a Vida. Neste projeto foi responsável por conduzir oficinas com foco em desmistificar preconceitos em relação à saúde mental e aos transtornos mentais. Importante destacar que Maria Olívia trabalhou no Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, em Curitiba, que é uma instituição filantrópica, inaugurada em 1945, pela Federação Espírita do Paraná, (Lima; Holanda, 2011).



No Bom Retiro, iniciou um trabalho de humanização, com pacientes e familiares, visando a desospitalização, já pautada nos princípios que vieram a se consolidar com a Reforma Psiquiátrica. Nesta época atuava em acordo com a Lei Estadual nº 11.189 de 1995 (conhecida como Lei Dr. Rosinha, em alusão ao deputado que a propôs), que dispõe sobre as condições para internações em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares de cuidados com transtornos mentais. Apenas em 2001, com a Lei Federal nº 12.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e direciona o modelo assistencial em saúde mental, que se consolida a Reforma Psiquiátrica em âmbito nacional.

Célia Mazza destaca o pioneirismo de Maria Olívia na luta antimanicomial relembrando que

[...] recebemos o material da Federação Mundial de Saúde Mental para comemorar o 10 de outubro, que é o Dia Mundial de Saúde Mental, junto com Maria Olívia, a gente organiza todo um trabalho para levar a psicologia para a rua. [...] Bem como, os Conselhos da área da Saúde, que compunham Ação Conjunta de fiscalização e orientação nos hospitais psiquiátricos e CAPS existentes à época (1997). Os conselhos da área da saúde topam a ideia de ir para a rua no dia 10 de outubro, com barracas, com apoio da prefeitura, falar sobre saúde mental. É uma ação que se repete ano a ano, indo para a rua, até o próprio poder público assumir a data. [...] Isso ajuda a desfazer preconceitos. [...] Se tem o Dia Mundial da Saúde Mental sendo comemorado por aí, tem o dedo da Maria Olívia [...].



Ao ser conselheira do CRPPR (Gestões 1995/1998 e 1998/2001), tendo em vista sua formação em jornalismo, Maria Olívia assumiu a coordenação da Comissão de Comunicação Social. Assim, tomou a frente da comunicação com a categoria, ajudou a melhorar a qualidade dos materiais desenvolvidos pelo Conselho e participou da idealização da Revista Contato, que é uma publicação bimestral do CRPPR, ainda em vigência.

Cléia Oliveira Cunha (1953-2018)

Cléia foi atuante no campo sócio-jurídico, além da atuação clínica. Ela era servidora do Estado e foi cedida para o Ministério Público. Segundo Célia Mazza

[...] um dos trabalhos mais relevantes que ela fez foi a desinstitucionalização de crianças e adolescentes que viviam em orfanatos [...] as casas de acolhimento são uma coisa muito mais recente, e isso tem a forte contribuição da Cléia [...] no início de seu trabalho nos orfanatos, ela passa a pedir armários para que as crianças possam ter as suas coisas, a sua roupa, sua identificação [...] Faz todo um trabalho muito legal nisso. [...] Acompanha o movimento das meninas e meninos de rua. [...] Então sempre foi muito sensível à área.

Ligada à temática de criança e adolescente, Cléia ajudou a escrever e disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e foi representante do CFP no CONANDA, que é o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. Na atuação junto ao Ministério Público, Cléia elaborou e coordenou o Núcleo de Orientação e Atendimento a Dependentes Químicos (NOAD), entre 2002 e 2009, e atuou no Centro



de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri de Execuções Penais, de 2010 a 2013.

Dentre suas contribuições para o CRPPR, Cléia foi conselheira por três gestões (1998/2001, 2001/2004 e 2013/2016). Nas duas primeiras gestões em que participou, foi responsável por implantar, organizar e coordenar a Comissão de Direitos Humanos, marcando um olhar para as questões sociais e para a diversidade. Especificamente na Gestão 2013/2016, Cléia preside o CRPPR e promove modificações na Comissão de Direitos Humanos, a qual passa a ser multiprofissional, recebe pessoas de outras formações e dos movimentos sociais.

Este relato pretende dar visibilidade à trajetória de mulheres na história da Psicologia no Paraná, que muitas vezes se ocultam nos dados oficiais. Assim, como tantas outras histórias de mulheres, estas merecem e precisam ser contadas. Afinal, a organização e desenvolvimento de uma categoria profissional se faz coletivamente e, no caso da Psicologia, com maioria feminina.



Referências

CAIRO, N.G. Psicologia no Paraná: um panorama da profissão no estado e a trajetória do CRP-PR. Conselho Regional de Psicologia: Curitiba, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro. v. 1. **Formação e Inserção no Mundo do Trabalho.** CFP: Brasília, 2022.

ALVES, P. G. Memória da Psicologia no Paraná. Editora Pi-
nha: Curitiba, 1997.

LIMA, A.A.; HOLANDA, A.F.. “O Dr. Alô falou para não contrariar”: a consolidação da psiquiatria no Paraná na primeira metade do século XX. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 353-368, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000100018&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 03 mai. 2024.



Sobre os Autores e Autoras

Ana Maria Del Grossi Ferreira Mota

Psicóloga. Doutora em Psicologia da Saúde (UCDB). Professora do curso de Psicologia da UNIGRAN Capital. Coordenadora da Formação Clínica em Gestalt-terapia pelo Instituto Encontros. Seus estudos concentram-se nas temáticas: ensino e formação em psicologia; Psicologia humanista e abordagens humanistas.

Ana Maria Jacó-Vilela

Psicóloga. Doutora em Ciências (Psicologia). Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena o Laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché. Pesquisadora em história e memória da Psicologia no Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ1D), Cientista do Nossa Estado (Faperj) e Procidentista (UERJ).



Ana Paula Kürten

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora na área de ensino da Psicologia.

André Elias Morelli Ribeiro

Psicólogo. Doutor em Psicologia (UNESP). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras e do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Uni-

versidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador nas áreas de História da Psicologia e do campo CTS.

Armando Magno de Abreu Leopoldino

Historiador. Mestrando em Educação na UFMG. Professor da rede básica de ensino, com experiência no setor público e no privado. Pesquisador da História da Psicologia na interface com a Educação.

Bruno Angelo Strapasson

Psicólogo. Doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Pesquisador nas áreas de Análise do Comportamento, História da Psicologia e Metaciência.



Carolina de Souza Walger

Psicóloga. Doutora em Administração (UFPR). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPR. Seus estudos concentram-se nas temáticas: ensino e formação em psicologia; ética profissional; psicologia e trabalho; trabalho e subjetividade; estudos organizacionais.

Cecília Trevisani Lohmann

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora na área de História da Psicologia e de Migração e Trabalho.

Célia Mazza de Souza

Psicóloga. Atuante no Sistema Conselhos, desde 1994, como colaboradora; funcionária e conselheira. Foi Presidenta do CRP-08 (Paraná) 2019-2022. Conselheira Tesoureira do XIX Plenário do CFP 2023-2025.

Filipe Degani Carneiro

Doutor em Psicologia Social (UERJ). Professor do Instituto de Psicologia da UERJ, onde é Coordenador Adjunto do Clio-Psyché - Laboratório de História e Memória da Psicologia. Presidente da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP), gestão 2023-25. Conselheiro do XVII Plenário do CRP-05 (RJ), Gestão 2022-25, onde coordena a Comissão de História e Memória.



Isabel Fernandes de Oliveira

Psicóloga, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo, professora titular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação. Atua na área de Psicologia Social, especificamente na área de Psicologia e Políticas Sociais e Públicas, formação e atuação de psicólogas sob o referencial marxiano.

Julia Schwendtner Nascimento

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Paraná e pesquisadora na área de história da psicologia.

Leonardo Grilli Belinotte

Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Paraná.
Pesquisador na área de História da Psicologia.

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos

Psicóloga. Doutora em Psicologia Social (UERJ). Professora do curso de Psicologia da PUC Minas *campus Poços de Caldas*. Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBHP). Pesquisadora na área de História da Psicologia no Brasil e na América Latina.

Maria Júlia Trevizan

Psicóloga (CRP 08/00001). Doutora e Mestre em Administração pela UFSC, com tema de pesquisa em Competência dos Gestores Universitários. Professora Titular Aposentada do Departamento de Psicologia da PUCPR, tendo lecionado na Graduação e na Pós-graduação. Atua na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho e Avaliação Psicológica.



Marina Massimi

Psicóloga. Mestra (1985) e Doutora (1989) em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). É Professora Titular Aposentada da USP e Professora Sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP e líder do Grupo de Pesquisa “Tempo, Memória e Pertencimento”. É pesquisadora na área de Psicologia, com ênfase em História da Psicologia, com ênfase nos seguintes temas: história da psicologia científica; história dos saberes psicológicos na cultura brasileira, saberes psicológicos dos jesuítas.

Paulo Vitor Navasconi

Psicólogo (CRP 08/25820 - 06/001180-IS). Doutor em Subjetividade e práticas sociais na contemporaneidade pela Universidade Estadual de Maringá. Professor Assistente Doutor no Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP Assis) e Professor credenciado no Programa de Pós-graduação em Psicologia (UNESP-Assis).

Regina Helena de Freitas Campos

Psicóloga (UFMG), Mestre em Educação (UFMG), PhD em Educação (Stanford University), professora titular em Psicologia da Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, presidente do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA).



Renan da Cunha Soares Júnior

Doutor em Psicologia da Saúde (UCDB). Professor da Graduação em Psicologia da UCDB. Coordenador da Comissão de História e Memória da Psicologia do CRP-14 (MS). Pesquisador em Psicologia da Saúde e Psicologia do Trânsito.

Roberta Garcia Alves

Psicóloga. Mestra em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professora no curso de Psicologia da Universidade Federal do Acre (UFAC). Pesquisadora nas áreas de História da Psicologia e Análise do Comportamento, especialmente sobre as temáticas de: teorias políticas e psicosociais; historiografia digital; clínica de adolescentes e adultos autistas (TEA).

Rodrigo Lopes Miranda

Psicólogo. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pesquisador em história e memória da Psicologia no Brasil no século XX. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2).

Sabrina Macagnam

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Paraná e pesquisadora nas áreas de tradução e de história da psicologia.



Vanessa Silva de Souza (Vanessa Terena)

Indígena. Psicóloga, graduada pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), atua na clínica racializada com questões de identidade indígena e racismo, integrante da ABIPSI (Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogas), conselheira do CRP/MS, coordenadora da comissão de Direitos Humanos e de Psicologia e Povos Indígenas.

William Barbosa Gomes

Professor emérito de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entre 1988 e 2019 foi bolsista produtividade do CNPq, onde chegou a pesquisador 1A. Obteve o doutorado em *Higher Education* pela *Southern Illinois University* – Carbondale, EUA, em 1983. Tem publicado estudos em história da psicologia, fenomenologia experimental, cognição, psicoterapia e psicologia teórica.

A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados às revisões ortográficas e de normalização (ABNT).

Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.

ISBN 978-65-5624-325-2



9 786556 243252